

Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)

JORGE DE ALARCÃO

R E S U M O

O nome de *Lusitani* seria um colectivo que englobaria diversos *populi*. Propõem-se aqui os nomes e localizações desses *populi*, uns em território actualmente português, outros na província espanhola de Cáceres. Examina-se a religião dos *Lusitani*, que os identifica como um conjunto etnicamente afim e todavia distinto dos *Callaeci* do Noroeste peninsular. Atribui-se ao Bronze Final a chegada dos *Lusitani*.

Distinguem-se também os *Lusitani*, dos *Kounéoi*, que se situam no curso actualmente espanhol do Guadiana e examina-se a organização social dos *Kounéoi* nos séculos IX-VII a.C. a partir de uma reinterpretação do significado simbólico das estelas *extremeñas*.

Conclui-se com um ensaio sobre as razões do belicismo lusitano.

A B S T R A C T

The name *Lusitani* was a collective term that included diverse *populi*. The names and locales of these *populi* are proposed here; some are in present-day Portuguese territory, others are in the Spanish province of Cáceres. This paper also examines the religion of the *Lusitani*, which suggests that they were an ethnic group close to but distinct from the *Callaeci* of northwestern Iberia. The arrival of the *Lusitani* is thought to date from Late Bronze Age.

The controversial position of the *Kounéoi* is examined. It is proposed they lived on the valley of the river Guadiana, in territory now in Spain. Their social organization is proposed from a reinterpretation of the symbolic meaning of their funerary stelae. We distinguish also the *Lusitani* from the *Kounéoi*, who probably were situated along the riverway of the present-day Guadiana, in Spanish territory.

We conclude with a discussion on the reasons for the bellicosity of the Lusitanians.

1. Introdução

O controverso problema dos *Lusitani* envolve várias questões, das quais enunciaremos apenas algumas principais:

- Admitindo (o que não parece pôr demasiados problemas) que o etnónimo *Lusitani* é um colectivo que abrangia diversos *populi*, que *populi* seriam esses e que nomes próprios teriam?
- Onde viveriam os *Lusitani*, que uma tradição hoje indefensável, já contestada por Sarmiento (1883, p. 7), localiza na serra da Estrela?
- Qual a origem dos *Lusitani*? Aceitando (pelo testemunho das poucas inscrições que sobreviveram, escritas em língua dita “lusitana” com caracteres latinos) que eram Indo-Europeus pré-célticos, quando é que terão chegado (na hipótese, que desde já declaramos subscrever, de terem resultado de uma invasão ou imigração)?

O nosso estudo, que, numa longa diacronia, cobre mais de 1000 anos de história, não pretende apresentar soluções incontroversas para estas e outras questões que ao longo dele irão sendo abordadas. Procuraremos relacionar, uns com os outros, dados arqueológicos, literários, linguísticos e de geografia religiosa. É certo que a equação de etnia com língua e cultura material, defendida por Kossina e Gordon Childe (este, apenas nos seus primeiros escritos), foi posteriormente, até pelo próprio Childe, desacreditada. Clarke (1984, p. 325-363) assumiu uma posição reservada num problema que considerou extremamente complexo. Mas a arqueologia contextualista, ao chamar a atenção para o papel activo que a cultura material desempenha na criação (ou no reforço) das solidariedades e das distâncias sociais, veio, de alguma maneira, reafirmar, se não a necessidade, pelo menos a possibilidade de equação de etnia com cultura material e, eventualmente, com língua. A equação de etnia com religião não pode também deixar de ser considerada e terá, neste nosso estudo, importância fundamental. Desde já chamamos a atenção para o facto de a cultura material dos *Lusitani*, se é que estes a tinham própria e distinta da dos outros *populi* não-Lusitanos, não ser aqui, do nosso próprio ponto de vista, suficientemente tratada. Referir-nos-emos a alguns aspectos da cultura material (como escultura zoomórfica, cerâmica de Cogotas I ou a *peine*) mas não tentaremos elaborar um quadro da cultura material do que pretendemos terem sido os *Lusitani*. Se as escavações feitas em área por nós supostamente lusitana são ainda muito poucas, o exame do que seria a cultura material lusitana falta a este nosso trabalho e essa falta constitui ao mesmo tempo um apelo a outros investigadores que têm trabalhado sobre o Bronze Final e a Idade do Ferro na Beira Interior portuguesa e na província espanhola de Cáceres para que testem, pela análise da cultura material, a tese aqui proposta.

Partindo dos *dados* (que, ao contrário do que pretende uma arqueologia post-modernista, não consideramos irremediavelmente já configurados por concepções teóricas prévias, vid. Alarcão, 2000a), faremos *inferências*, algumas talvez suficientemente argumentadas e passíveis de aceitação consensual, outras, controversas. Desejamos, pela acentuação do carácter inferencial e disputável do que propomos, evitar que as nossas reconstituições históricas sejam tomadas como *factos* provados. Aliás, no contexto social da produção científica do nosso tempo, que tanto valoriza os *discursos alternativos* ou *discursos de resistência*, um arqueólogo ou historiador não terá que ter muito receio de que as propostas de reconstituição por ele apresentadas, por vezes com muitas dúvidas (sempre neste nosso trabalho acentuadas), sejam tomadas como conhecimento indisputável. Convictos de que a ciência se constrói pelo diálogo e com argumentos reforçantes apresentados por aqueles que adoptarem as (ou algumas das) nossas propostas e argumentos dismanteladores por

parte dos que virem, nas reconstituições apresentadas, dificuldades ou contradições das quais poderemos não ter tido consciência, apresentamos as nossas conjecturas com a esperança de que elas serão objecto de escrutínio e de uma discussão pública da qual poderá resultar aquele conhecimento histórico que, como escrevemos noutra local (Alarcão, 2000a, p. 8-9), “não é tanto o que se desfaz no tempo ou com o tempo se desactualiza, como o que se constrói no tempo, com contestações, demonstração de falsidades, mas também com confirmações e aprofundamentos.”

O nosso discurso pode ser facilmente desacreditado como uma cadeia de petições de princípios. Na realidade, porém, é antes por circularidade hermenêutica que procedemos.

Partindo do pressuposto de que a língua dita “lusitana” das inscrições do Cabeço das Fráguas e de Arroyo de la Luz corresponde a uma comunidade étnico-cultural, equacionaremos essa comunidade com os *Lusitani*. Trata-se de um pressuposto, não de uma evidência histórica. Procuraremos primeiro identificar os *populi* lusitanos do actual território português, depois os do território hoje espanhol, e argumentaremos a favor da nossa identificação recorrendo ao testemunho dos cultos indígenas atestados em época romana, cultos que tornam admissível (a nosso ver) a existência de uma vasta comunidade étnico-cultural envolvendo a Beira Interior portuguesa e parte da Extremadura. Dessa comunidade excluiremos o “mundo” (em parte das províncias de Cáceres e Badajoz) onde se verifica maior número de estelas *extremeñas*. Este mundo da Baixa Extremadura corresponderá ao(s) povo(s) que no séc. II a.C. se chamava(m) *Kounéoi* ou Cónios, os quais têm sido indevidamente localizados no Sul de Portugal, tendo nós, até agora, também subscrito uma tese que, depois de melhor exame, nos parece ter frágeis fundamentos.

Abandonando a nossa anterior proposta de equacionar os *Lusitani* com os *populi/municipia* referidos na inscrição da ponte de Alcântara (Alarcão, 1988, p. 16), este nosso estudo vai também demarcar os *Lusitani*, dos *Vettones*. Vários autores têm renunciado a sugerir uma fronteira e reunido *Lusitani* e *Vettones* num mundo lusitano-vetão. Parecem-nos mais as diferenças que as semelhanças entre as duas grandes “etnias”, não obstante interpenetrações ou influências recíprocas facilmente explicáveis.

Não abordaremos, por falta de preparação específica, a questão da onomástica pessoal. A consideração do mapa de Untermann (1965, p. 19, aqui reproduzido como nossa Fig. 1) deixa-nos, porém, esperar que, da antroponímia, a nossa tese possa vir a receber algum apoio.

2. Os *Lancienses*

Não queremos voltar aqui ao debate sobre se, na época de Augusto, tal como na de Trajano, haveria apenas duas *civitates* de *Lancienses* (os *Oppidani* e os *Transcudani* da inscrição da ponte de Alcântara, CIL II 760), ou três, sendo a terceira a dos *Ocelenses Lancienses* de Plínio, IV, 118. À nossa hipótese de três *civitates* de *Lancienses* na época de Augusto (Alarcão e Imperial, 1996) contrapôs Amílcar



Fig. 1 Áreas linguísticas segundo Untermann.

Guerra (1998, p. 480) o seguinte argumento: “Constituindo a divisão de uma entidade (os *Lancienses*) em dois grupos (*Oppidani/Transcudani*) um facto raro, penso ser de todo estranho sustentar a sua repartição por três, ostentando todas elas um apelativo comum, seguido de outro diferenciador.”

A verdade, porém, é que temos, no *conventus Lucensis*, os *Celtici* divididos em *Celtici Neri*, *Celtici Praestamarci* e *Celtici Supertamarci*. Parece-nos, pois, que a objecção de Amílcar Guerra não é suficiente para invalidar a nossa hipótese, que vamos manter. Vamos ainda sustentar que os *Lancienses* se integravam nos *Lusitani*.

Contra esta última ideia poderíamos citar Ptolemeu que menciona *Lancia Oppidana* entre os *oppida* dos *Vettones*. Se eram *Vettones* os *Lancienses Oppidani*, não o deveriam ser também os *Lancienses Transcudani* e os *Ocelenses Lancienses*?

Aqui, porém, a cultura material leva-nos a duvidar da informação de Ptolemeu. Considerando essa cultura, diríamos que os *Lancienses* e os *Vettones*, se bem que geograficamente contíguos, eram todavia distintos. Com efeito, a escultura zoomórfica tão característica dos *Vettones* não tem, a ocidente do rio Águeda e a sul do Douro, senão quatro exemplos (Álvarez-Sanchís, 1999, p. 224), dos quais um só se integra no território dos *Lancienses Transcudani* (ou no que supomos ter sido o território deste *populus*). Por outro lado, há apenas dois ou três berrões na área que atribuímos aos *Lancienses Oppidani* (vid. Fig. 2). Estes poucos casos parecem-nos mais facilmente explicáveis por influência de *Vettones* sobre *Lancienses* numa zona de fronteira do que por uma comunidade cultural entre *Vettones* e *Lancienses*. A cerâmica *a peine* da I Idade do Ferro, tão difundida no território que viria a ser o dos *Vettones*, não é comum a ocidente do Águeda, embora apareça no povoado da Cachouça, perto da velha *Egitania* (comunicação pessoal de Raquel Vilaça) e ainda que um entrançado (todavia inciso), motivo encontrado na cerâmica *a peine*, se tenha verificado no povoado dos Alegrios (Vilaça, 1995, p. 189 e est. CLXXXV, 6). A cerâmica de Cogotas I, embora observada no mundo que supomos lusitano, não parece ter sido aqui comum (Vilaça, 1995, p. 304, que escreve: “O carácter residual dos nossos materiais deve ser entendido como uma intrusão fugaz do mundo de Cogotas no interior da Beira”). Os mapas de Álvarez-Sanchís (1999, p. 49 e 84) também parecem dar testemunho de que o mundo da Beira interior portuguesa e da província espanhola de Cáceres não é o mesmo da área que constituía o território dos *Vettones*. Somos, pois, levados a duvidar da informação de Ptolemeu sobre a integração de *Lancia Oppidana* entre os *Vetões*. A inscrição *CIL II 484*, que refere um *procurator provinciae Lusitaniae et Vettoniae*, permite-nos todavia imaginar, em algum momento, um quadro administrativo romano (eventualmente uma procuradoria) com a designação de *Vettonia*, que poderá ter reunido os *Lancienses Oppidani* (e talvez também os outros *Lancienses*) às *civitates* dos antigos *Vettones* — o que poderá ter motivado a inclusão, por Ptolemeu, de *Lancia Oppidana* entre os *oppida* *vetões*.

A nossa proposta de inclusão dos *Lancienses* entre os *Lusitani* assenta no facto de a inscrição em língua “lusitana” do Cabeço das Fráguas se encontrar num ponto que supomos de fronteira entre *Lancienses Transcudani* e *Ocelenses Lancienses* e, sobretudo, na comunidade de cultos dos *Lancienses* com outros *populi* mais facilmente aceitáveis como *Lusitani*, isto é, com *Igaeditani* e *Tapori*. A análise da distribuição dos cultos às divindades indígenas exige, porém, que previamente tracemos os limites entre *Lancienses*, *Igaeditani* e *Tapori*.

3. Os limites de *Lancienses*, *Igaeditani*, *Tapori* e *Elbocori* (Figs. 2, 3 e 7)

Já em diversas ocasiões considerámos as posições geográficas e limites destas *civitates* (com excepção da dos *Elbocori*), *civitates* que possivelmente mantiveram, e sem grande alteração, na

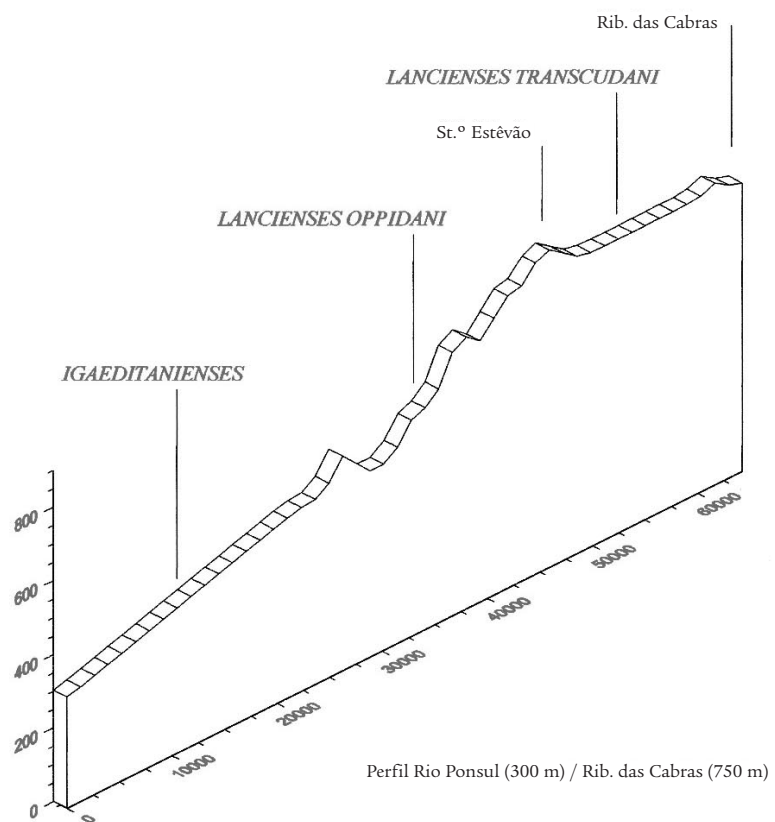
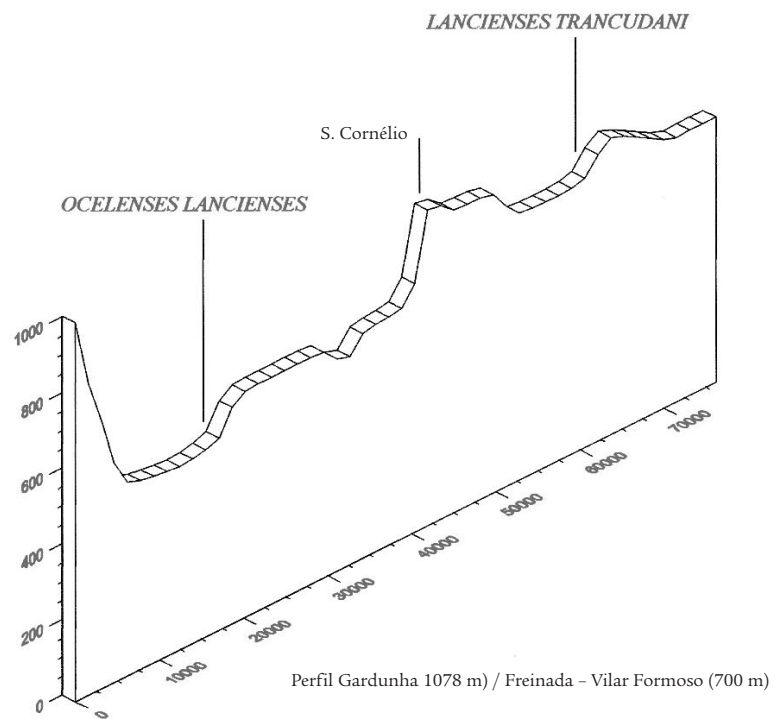


Fig. 3 Perfis altimétricos da Beira Interior.

de Santa Marta (804 m), Cabeça Gorda (525 m), Ferreira (578 m) e Enxames (604 m). Entre os dois últimos há uma passagem por onde corre a ribeira de Taveiró e, hoje, a estrada n.º 346 de Penamacor a Capinha. Na área dessa passagem, numerosos topónimos em que entra a palavra “vale” sublinham o seu carácter afundado. Vale das Ovelhas poderá referir-se a rota de transumância para as campinas de Idanha.

Em Salvador, um *terminus augustalis* entre *Igaeditani* e *Lancienses Oppidani*, CIL II 460, permite situar estes últimos para além da serra de Penha Garcia. Por ficarem sediados maioritariamente em território hoje espanhol, consideraremos os limites dos *Lancienses Oppidani* mais adiante. Diremos aqui apenas que, ao contrário do que já propusemos, não nos parece que Penamacor tenha sido o lugar da capital destes *Lancienses* (Alarcão, 1998, p. 149).

O topónimo Penamacor não derivará de Pena+*Macur* ou *Macurium*? Pena é topónimo medieval comum. *Macur* ou *Macurium* conteria uma raiz *Mac-* ou *Mag-* e uma componente *-ur-*, que surge em *Verurium* e *Elbocoris*. A raiz *Mac-* ou *Mag-*, também observável na Beira central, onde se situariam os *Magareaicoi* (Vaz, 1997, p. 188), encontra-se no suposto território dos *Ocelenses Lancienses*, donde temos menção de um *Silo*, *Angeiti filius*, *Maguacum* (Alarcão, 1993, p. 37). Pelas imediações do local onde foi encontrada a inscrição que regista este *Silo* corre a ribeira de Mogo. A alternância o/a verifica-se em época romana, como se prova pelo nome de *Copori*, que Ptolemeu chama *Capori*, e em português medieval, porque o nome de Penamacor também aparece grafado *Penamocor* (Machado, 1993, voc. Penamacor).

Se esta proposta de etimologia for correcta, Penamacor, chamada *Macur* ou *Macurium*, não pode ter sido capital dos *Lancienses Oppidani*, visto que esta se chamava *Lancia Oppidana*. Penamacor seria apenas *vicus* ou *castellum*, aliás possivelmente importante, no limite entre *Oppidani* e *Ocelenses*.

A sul da serra da Gardunha ficavam os *Tapori*, que confinavam com os *Igaeditani*. Propusemos, em trabalho anterior (Alarcão e Imperial, 1996, p. 42), uma fronteira entre estas duas *civitates* correndo pela ribeira de Alpreade até à sua confluência com o Ponsul e descendo depois por este rio até ao Tejo. Não podemos, hoje, deixar de perguntar-nos se a fronteira entre *Igaeditani* e *Tapori* não poderia coincidir com a extrema oriental da enorme herdade da Cardoso, doada aos Templários, em 1214, por D. Afonso II (documento publicado por Cardoso, 1940, p. 27-29).

Infelizmente, não conseguimos localizar os topónimos que no documento de 1214 se citam entre o Tejo (talvez não longe da sua confluência com o Salor, rio da sua margem esquerda, em território espanhol) e Escalos (não importa se o documento se refere a Escalos de Cima ou de Baixo, dada a proximidade a que se encontram as duas povoações). Podemos, todavia, com alguma verosimilhança, fazer passar a extrema da herdade pela actual freguesia do Ladoeiro e pela Ponte da Munheca, onde se encontra, numa gravura possivelmente proto-histórica, uma cruz demarcatória, talvez feita por ordem de Rodrigues Mendes e Mendo Anaia, com outros *bonis hominibus*, encarregados, segundo o documento de 1214, de assinalarem a extrema *per petras et per signos* (Figs. 4 e 5). Neste caso, a fronteira entre *Tapori* e *Igaeditani*, que voltaremos a discutir mais adiante, seria um limite artificial, não coincidente com linha orográfica ou hidrográfica.

A localização dos *Tapori* na área de Castelo Branco parece-nos suficientemente credível. Talvez a cidade de *Verurium*, citada por Ptolemeu, tenha sido a sua capital.

Com a mesma componente *-ur* ou, numa simples variação gráfico-fonética, *-or*, os *Elbocori* poderiam ser étnico-linguisticamente afins dos *Tapori* e seus vizinhos, se bem que muito longe, a sul do Douro, os *Paesuri* revelem ainda a mesma componente.

A partir da forma *Elcoboris*, que se encontra num dos manuscritos de Ptolemeu (Müller, 1893), e tendo em atenção o nome de Alcoba que teve a serra do Caramulo pelo menos até ao



Fig. 4 Gravura rupestre da Ponte da Munheca.

século XVI (Ferreira et al., 1957), aventámos a hipótese de os *Elbocori* de Plínio se situarem na área de Bobadela (Oliveira do Hospital) (Alarcão, 1990b, p. 378). A forma *Elbocoris* para a cidade e a de *Elbocori* para o *populus* são, porém, possivelmente, as correctas.

Ora Ptolemeu situa *Elbocoris* a oriente de *Sellium* (Tomar). Ainda que as coordenadas ptolemaicas não sejam elemento seguro para localizarmos as cidades que a *Geografia* regista, é muito provável que esta *civitas* ficasse entre os rios Tejo, Zêzere e Ocreza. Este último, em parte do seu percurso e depois, para norte, a serra do Muradal dividiriam *Elbocori*, de *Tapori*.

São estes os *populi* que propomos para integrarem os *Lusitani* do lado actualmente português. Vejamos se o testemunho dos cultos confirma alguma comunidade entre eles.

4. A comunidade de cultos entre *Lancienses*, *Igaeditani* e *Tapori*

Dada a sua presença também no Noroeste peninsular, não parece útil considerar, neste momento, os casos de *Bandus*, *Nabia* e *Reve*. Tendo assinalado a ocorrência destas divindades no mapa da nossa fig. 6 (preparado através dos mapas de Blanca García Fernández-Albalat (1990), não podemos deixar de registar a sua coincidência com os antropónimos galaico-lusitanos de Untermann (nossa Fig. 1). A inscrição, também em língua dita “lusitana”, de Lamas de Moledo (Castro Daire, no distrito de Viseu) convence da existência de uma vasta comunidade étnico-linguística e étnico-cultural do Noroeste, da Beira central, da Beira interior e da província de Cáceres. Mas se, no Noroeste e na Beira central, temos pelo menos uma divindade, *Cosus*, largamente difundida nesse mundo e exclusiva dele, no mundo dos *Lusitani* encontramos *Arentius/Arentia*, *Quangeius* e *Trebarunis* como divindades próprias e generalizadas. Isto nos convence de que, sendo também Indo-Europeus pré-célticos, os povos do Noroeste (a que aqui chamaremos *Callaeci*) se

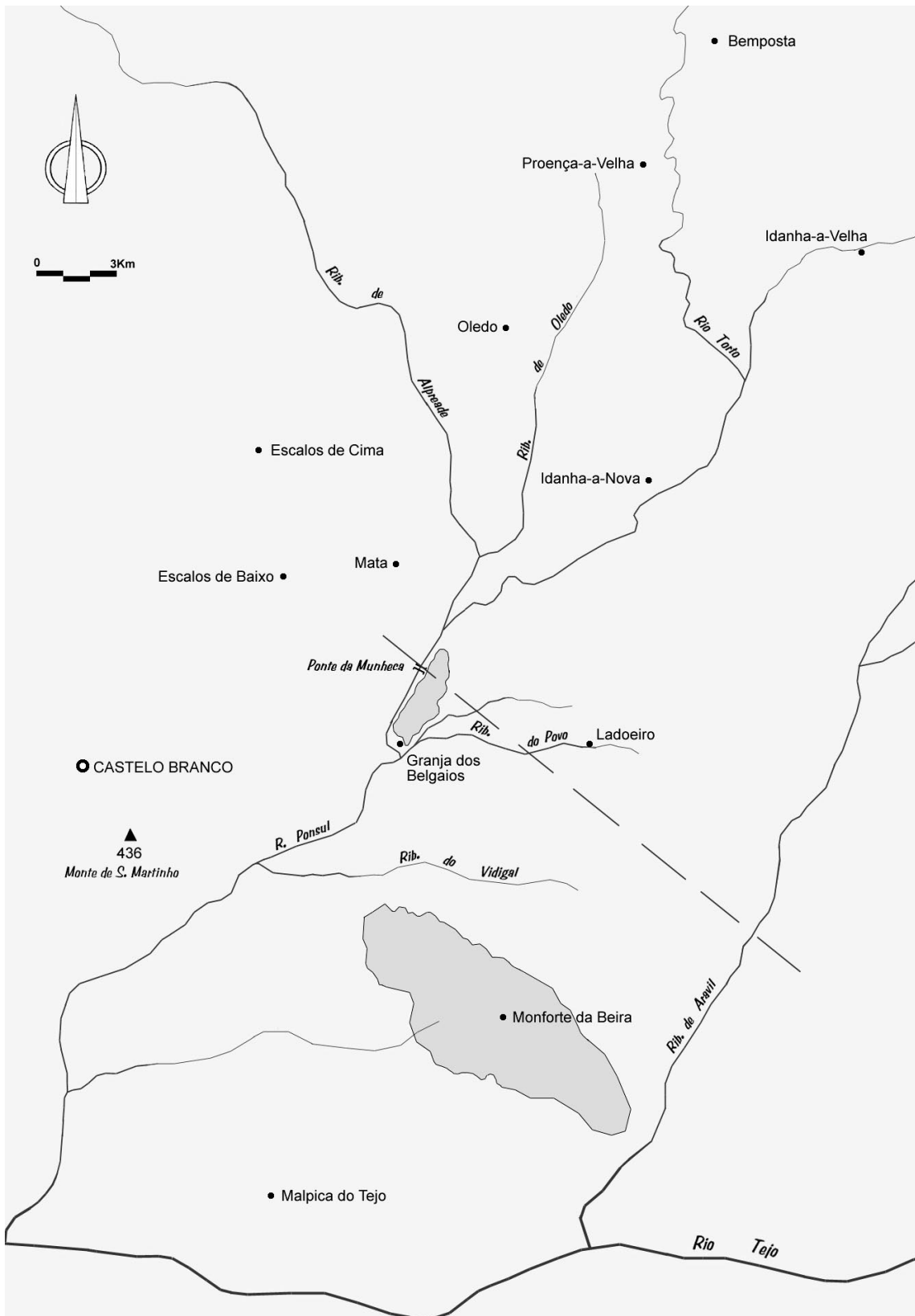


Fig. 5 Localização da Ponte da Munheca e traçado possível de limite da herdade da Cardosa (coincidente com a fronteira entre Tapori e Igaeditani?).

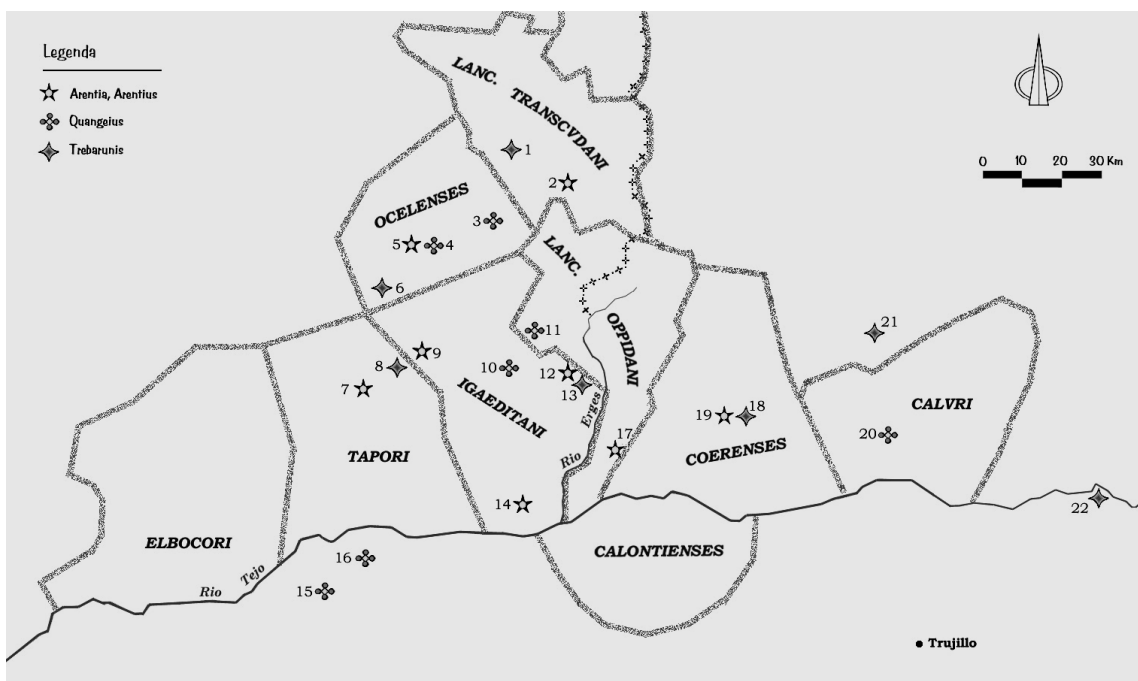


Fig. 6 Distribuição geográfica dos cultos de *Bandus*, *Nabia* e *Reve*.

distinguiam de algum modo dos da Beira interior e da província de Cáceres. Aliás, Villar e R. Pedrero (n. p.) consideram haver alguma diferença linguística entre a inscrição de Lamas de Moledo, por um lado, e as de Cabeço das Fráguas e Arroyo de la Luz, por outro.

Convém esclarecer que os limites dos *populi*, apesar de muito ponderados, não podem tomar-se por definitivamente provados; mas é útil também dizer que esses limites foram estabelecidos antes de termos assinalado no mapa os lugares de ocorrência das divindades. Não houve, pois, manipulação de fronteiras para que determinada divindade caísse em determinado *populus*.

Postas estas advertências, observaremos que *Arentius* e/ou *Arentia* se encontram entre *Lancenses Transcudani*, *Ocelenses Lancienses*, *Igaeditani* e *Tapori* (Fig. 7); que o deus *Quangeius* se regista entre *Ocelenses Lancienses*, *Lancienses Oppidani* e *Igaeditani* (e também a sul do Tejo, em circuns-



1. *Trebarunis*. Cabeço das Fráguas. Tovar, 1985.
2. *Arentia Equotullaicensis*. Sabugal.
3. *Quangeius*. Ribeira da Nave (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*, 22, n.º 100.
4. *Quangeius*. Capinha (Fundão). *Ficheiro Epigráfico*, 23, n.º 103, n. 2.
5. *Arentia Ocelaeca* e *Arentius Ocelaecus*. Ferro (Covilhã).
6. *Trebarunis*. Fundão.
7. *Arentia*. Ninho do Açor (Castelo Branco).
8. *Trebarunis*. Quinta de Alverca (Castelo Branco).
9. *Arentius Cronisensis*. Zebras (Fundão).
10. *Quangeius*. Bemposta (Penamacor).
11. *Quangeius*. Sr^a. do Bom Sucesso (Penamacor).
12. *Arentius*. Chão do Touro (Idanha-a-Nova).
13. *Trebarunis*. Vale Feitoso ou Cabeço dos Tiros (Idanha-a-Nova).
14. *Arentius Tanginiciaecus*. Tapada da Ordem (Idanha-a-Nova).
15. *Quangeius*. Nisa, Senhora da Graça, *Ficheiro Epigráfico*, 23, n.º 103 e Nossa Senhora dos Prazeres, *Ficheiro Epigráfico*, 23, n.º 106.
16. *Quangeius Tannigus*. Salavessa (Nisa).
17. *Arentius*. Moraleja. Melena, 1985, p. 496-497.
18. *Trebarunis*. Cória. Hurtado, 1977, n.º 217.
19. *Arentia* e *Arentius*. Cória. Hurtado, 1977, n.ºs 771 e 772.
20. *Quangeius*. Malpartida de Plasencia. Hurtado, 1977, n.º 743.
21. *A(ugusta) Trebarunis*. Cáparra. Hurtado, 1977, n.º 818.
22. *A(ugusta) Trebarunis*. Talavera la Vieja. Hurtado, 1977, n.º 492.

Nota: as referências bibliográficas encontram-se em Garcia, 1991. Apenas no caso de esta obra não conter tais referências se citam aqui as publicações onde se deram a conhecer os teónimos.

Fig. 7 Distribuição geográfica dos cultos de *Arentia/Arentius*, *Quangeius* e *Trebarunis*.

tâncias que mais abaixo procuraremos explicar); que *Trebarunis*, para além de surgir na inscrição do Cabeço das Fráguas (no limite entre *Ocelenses* e *Transcudani*), aparece também entre *Ocelenses*, *Tapori* e *Igaeditani*.

Nenhuma destas divindades surgiu, até agora, no suposto território dos *Elbocori*, pelo que a integração deste *populus* no mesmo mundo não pode receber apoio através da geografia religiosa. Sendo muito poucas as inscrições votivas deste território, podemos admitir que venham a descobrir-se inscrições votivas a *Arentia*, *Arentius*, *Quangeius* ou *Trebarunis*. Não há, aliás, cultos a divindades que obriguem a excluir os *Elbocori* do mundo dos *Lancienses/Igaeditani/Tapori* e há inscrições a *Bandus* e *Nabia* (Garcia, 1991, p. 293, n.º 35 e 339, n.º 170).

Este panteão de três deuses lusitanos, que iremos encontrar também na província de Cáceres, não poderá levar-nos, apressadamente, a dar razão a Dumézil, para quem “os Indo-Europeus tinham uma concepção da estrutura social baseada na distinção e hierarquização das três funções” (Dumézil, 1958, p. 17-18). Corresponderiam os três deuses lusitanos a três estratos sociais? De qualquer forma, os deuses parecem ter sido três. O facto de *Arentius* ter a sua paredra (ou *Arentia* o seu paredro) não destrui a trindade, pois as divindades de uma tríade podem ter os seus pares (Varenne, 1995, p. 100). No caso de *Arentius*, *Quangeius* e *Trebarunis*, apenas o primeiro terá tido uma paredra. O deus correspondente do Noroeste, *Cosus*, igualmente deus da guerra, parece ter tido também a sua paredra, *Cosunea* (Tranoy, 1981, p. 273) (contestando o carácter guerreiro de *Cosus*, veja-se todavia Prósper, 1997).

Arentius e *Arentia* constituem, obviamente, um par divino que, no Ferro (Covilhã), era adorado com os epítetos de *Ocelaecus* e *Ocelaeca*, derivados do nome do local (*Ocelum*?) ou do etnónimo (*Ocelenses*). Possivelmente, *Arentius* era o deus da guerra. No epíteto *Equotullaicensis*, atribuído a *Arentia* no Sabugal, temos, para além de um caso de dupla sufixação, um elemento *-tole-* (na variante gráfico-fonética *-tullo-*) que se acha presente em *Toletum* (Villar, 2000, p. 356). Se *Equo-* se relaciona com **ekuo*, cavalo (Búa, 1997, p. 71), deveremos relacionar *Arentia/Arentius* com o seguinte passo de Estrabão III, 3, 7, a propósito dos Lusitanos: “Sacrificam a *Ares* um bode, prisioneiros de guerra e cavalos.” A possível relação de *Equo-* com **ekko* e de *Arentia* com *Iccona* será considerada mais abaixo.

Se *Arentius* e *Arentia* eram divindades guerreiras, o nome, para além da função, poderá ter facilitado a sua assimilação a *Ares*, feita por Estrabão.

Victoria, tão adorada no território português dos *Lusitani* (Garcia, 1991, p. 441-443), poderá corresponder a uma *interpretatio* de *Arentia* e não de *Trebarunis*, ao contrário do que sustentou J. Leite de Vasconcelos (1989, II, p. 301).

5. *Arentius/Arentia*, *Quangeius* e *Trebarunis* em território espanhol

Na província de Cáceres temos presentes as mesmas divindades.

Em Moraleja, Melena (1985, p. 496-497) observou uma inscrição a *Arentius*. Em Cória, à mesma divindade, com o epíteto de *Amrunaecus*, e a *Arentia*, dedicou um *Silo* uma ara (Hurtado, 1977, n.º 771). Ainda em Cória, numa outra ara, *Arentia* e *Arentius*, este, aparentemente com o mesmo epíteto de *Am[r]un(aecus)*, são adorados por um *Tancinus*, filho de *Caturu* (Hurtado, 1977, n.º 772). No mesmo lugar, um *Crissus*, filho de *Talaburus*, que se identifica como natural de *Aebosocelum*, adora *Trebarunis* (Hurtado, 1977, n.º 217). Neste caso, por desconhecimento da localização do *castellum* ou *vicus* de *Aebosocelum*, podemos admitir que se trate de um imigrante, procedente de outro *populus*, ou melhor, de outra *civitas*, imigrante que teria adorado uma divindade do seu lugar de ori-

gem e alheia à *civitas* de *Caurium*; mas também não é liminarmente rejeitável a hipótese de *Aebosocelum* ser *castellum* ou *vicus* da própria *civitas* de *Caurium*, até porque seria mais natural (a tratar-se de um imigrante) que *Crissus* tivesse indicado a *civitas* de origem e não um lugar secundário.

Em Malpartida de Plasencia, um teónimo lido como *Dovanceius* (Hurtado, 1977, n.º 743) deve, provavelmente, entender-se como *Quangeius*, correspondendo o D, simplesmente a *D(eo)*. Numa inscrição de Penamacor (Portugal), o teónimo é também precedido de *Deo* (Garcia, 1991, p. 344).

O culto a *Trebarunis*, aliás com epíteto, em ambos os casos, de *Augusta*, está presente em *Capara* e em Talavera la Vieja (antiga *Augustobriga*) (Hurtado, 1977, n.ºs 492 e 818). Ambas as cidades, porém, foram atribuídas por Ptolemeu aos *Vettones* e, neste caso, até pela frequência com que, nos respectivos territórios, se encontram esculturas zoomórficas, não vemos razão para duvidar do testemunho do geógrafo.

No território da província de Cáceres a sul do Tejo não temos, até agora, vestígios de *Arentius/Arentia*, *Quangeius* ou *Trebarunis*.

Não referiremos aqui os testemunhos da província de Cáceres a *Bandus*, *Nabia* e *Reve*, visto que, por não serem divindades especificamente lusitanas, mas também comuns aos *Callaeci*, não ajudam à identificação da área geográfica dos *Lusitani*. Aliás, esses testemunhos acham-se compendiados por Blanca García Fernández-Albalat (1990). Não será, todavia, inoportuno perguntar se, numa inscrição de Malpartida de Plasencia, consagrada a *Ban[...] Vor. P[...]icio* (Hurtado, 1977, n.º 333), não se deveria ler *Vort(ea)icio*. Este *Banda Vorteaecius* foi adorado em Salgueiro (Fundão), Monte de S. Martinho (Castelo Branco) e Quinta da Arrochela (Penamacor) (Garcia, 1991, p. 292-293), isto é, na área dos *Lusitani* do lado português onde, aliás, também se encontrou uma ara a *Vordius* ou *Vordus* que referiremos mais adiante.

Não podemos, porém, deixar de referir uma ara a *Bandu Vordeaeco* achada num sítio muito distante, no concelho de Carraceda de Anciães (distrito de Bragança) (Lemos e Encarnação, 1992). Tratar-se-á, aqui, de um emigrante? Será ainda emigrante o *T(itus) Curiatius Rufinus* que, na *villa* de Freiria (Cascais), adorou *Triborunnis* (Encarnação, 1985)? Como observou José d'Encarnação, *Curiatius* pode corresponder a “gentílico formado a partir de *Curius*, bem documentado (por exemplo) na Egitânia.”

A presença, na província de Cáceres, de divindades que nos parecem lusitanas leva-nos a considerar a hipótese de *populi* lusitanos terem habitado do lado actualmente espanhol — o que, aliás, parece confirmado pela inscrição em língua “lusitana” de Arroyo de la Luz.

6. Os *Lusitani* do lado actualmente espanhol

Quantos *populi* lusitanos terão vivido do lado hoje espanhol e que nomes teriam?

Uma inscrição de Alconétar, *Precario Coerensium et Calontensium, Caluri et Palantienses vsi sunt* (Tovar, 1976, p. 239-240; Hurtado, 1977, n.º 37), responde-nos, possivelmente, a esta questão.

O sentido da inscrição parece ser: “por concessão precária (ou revogável) dos Coerenses e dos Calontienses, os Caluros e os Palantienses estão no uso de...”; ou “com a autorização dos Coerenses e dos Calontienses, os Caluros e os Palantienses podem servir-se de...”

Qualquer que tenha sido o objecto da concessão precária, parece estranho que a inscrição tenha sido gravada numa tégula (ou num fragmento de tégula?). Possivelmente, trata-se de minuta de inscrição para ser gravada em pedra ou marco. O seu achado em Alconétar, vau do Tejo, leva-nos a sugerir que o que os Coerenses e os Calontienses concederam aos Caluros e Palantienses foi o direito de passagem desse vau. A inscrição estaria, assim, completa, porque, colo-

cado o marco numa das margens do rio (ou repetido em ambas), seria evidente o sentido dela. Poderíamos ainda admitir a construção de uma ponte, eventualmente de madeira ou de barcas, com direito, para os Caluros e Palantienses, de passagem sem portagem.

Não cremos que alguém tenha tentado datar paleograficamente a inscrição. A referência a unidades sociais que nos parecem ter sido *populi* mas que, em caso algum, correspondem a *civitates*, deixa-nos crer que ela é anterior à constituição das *civitates* de *Caurium* e *Norba Caesarina*. A forma não inteiramente cerrada do P de PRECARIO mas cerrada do P de PALANTIENSES aponta para um momento de transição, eventualmente de meados do séc. I a.C.

A localização dos *Coerenses* na área de Cória parece mais que provável. O rio Arrago separá-los-ia dos *Lancienses Oppidani*. A serra de Díos Padre poderia constituir o vértice setentrional do território, cujo limite oriental correria, talvez, por Piedra Hicada e pelas imediações de Montehermoso, descendo depois ao longo do rio Alagón até à sua confluência com o Jerte. Daí, por Riobobos e pelas alturas de Cabildo, viria passar a Puerto de los Castaños e desceria ao Tejo, seu limite meridional.

Delimitados os *Coerenses*, ficam-no também os *Lancienses Oppidani*, que, incluindo, como vimos, a área de Penamacor, e separados dos *Igaeditani* pelo curso inferior do rio Erges, iriam do Tejo ao monte Jálama.

Se os *Calontienses* dominavam Alconétar, é na margem esquerda do Tejo que devemos colocá-los. Parece tentador fazê-los descer até ao rio Salor, o que colocaria Arroyo de la Luz no seu território. O povoado de El Aljibe (Martín Bravo, 1999, p. 81 e 161), junto do qual se encontrou o tesouro orientalizante de Aliseda, não nos parece, porém, que possa atribuir-se aos *Lusitani*. Ora esse povoado domina de tal modo as terras baixas do Salor, a norte do rio, que nos perguntamos se os *Calontienses*, aquando da sua instalação, no Bronze Final (porque é a esta época que atribuiremos, mais abaixo, a chegada dos *Lusitani*), não teriam ficado limitados, a sul, pelo Arroyo de Jumadiel e pela serra de Santo Domingo. O troço final do Salor, a ocidente, e o tramo terminal do rio Almonte, a oriente, constituiriam as fronteiras do *populus*. Semelhante território, porém, seria muito reduzido. E, por outro lado, o domínio visual de El Aljibe não significa, necessariamente, domínio político e económico da área abrangida pela visão.

Os *Caluri* situar-se-iam a oriente dos *Coerenses*, do Tejo aos montes que acompanham o rio Jerte pela sua margem direita. O limite oriental incluiria Navaconcejo e desceria pelas alturas de Panera (1814 m), ao longo da garganta de Pedro Chate. Atravessado o rio Tiétar, não é, porém, fácil traçar a fronteira pelo meio do Campo de Aranuelo. É possível que o grande povoado de Villavieja (Martín Bravo, 1999, p. 132) corresponda à famosa cidade de *Oxtbracas* (Apiano, *Ib.* 58).

As fronteiras propostas para os *Coerenses*, *Lancienses Oppidani*, *Calontienses* e *Caluri* não passam de meras sugestões, que devem ser reexaminadas por investigadores com melhor conhecimento da geografia da província de Cáceres.

Resta-nos localizar os *Palantienses*. Antes, porém, referir-nos-emos ao “pacto de Alcântara”, susceptível de inviabilizar a localização que acabámos de apresentar para os *Calontienses*.

7. O problema dos *Seano*[...]

O chamado “pacto de Alcântara”, celebrado em 104 a.C. (López Melero et al., 1984), encontrado no castro de El Castillejo de la Orden (Martín Bravo, 1999, p. 145) que, pela nossa definição de fronteiras, se inclui no território dos *Calontienses*, nomeia um *populus Seano*[...]. Quem seriam esses assim designados?

Tendo considerado o problema, R. López Melero hesitou entre uma unidade da dimensão de uma posterior *civitas* romana e uma *gentilitas*, não tendo chegado a conclusão definitiva. Reformulando o problema, devemos perguntar-nos se *populus* tem o sentido de *castellani* e designa os habitantes do castro, ou se os *Seano*[...] correspondem a uma unidade étnica idêntica à dos *Coerenses*, *Calontienses*, *Caluri* e demais *populi* de que acabámos de falar.

A restituição *Seano*[*corum*], feita por R. López Melero, parece-nos a mais viável. Mas isso não resolve o problema, porque a terminação *-oci* tanto pode encontrar-se em *gentilitates*, com a forma do genitivo *-ocum*, como em *populi/civitates*, como os *Naebisoci* (ou *Aebisoci*) e os *Amphiloci* do *conventus Bracarum*.

A eventualidade de *populus Seano*[*corum*] corresponder a *castellani Seanocenses* tem contra ela dois argumentos, todavia não decisivos:

1. A pouca credibilidade que nos merece a hipótese de os Romanos fazerem um tratado com cada *castellum* em particular e de esse tratado ser materializado, em cada caso, em placa de bronze. Por um lado, isso multiplicaria os tratados (se bem que o número de *castella* entre os *Lusitani* fosse muito menor que o dos castros do Noroeste; no território proposto para os *Calontienses* não haveria mais que cinco ou seis *castella*); por outro, deveríamos já ter encontrado outras *tabulae* semelhantes (mas as escavações em castros lusitanos são ainda muito poucas).
2. A palavra *castellani* existia em latim para designar os habitantes de um castro. Por que razão, no “pacto de Alcântara”, se teria usado *populus* em vez de *castellani*? A verdade, porém, é que não nos parece haver atestação da palavra *castellani* em data tão antiga como 104 a.C., época na qual se poderia ter usado o nome *populus* para designar o que, posteriormente, se viria a chamar *castellani*.

Perante estas dúvidas, não podemos deixar de admitir a eventualidade de o *populus Seano*[*corum*] do pacto de Alcântara ser uma entidade étnica da mesma dimensão dos *Coerenses*, *Calontienses* e *Caluri*. Neste caso, porém, ficaria situado no mesmo território onde localizámos os *Calontienses*, o que, obviamente, é impossível. Teríamos de deslocar estes últimos, mas não sabemos para onde.

Uma solução para o problema poderá passar pela admissão de “unidades étnicas” entre o *populus* e o *castellum*: dois ou três *castella* constituiriam uma unidade étnica menor, com nome próprio, e duas ou três destas unidades integrariam o que, até agora, temos chamado *populi* (*Coerenses*, *Lancienses Transcudani*, etc.).

A hipótese de “unidades étnicas” menores que o *populus*, integrando dois ou três (ou mais) *castella*, poderá explicar o epíteto *Tanginiciaecus* de *Arantius* perto do Rosmaninhal, no território dos *Igaeditani* (Garcia, 1991, p. 286). Se, naquele epíteto, virmos um caso de dupla sufixação, com *-nicus* seguido de *-aecus* (Albertos Firmat, 1975, p. 21), *Arantius Tanginiciaecus* seria o deus tutelar de uma unidade designada por *Tangi*, que poderia corresponder a um étnico menor abrangendo alguns *castella* dos *Igaeditani*. *Quangeius Tanngus* de Nisa (Garcia, 1991, p. 343) seria a divindade tutelar de um grupo de *Tangi* que, do território dos *Igaeditani*, se teria deslocado para a região de Nisa. Com igual verosimilhança, porém, podemos propor exactamente o contrário: que *Tangi* fosse um nome étnico maior, designando colectivamente os *Igaeditani*, *Tapori* e *Elbocori*.

Tendo considerado a hipótese de *Reve Langanitaecus* ou *Langanidaecus* (Garcia, 1991, p. 345-346) poder ter sido o deus de uma unidade étnica menor designada por *Langanidi*, de cujo nome, pelo sufixo *-aecus*, se teria formado aquele epíteto, uma inscrição de Mérida (Canto, Bejarano e Palma, 1997) parece dar razão a F. Villar (1996): *Reve Langanidaecus* seria o deus “do rio grande” (*Langa Nida*). Não deixa de ser estranho, porém, que *Reve* apareça com epítetos como *Laraucus* ou

Marandicus (Rodríguez Colmenero, 1987, p. 192, 1999, p. 106) que hoje se conservam como nomes de serras (do Larouco e do Marão, respectivamente). De qualquer forma, não poderemos considerar a hipótese de *Langanidi* ser um nome étnico.

A hipótese de unidades menores que o *populus* foi, de certo modo, já por nós proposta (Alarcão, 2000b). Aí defendemos a existência de “cantões” com corónimos e divindades tutelares. Os nossos “cantões” são facilmente transformáveis em “unidades étnicas” menores que o *populus* e maiores que *castella*.

Em conclusão: a verdadeira natureza e dimensão do *populus Seanof[orum]* permanece duvidosa mas, à falta de demonstração em sentido contrário, não faremos dele uma unidade étnica com a dimensão dos *Coerenses*, *Calontienses* e *Caluri*.

8. O problema dos *Palantienses*

A localização dos *Palantienses* na área entre o Tejo e o rio Almonte, e ainda nos cursos inferiores do Tamuja e do Guadiloba, que são afluentes do Almonte, pode parecer, à primeira vista, viável. Observam-se aí alguns povoados do Bronze Final, época na qual, como dissemos e rediremos com outro desenvolvimento mais adiante, terão chegado os *Lusitani*. São esses povoados os n.ºs 11, 12, 13, 14, 15, 18 e 19 de Ana M.ª Martín Bravo (1999) (nossa Fig. 10).

Em El Risco (n.º 11) e Cabeza de Araya (n.º 19), a ocupação não parece, porém, anterior ao séc. IX ou VIII a.C. (Martín Bravo, 1999, p. 35-39; Pavón Soldevilla, 1999), enquanto os *Lusitani* terão chegado (na nossa hipótese) no século XIII a.C. Além disso, a integração do povoado de El Risco no mundo lusitano suscita-nos sérias dúvidas, não só porque Pavón Soldevilla o aproxima do povoado de El Aljibe, que atrás excluímos da área dos *Lusitani*, como porque os seus materiais apresentam semelhanças com os de Cancho Roano (Martín Bravo, 1999, p. 84) e ainda porque muito perto fica o edifício orientalizante de Torrejón de Abajo (Martín Bravo, 1999, p. 87).

A aparente ausência de povoamento da I Idade do Ferro na área agora considerada (salvo em El Risco) torna também pouco credível a localização aqui dos *Palantienses*, porque teríamos de admitir uma retirada nessa época (com eventual regresso na II Idade do Ferro, da qual há inequívocos testemunhos).

Embora a explicação do povoamento da bacia do Almonte se nos afigure difícil, talvez se possa supor que esses povoados correspondem antes ao mundo das estelas *extremeñas* (que noutra apartado examinaremos). Não ficariam aqui, pois, os *Palantienses*.

Terão ficado eles a ocidente dos *Calontienses*, na área de Valência de Alcântara? Parece-nos possível situar aqui um *populus*, com três castros do Bronze Final, quatro do Ferro Inicial (incluindo dois do Bronze Final cuja ocupação se mantém) e sete do Ferro Pleno (adoptando a classificação cronológico-cultural de Martín Bravo, 1999).

Se, na área de Valência de Alcântara, devemos situar um *populus* (que terá correspondido, na época romana, à *civitas* de *Ammaia*), dificilmente nos parece poder situar-se aqui um *populus* lusitano. Com efeito, no povoado de El Cofre (n.º 22 de Martín Bravo, 1999) encontraram-se três estelas *extremeñas*, designadamente uma com representação de carro. Ora, como veremos no apartado sobre as estelas, entre os *populi* lusitanos (ou aqueles que assumimos como tais) não se encontram estelas com carros nem estelas associadas a povoados. Exceptua-se o caso de S. Martinho (Castelo Branco), que corresponde a um povoado; mas, como adiante diremos, as estelas de S. Martinho não se integram no grupo das *extremeñas*, ainda que pareçam contemporâneas delas.

A integração étnico-cultural do povoado de El Cofre também não se afigura fácil. As estelas *extremeñas* que, num exame superficial, parecem relacioná-lo com as vegas do Guadiana, poderão ter chegado do Sul, via Fuente de Cantos, El Capote e Monte Blanco (n.ºs 38, 34 e 33 de Galán Domingo, 1993). O povoado de El Aljibe, se tivesse sido ocupado já no século VIII a.C. (Pavón Soldevilla et al., 1998, p. 131), poderia ter constituído, porém, um elo de ligação entre a área de Valência de Alcântara e as vegas do Guadiana.

Não vemos, pois, onde se terão situado, no Bronze Final, os *Palantienses*.

Para resolver esta dificuldade, oferece-se-nos a hipótese de considerar que os *Palantienses* não seriam um *populus* chegado no Bronze Final juntamente com os *Coerenses*, *Calontienses* e *Caluri*. Na II Idade do Ferro, contingentes vindos destes três *populi* teriam ocupado a área do Almonte e da margem esquerda do Guadaloba, num movimento de expansão. Não parecendo muito viável a criação, nestas circunstâncias, de um etnónimo novo, os *Lusitani* instalados nessa área ter-se-iam chamado a eles mesmos *Palanti* ou *Palantienses*, que seria o etnónimo por que seriam conhecidos, colectivamente, os três *populi* originais de *Coerenses*, *Calontienses* e *Caluri*. A inscrição consagrada *Munidi Eberobrigae Toudopalandaigae* (Hurtado, 1977, n.º 471), encontrada em Talaván, corresponderá à divindade tutelar de uma povoação, *Eberobriga*, fundada eventualmente nesta ocasião.

9. O problema da área de Trujillo

Não parece que o culto a *Nabia* na serra de San Pedro (Melena, 1984) deva pôr particulares problemas: pode a sua origem remontar à época romana e não proto-histórica ou ter explicação numa expansão dos *Calontienses*. A serra de San Pedro pode ter sido base de operações de Viriato (Melena, 1985, p. 484-485; vid. todavia Seguido Aliaga, 1989).

Maior atenção nos deve merecer o culto de *Nabia* e de *Salama* (divindade dos *Lancienses Oppidani*, como sustentaremos mais adiante) em Trujillo (Melena, 1984, p. 238-239, 1985, p. 480-481) e de *Reve Anabaraecus* em Ruanes, ainda na área de Trujillo (Hurtado, 1977, n.º 422). Como explicar estes cultos numa área que não consideramos ter sido originalmente lusitana, até porque nela se encontram estelas que nos sugerem ter sido a zona, nos séculos IX-VII a.C., parte integrante do que definiremos como mundo das estelas *extremeñas*? Terá sido aqui que Décimo Júnio Bruto instalou os *Lusitani*?

A ideia de que *Lusitani*, depois da morte de Viriato, foram instalados numa cidade chamada *Valentia* deriva de Lívio, *Per.* 55, onde se diz que *Iunius Brutus cos. is, qui sub Viriatho militaverant, agros et oppidum dedit, quod vocatum est Valentia*. Com argumentos que nos parecem muito ponderáveis, Wiegels (1975) sustentou a inverosimilhança de essa cidade ter sido a Valência da costa mediterrânea (Valência del Cid). Na sua proposta, a cidade dada aos *Lusitani* teria sido *Brutobriga*, cuja existência está numismaticamente atestada, bem como por uma referência de Estêvão de Bizâncio (em Schulten, 1937, p. 140). Le Roux (1982, p. 36-37) não aceitou a emenda.

Sustentada por alguns, contestada por outros (entre eles, Tarradell, 1962, p. 17), a hipótese de a *Valentia* de Lívio corresponder a Valência de Alcântara foi renovada por Fernández Corrales (1988, p. 39), que fez mesmo desta localidade uma capital de *civitas* e até *municipium*. Não há qualquer apoio epigráfico ou literário para fazer de Valência de Alcântara sede de *civitas*. A curta distância de *Ammaia* (em S. Salvador de Aramenha, Marvão), poderá ter sido simples *vicus* desta outra *civitas* cuja capital se situa em território actualmente português mas cujo termo se estenderia por terras hoje espanholas.

A hipótese de Valência de Alcântara ter sido a cidade dada aos *Lusitani*, não sendo rejeitável *in limine*, não se nos afigura muito convincente: teríamos de admitir que, em 1221, quando o mestre de Alcântara, Nuño Fernández, povoou Valência e lhe deu o nome, se mantinha a tradição do nome antigo.

É possível que o epitomador de Lívio tenha cometido *omissio ex homoioteleuton*, isto é, “omissão a partir de terminação igual”. O erro é tão frequente nos copistas que para ele foi criado, pela crítica textual, o mencionado termo técnico. Assim, o texto original de Tito Lívio poderia eventualmente ter sido: *Iunius Brutus cos. is, qui sub Viriatho militaverant, agros et oppidum dedit, quod vocatum est ..., et veteranis oppidum dedit, quod vocatum est Valentia*. A repetição da frase *oppidum dedit, quod vocatum est* teria feito com que o epitomador tivesse omitido parte do texto, dando um salto.

Brutobriga poderá ter sido o nome da cidade dada aos *Lusitani*? Se, como pretende Villaronga (1994, p. 401), a emissão monetária de *Brutobriga* data da segunda metade do século II a.C., parece-nos difícil aceitar que uma cidade dada aos *Lusitani* vencidos tenha cunhado moeda no imediato. Mas a cronologia não parece segura.

A localização de *Brutobriga* permanece incerta. M.^a de Lourdes Albertos Firmat (1990, p. 134) situou-a em Castuera e Villaronga (1994, p. 401), em Cerro Botija. Ambos os lugares ficam na província de Badajoz. Já Wiegels chamou a atenção para a semelhança do tipo de embarcação que se vê no reverso da emissão com o da nave das moedas de *Tamusia*. A proximidade das duas cidades é admissível e parece aceitável a identificação de *Tamusia* com *Villasviejas del Tamuja* (*TIR*, hoja J-29, p. 165; Sánchez Abal e García Jiménez, 1988; Hernández Hernández, 1993, p. 118; García-Bellido, 1995, p. 281-283; Blázquez Cerrato, 1995).

Propomos aqui uma nova hipótese: que o *oppidum* dado aos *Lusitani* tenha sido *Turgalium* (Trujillo). *Turgalium* foi, pelo menos durante algum tempo, simples *regio* de *Augusta Emerita* (Canto, 1989, p. 175-176; Alarcão, 1999b, p. 74). A hipótese da sua eventual municipalização assenta apenas na inscrição *CIL* II 5276, de controversa leitura, infelizmente não verificável devido ao desaparecimento do monumento. O texto seria uma dedicatória a *Baraeco* por um [...] *Iunius, aed. Ilvir*. Hübner, porém, considerou que *textum vero totum fictum apparet*.

A fixação de *Lusitani* em *Turgalium*, numa área que não teria sido sua desde o Bronze Final, explicaria o culto daquelas divindades que acima registámos.

Ainda a propósito de *Villasviejas del Tamuja*, recordaremos que Cruces Blázquez Cerrato (1995), observando a semelhança das moedas de *Tamusia* com as de *Sekaiza*, e a distribuição de moedas de *Sekaiza* entre Tejo, Guadiana e Guadalquivir, propõe a imigração de gentes vindas de *Sekaiza* para *Villasviejas del Tamuja*.

A carta geográfica da distribuição das moedas de *Sekaiza* no Sudoeste é tão coincidente com o teatro das guerras viriatinas que não podemos deixar de pensar nas tropas de *Belli* e *Titi* alistadas no tempo de Vetúlio contra os *Lusitani* (Apiano, *Ib.*, 63). Devendo *Sekaiza* situar-se em território de *Belli* ou *Titti*, terão sido essas tropas que terão trazido as moedas. Não parece inviável admitir que, finda a guerra, *Belli* e *Titti* tenham sido estabelecidos em *Villasviejas del Tamuja*. Teríamos, porém, de recuar ligeiramente a data proposta para as cunhagens de *Sekaiza*, que não corresponderiam aos fins, mas aos meados ou primeira metade do século II a.C.

10. *Quangeius* no Nordeste alentejano

A divindade *Quangeius* encontra-se ainda no Nordeste alentejano, onde a sua presença põe um incontornável problema. Encontra-se em Salavessa (Nisa) e na Senhora da Graça (Nisa) (Gar-

cia, 1991, p. 345 e 572). Encontra-se ainda em Nossa Senhora dos Prazeres (Nisa) (Carvalho, 1987, n.º 106), aqui, aparentemente, com o epíteto de *Tangus*. Uma outra ara à mesma divindade, com o epíteto *Turicaecus*, de procedência incerta, foi publicada por Rafael Alfenim (1991). O facto de esta última ter sido vista num antiquário de Borba, que lhe desconhecia a proveniência exacta, permite encarar a possibilidade de procedência igualmente do Nordeste alentejano.

Devemos supor que houve, do lado português, no Nordeste alentejano, um outro *populus* lusitano?

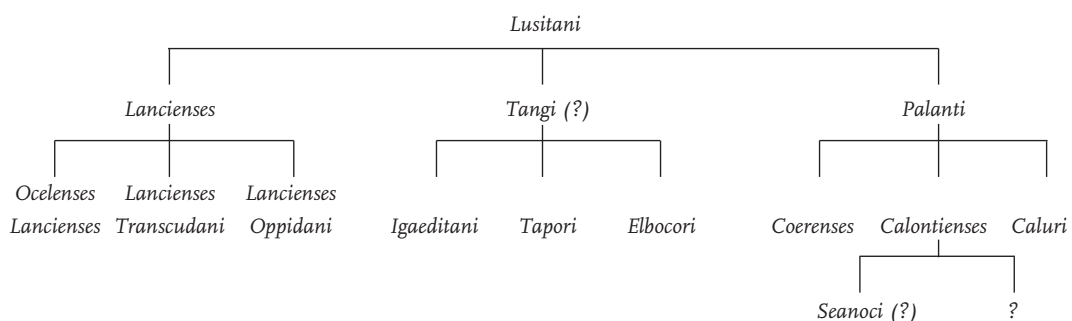
Em 153 a.C., um grupo de *Lusitani*, comandado por *Kaukainos*, atacou os *Conii* e tomou *Conistorgis*. Descrevendo estes sucessos, Apiano, *Ib.* 56-57 fala dos *Lusitani* da “margem oposta do Tejo”. Referir-se-á o autor a *Lusitani* da margem direita ou da margem esquerda do rio? Tendo em conta a perspectiva mediterrânea do autor, a “margem oposta do Tejo” é, possivelmente, a margem direita. E tendo nós visto que, desde o início, havia pelo menos um *populus* lusitano, o dos *Calontienses*, na margem esquerda, a observação do autor é entendível. Orósio, *Hist.* 4, 21, 10 fala também de *Lusitani citra Tagum*. Trata-se, porém, de um autor tardio que não sabemos se, ao escrever, assumia a perspectiva do homem nascido no Norte ou a do homem que residia, no momento da escrita, na África do Norte. Não se deve, pois, valorizar muito a expressão de Orósio. De qualquer forma, havendo *Lusitani* na margem direita e na margem esquerda do Tejo em território actualmente espanhol, nem Apiano nem Orósio se podem invocar como testemunhos inequívocos de uma presença de *Lusitani*, em 153 a.C., na margem esquerda do Tejo português.

A referência de Estrabão III, 1, 6, aos *Lusitani* instalados pelos Romanos na margem esquerda do Tejo também se pode entender como relativa àqueles que Décimo Júnio Bruto terá instalado eventualmente, como acabámos de propor, na área de Trujillo. Mas a solução encontrada para o lado hoje espanhol não se terá repetido, também, para o lado actualmente português? Não terão sido alguns *Igaeditani*, *Tapori* e *Elbocori* estabelecidos no Alto Alentejo pelos Romanos?

A presença de *Quangeius* no Nordeste alentejano não é, pois, prova inequívoca de que, desde o Bronze Final, ou anteriormente a 153 a.C., houve *Lusitani* no Alto Alentejo, constituindo um *populus* que deveríamos acrescentar aos anteriormente identificados em território actualmente português.

11. *Stemma* dos *Lusitani*

Estamos agora em condições de propor um hipotético *stemma* dos *Lusitani*.



A tripartição que fazemos não resultou de qualquer pressuposto estruturalista, que declaramos não ter tido. Assim, a identificação dos *Ocelenses Lancienses*, distintos dos *Lancienses Transcudani* e dos *Lancienses Oppidani*, foi feita por nós em trabalhos anteriores e não agora, no quadro desta nossa investigação sobre os *Lusitani*: não resulta, pois, de exigência estruturalista de encontrar três ramos para os *Lancienses*. Quanto aos *Palantienses*, como acabámos de ver, a negação da sua existência como *populus* lusitano original resulta da impossibilidade de ver onde é que se teriam localizado.

A inexistência, pelo menos até agora, de testemunhos de *Arentius/Arentia*, *Quangeius* e *Trebarunis* no território dos *Elbocori* torna problemática a sua inclusão no âmbito dos *Lusitani*, constituindo insuficientes argumentos a presença de *Bandus* e de *Nabia* (Garcia, 1991, p. 293, n.º 35 e 339, n.º 170) e a componente *-ur* do etnónimo, também observável em *Tapori*.

Para o primeiro grupo de *Lusitani* encontramos um nome étnico colectivo, o de *Lancienses*. Para os *Lusitani* do lado actualmente espanhol, o etnónimo colectivo *Palanti* não nos parece, pelas razões já aduzidas, inviável. O epíteto de *Munis* ou *Munidis Eberobriga Toudopalandiga* pressupõe não o étimo *-pala* mas *Palanta*, *Palantis* ou *Palantia* (Villar, 1993-95, p. 363). O achado, em Perales del Puerto, no território que atribuímos aos *Lancienses Oppidani*, de uma inscrição a *Palantico* (Melena, 1985, p. 494-495), epíteto possível de *Bandus* ou de qualquer outra divindade maior, constitui todavia uma dificuldade que não podemos deixar de assinalar. Só uma indicação da *origo* do dedicante nos permitiria afirmar que, neste caso, estamos em presença de um culto introduzido por um imigrante. Não é suficiente aduzir que o nome do dedicante, *Seanus*, só tem paralelo em *Seana*, conhecido em Arroyo de la Luz, no território dos *Calontienses* (Abascal Palazón, 1994, p. 498), nem que *Seano*[...] poderá ser um etnónimo menor dos *Calontienses*.

Para os *Igaeditani*/*Tapori*/*Elbocori* não temos indicação inequívoca de etnónimo colectivo; mas talvez o nome de *Tangi* corresponda a etnónimo colectivo. Se os *Lusitani* da área de Nisa foram aí estabelecidos depois do triunfo dos Romanos sobre *Igaeditani*, *Tapori* e *Elbocori*, esse grupo transplantado poderia ter sido designado pelo nome de *Tangi*, o que explicaria o epíteto *Tangus* de *Quangeius* em Nossa Senhora dos Prazeres.

A existência de etnónimos menores, como *Seanoci* para os *Calontienses*, é muito problemática.

O facto de Valério Máximo, 9. 6. 2 (*in* Schulten, 1937, p. 104) referir que Sérvio Galba convocou o povo de três cidades da Lusitânia (*Trium enim Lusitaniae civitatum convocato populo...*) pode tomar-se como argumento a favor da reunião dos *populi* lusitanos por grupos de três.

Para além dos *Lusitani*, ficavam, no testemunho da *Ora Maritima*, os *Dragani*, *sub nivoso maxime septentrione*. Talvez se não deva valorizar demasiadamente a expressão *maxime*, que levou alguns autores a situar os *Dragani* na região asturiano-cantábrica (Mangas e Plácido, 1994, p. 74). Talvez os *Dragani* confinassem com o *pernix Lucis* ou *Lusis*, para além da serra da Gata, à qual convém o nome de *nivosa*, ou para ocidente da serra da Estrela. Neste caso, os *Dragani* seriam os antepassados dos *Vettones*, ou por esse nome seriam conhecidos os *populi* da Beira central.

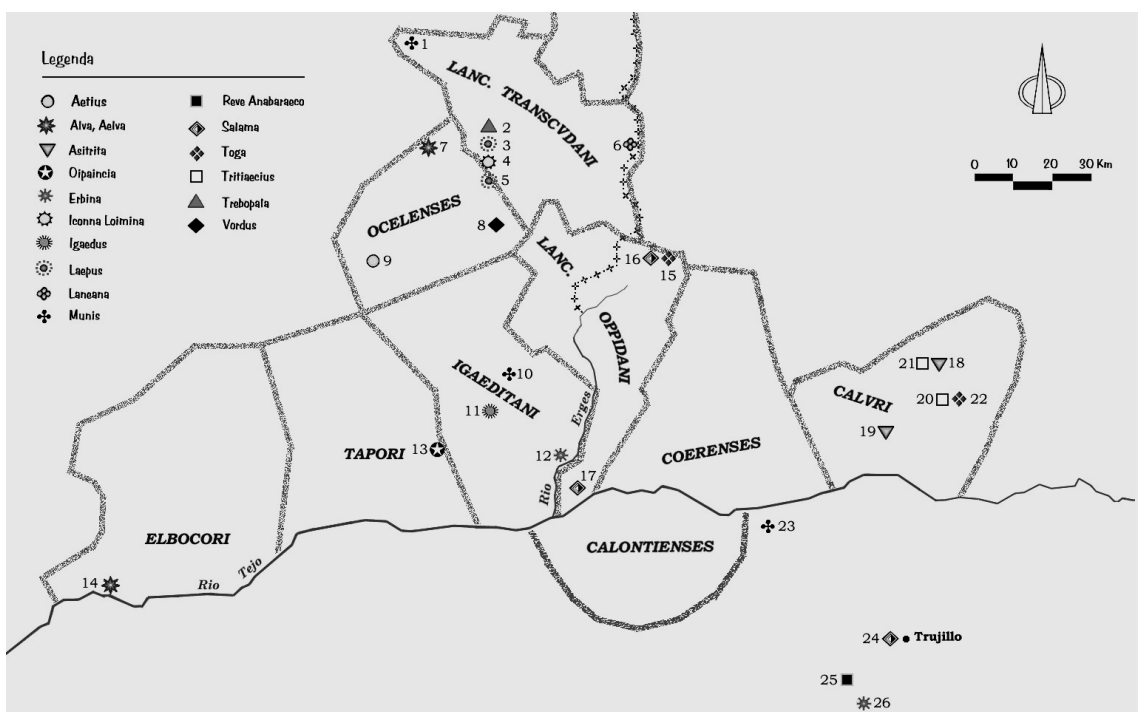
12. Divindades específicas tutelares de cada *populus*?

As divindades *Bandus*, *Nabia* e *Reve*, que C. Búa (1997, p. 58) designa por “deuses nacionais ocidentais”, eram comuns aos *Lusitani* e aos *Callaeci*. *Arentius/Arentia*, *Quangeius* e *Trebarunis* eram divindades comuns a todos os *populi* lusitanos. Será que cada um destes *populi* tinha ainda a sua divindade tutelar própria? A existência do deus *Igaedus* entre os *Igaeditani* sugere essa eventualidade, que agora teremos de examinar.

Que critério, porém, deveremos adotar para identificação dessas possíveis divindades tutelares dos diversos *populi* lusitanos?

Pareceu-nos aceitável tomar como critério o seguinte: será divindade tutelar de um *populus* aquela cujo culto se observe em diversos lugares no âmbito territorial do mesmo *populus* mas não fora dele. Aplicado esse critério, não chegamos, porém, a conclusões seguras.

O deus *Salama* (no dativo, *Salamati*), cujo nome se conservou no monte Jálama, ponto extremo do presumível território dos *Lancienses Oppidani*, encontra-se em Villamiel e Ceclavín, duas localidades desse território (Melena, 1985, p. 479-483 e 490). Mas encontra-se também em Trujillo (Melena, 1984, p. 238) (nossa Fig. 8).



1. *Munis*. Celorico da Beira.
2. *Trebopala*. Cabeço das Fráguas. Tovar, 1985.
3. *Laepus*. Cabeço das Fráguas. Tovar, 1985.
4. *Ionna Loimina*. Cabeço das Fráguas. Tovar, 1985.
5. *Laepus*. Quinta de S. Domingos (Sabugal).
6. *Laneana*. Aldeia da Ponte (Sabugal).
7. *Aelva*. Famalicão da Serra (Guarda).
8. *Vordus*. A publicar por Marcos Osório em *Ficheiro Epigráfico*.
9. *Aetius*. Covão (Fundão).
10. *Munis*. Monsanto.
11. *Igaedus*. Nossa Senhora do Almortão (Idanha-a-Nova).
12. *Erbina*. Segura (Idanha-a-Nova). García Fernández-Albalat, 1993-1994.
13. *Oipaincia*. Granja dos Belgaios (Idanha-a-Nova). Amaro, 1993.
14. *Alva*. Mouriscas (Abrantes).
15. *Toga*. San Martín de Trevejo. Melena, 1985, p. 487.
16. *Salama*. Villamiel (Cáceres). Melena, 1985, p. 479.
17. *Salama*. Ceclavín (Cáceres). Melena, 1985, p. 481.
18. *Asitrita*. Navaconcejo (Cáceres).
19. *Asitrita*. Malpartida de Plasencia (Cáceres).
20. *Tritiaecius*. Navaconcejo (Cáceres).
21. *Tritiaecius*. Torremenga (Cáceres).
22. *Toga*. Torremenga (Cáceres). Blázquez, 1983, p. 486.
23. *Munis*. Talaván (Cáceres).
24. *Salama*. Trujillo. Melena, 1984, p. 238.
25. *Reve Anabaraecus*. Ruanes (Cáceres).
26. *Erbina*. Salvatierra de Santiago (Cáceres).

Nota: As referências bibliográficas encontram-se em García, 1991 (para o território actualmente português) e em Hurtado, 1977 (para o território hoje espanhol). Apenas no caso de estas obras não conterem tais referências se citam aqui as publicações onde se deram a conhecer os teónimos.

Fig. 8 Distribuição geográfica de outras divindades lusitanas.

Asitrita é adorada em Navaconcejo e poderá estar presente também em Malpartida de Plasencia (Hurtado, 1977, n.ºs 813 e 744), no segundo caso numa inscrição de leitura extremamente problemática. *Tritiaecius* foi adorado em Torremenga (Hurtado, 1977, n.º 806) e em Navaconcejo (Albertos Firmat, 1975, p. 59). Mas, dado que este nome parece conter um sufixo *-aikio*, simples variante de *-iaiko* (Búa, 1997, p. 56-57), *Tritiaecius* será um mero epíteto de divindade que não se invocou pelo nome próprio. Assim, com duas atestações no que nos parece ter sido território dos *Caluri* e nenhuma fora dele, *Asitrita* poderá ter sido a divindade tutelar desse *populus*.

A nossa colheita, como se vê, é pobre e pouco conclusiva. O caso de *Igaedus*, aliás, lança alguma suspeita sobre a pertinência do critério enunciado. Trata-se, aparentemente, de uma divindade tutelar de *populus* (o dos *Igaeditani*), divindade que, todavia, é conhecida por uma única inscrição em Nossa Senhora de Almortão, curiosamente, ainda hoje, centro de uma das mais concorridas romarias da Beira Baixa. Podemos, assim, perguntar-nos se uma divindade tutelar de *populus*, ainda que eventualmente muito invocada no quotidiano, não poderia ser adorada num único santuário (de localização central ou periférica no âmbito do território do *populus*), por fiéis que, ao contrário do que sucedeu no santuário de *Endovellicus* em S. Miguel da Mota (Alandroal), não teriam por hábito dedicar monumentos epigrafados, bastando uma única ara para “consagrar” o santuário. Pode todavia objectar-se que, neste caso, a ara deveria ser consagrada oficialmente por uma comunidade e não por um dedicante privado.

Admitida essa possibilidade (isto é, a eventualidade de uma divindade tutelar de *populus* poder ter sido venerada num único lugar, e até poder estar testemunhada, hoje, por inscrição única), parece não existir critério para distinguir (no caso de divindade conhecida por inscrição única ou por várias inscrições encontradas num mesmo e único lugar) uma divindade tutelar de um *populus*, de uma divindade tutelar de um sítio, isto é, um *genius loci*, masculino ou feminino.

Não podendo encontrar esse critério geral que nos permita identificar, das divindades actualmente conhecidas na Beira interior e na Extremadura, quais são as tutelares de *populi* (se é que existiam) e quais são as protectoras de singulares *castella* ou *vici*, prosseguiremos todavia com uma análise casuística, dado que, nalgumas circunstâncias, talvez seja possível determinar o carácter meramente local ou mais abrangente de certas divindades.

12. 1. O deus *Vordus* ou *Vordius*

No cemitério de Sortelha encontrou-se uma ara consagrada VORD[I]O TALACONIO (Osório, 1999).

É duvidosa a existência de um [I] e o nominativo do teónimo poderia ser *Vordus*. De qualquer forma, não é possível restituir VORD[AE]O. Se o fosse, poderíamos ter *Vordaeus* como alomorfo de *Vordaeacus*, tal como na Vila da Feira temos *Tuer-aeo* e *Toir-aeus* (Encarnação, 1975, p. 129 e 291).

Nesta ara de Sortelha temos, pois, de ver um nome próprio de divindade e não um simples epíteto, não obstante da mesma raiz se ter formado o epíteto de *Vortaeceus* = *Vort[e]aecius* = *Vortiaecus* = *Vordeaeacus* aplicado a *Bandus* em diversos lugares (Garcia, 1991, p. 291; Lemos e Encarnação, 1992).

Não nos parece que se possa ter dado o caso de *Bandus Vortaeceus* ter sido adorado simplesmente como *Vordus* ou *Vordius*, porque, a tratar-se de mero epíteto, a forma seria *Vordaeacus* ou *Vordiaecus* ou *Vordiaeus*, e não *Vordus* ou *Vordius*.

O epíteto *Talacinius*, significando o *Vordus* do *castellum* ou *vicus Talaconia*, leva-nos a crer que *Vordus* não era exclusivo de um lugar, pois, nessas circunstâncias, não levaria epíteto de natureza locativa.

Interessa-nos menos, neste momento, discutir a possível localização de *Talaconia* (certamente próxima de Sortelha, mas não em Sortelha, dada a ausência de vestígios romanos nesta aldeia) que salientar a probabilidade de *Vordus* ou *Vordius* ter sido uma divindade invocada por outros, para além dos *Talaconienses*. A provável localização de *Talaconia* no território dos *Ocelenses Lancienses* faz de *Vordus* ou *Vordius* uma possível divindade tutelar deste *populus*.

Se assim fosse (mas reconhecemos não ser a argumentação inteiramente convincente do carácter de *Vordus* como divindade tutelar dos *Ocelenses*), e no *pressuposto* (sublinhamos) de que um *populus*, a ter divindade tutelar, não teria mais que uma, deveríamos fazer de *Aelva* e *Aetius* (Garcia, 1991, p. 571 e 282) simples divindades tutelares de lugares, pelo facto de se encontrarem no mesmo território dos *Ocelenses*.

A divindade *Aelva*, aliás, parece-nos algo suspeita. Na ara de Famalicão, F. Curado leu: *Aelva Berec(enses) C(astellani) P(osuerunt)*. A expressão *castellani Berecenses* seria mais normal que *Berecenses castellani*. Por outro lado, a fotografia deixa-nos na dúvida sobre se, em vez de BERECC, se não poderá ler BERECCO. Ora em Trujillo há um epíteto teonímico *Baraeco* (Hurtado, 1977, n.º 555) e em Mérida temos um *Revve Anabaraecus* (Canto, Bejarano e Palma, 1997). Não poderemos ter, na ara de Famalicão, uma dedicatória a um deus invocado só pelo epíteto *Bereco* e posta por uma *Aelva*?

A hipótese tem contra ela os argumentos de não ser *Aelva* um antropónimo conhecido e de não indicar a suposta dedicante a sua filiação. Que a dedicante se identifique antes de nomear o deus não põe problema.

A verdade é que a outra ara, dedicada a *Aetius* e encontrada em Alcaria (Fundão), é também consagrada por uma mulher, *Cisia*, que se identifica exclusivamente pelo seu nome, sem filiação. É o seguinte o texto: *Aetio, Cisia l(ibens) a(nimo) s(olvit)*.

Reconhecemos que *Bereco, Aelva p(osuit)* seria mais normal que *Aelva Bereco p(osuit)* no caso de *Aelva* ser um antropónimo; mas não faltam casos de identificação do dedicante antes da nomeação da divindade.

12.2. O caso das divindades da inscrição de Cabeço das Fráguas

O Cabeço das Fráguas, conhecido pela famosa inscrição rupestre em língua “lusitana” (Prósper, 1999, com bibliografia anterior), foi um castro. A sua ocupação na Idade do Ferro é evidente mas, por falta de sondagens ou de materiais inequívocos à superfície, não é possível, por enquanto, definir com rigor os parâmetros cronológicos da ocupação. De qualquer forma, a população parece ter-se transferido, na época romana, para a base do monte e ter fundado, no sítio da Quinta de S. Domingos, um *vicus*. O achado recente, aí, de uma inscrição consagrada pelos VICANI / OCEL[.]N/N[.]S a uma divindade cujo nome não foi expresso (comunicação pessoal de Marcos Osório) dá-nos o nome do *vicus*. Os parênteses rectos correspondem a letras de leitura extremamente difícil, se não impossível. A leitura *Ocel[o]nn[i][e]s* por *Ocellonienses* parece a mais aceitável, pelo que teríamos um *vicus Ocellonia*. A existência, na região da Guarda (mas em local ainda não identificado), de uma paróquia suévica *Osonia, Osania* ou *Cosonia*, e de uma outra (também não identificada) *Ovellione* (David, 1947, p. 37) torna o topónimo *Ocelonnia* (ou *Ocelannia*) perfeitamente aceitável.

O achado, na Quinta de S. Domingos, de três aras a *Laepus* (Garcia, 1991, p. 333-334) torna mais que provável que a ara dos *vicani* tenha sido consagrada a esta divindade. Ora *Laepus* surge na inscrição do Cabeço das Fráguas, entre outras quatro divindades invocadas pela seguinte ordem (do princípio para o fim): *Trebopala, Laepo, Iconna Loiminna, Trebarune, Reve*. Se esta última

é uma divindade comum a *Lusitani* e *Callaeci*, se *Trebarunis* é uma divindade comum a todos os *Lusitani*, quem são as outras divindades?

O facto de *Trebarunis* vir em penúltimo lugar e *Reva* em último permite pôr a hipótese de uma ordem progressiva, das divindades de menor para as de maior extensão ou alcance. Assim, poderíamos ter, em *Trebopala* e *Laepus*, divindades específicas de dois *castella* cujas populações ali se tivessem reunido e em *Icona Loiminna*, a divindade do *populus* em que esses *castella* se incluíam. Se o Cabeço das Fráguas se situa no território dos *Lancienses Transcudani*, *Icona Loiminna* seria a divindade tutelar desse *populus*. Mas, neste caso, parecendo difícil admitir que o Cabeço das Fráguas fosse o santuário de *Icona* (exactamente pela multiplicidade das divindades adoradas e por *Laepus* parecer a divindade local), será apenas por azar que ainda se não encontrou, noutra ponto do território dos *Lancienses Transcudani*, uma ara a *Icona* indicativa do seu santuário próprio?

A posição fronteiriça do Cabeço das Fráguas, no limite de *Lancienses Transcudani* com *Ocelenses*, não permite rejeitar inteiramente a hipótese de termos, na inscrição rupestre, duas divindades tutelares de *populi*. Isto, porém, inviabilizaria a possibilidade de *Vordus* ou *Vordius* ser tutelar dos *Ocelenses*.

Em terceira hipótese, poderemos ter, em *Trebopala*, *Laepus* e *Icona Loiminna*, três divindades locais de três *castella* cujas populações se tivessem reunido para, em conjunto, adorarem as suas divindades locais, caso em que não teríamos, no Cabeço das Fráguas, nenhuma divindade tutelar de *populus*. Uma divindade poderia pertencer a Castelos Velhos e outra ao Sabugal. Os Castelos Velhos, hoje na área urbana da Guarda e infelizmente quase totalmente destruídos sem que se tenham feito escavações, correspondem a um importante povoado proto-histórico ainda ocupado na época visigótica (Almeida, 1961; Rodrigues, 1999). Quanto ao Sabugal, a presença, aí, de uma ara a *Arentia Equotullaicensis* talvez permita restituir um topónimo **Ekwo-tullo* com o sentido de “vale de cavalos”, “terra de cavalos” ou algo similar (Prósper, 2000, p. 60). A identidade fonética e semântica de **ekwo* e de *icco* (Prósper, 1999, p. 171; Witczac, 1999, p. 67) deixa admitir a possibilidade de *Icona* ter sido a divindade tutelar do *castellum* do sítio do actual Sabugal. Mas Castelos Velhos e Sabugal parecem ter sido apenas os lugares principais de uma rede de *castella* menores da região.

Resta-nos acrescentar, relativamente à inscrição do Cabeço das Fráguas, que parece não ter sido considerada ainda a hipótese de *comaiam* (nome, em acusativo, do animal oferecido a *Icona*) poder significar “égua” (cfr. Latim *coma*, crina). Os linguistas examinarão essa possibilidade. Não parece, porém, provada a hipótese, posta por Blanca María Prósper (1999, p. 178), de *comaiam* significar “porca prenhe.”

Pode ter sido inútil toda esta discussão sem conclusão positiva. Mas, ao patentearmos os nossos raciocínios e expressarmos as nossas dúvidas, talvez tenhamos suscitado a atenção para o problema da existência (ou não) e da identificação de divindades tutelares de *populi*, problema que desafia a nossa capacidade de entendimento e para o qual outros poderão achar a solução que não descobrimos.

13. Outras divindades

Antes de considerarmos os casos de *Munis*, *Erbina* e *Toga*, que nos vão merecer alguma atenção especial, diremos que são numerosos os nomes divinos encontrados na Beira interior e na Extremadura, para além dos teónimos até agora examinados. Todos esses nos parecem, porém, corresponder a divindades locais ou a meros epítetos em casos em que não se indicou o teónimo

próprio. Pelo menos, não podemos produzir, relativamente a nenhum deles, argumentação a favor da sua natureza como divindade tutelar de *populus*.

Sem pretendermos elaborar uma bibliografia exaustiva dessas divindades, citaremos todavia alguns trabalhos que ajudarão quem tiver necessidade de investigar o rol completo dos deuses, deusas e *genii* da área dos *Lusitani*: Beltrán Lloris, 1975-76; Búa, 1997; Callejo Serrano, 1982; Domínguez Moreno, 1987-88; Encarnação, 1975; Esteban Ortega, 1986; García Fernández-Albalat, 1990; Garcia, 1991; Hurtado, 1977; Madruga Flores e Salas Martín, 1995; Melena, 1984, 1985, 1990; Redondo Rodríguez, 1985; Salas Martín et al., 1983 e 1986-89; Villar e Pedrero, n. p.

14. O problema de *Munis*

De *Munis*, temos, no presumível território dos *Lusitani*, dois exemplos: *Munidi Igaed(itaniae)* ou *Igaed(iae)* em Monsanto (García, 1991, p. 339) e *Munidi Eberobrigae Toudopalandaigae* em Talaván (Hurtado, 1977, n.º 471). Deveremos acrescentar *Munis* ao panteão comum dos *Lusitani*, invalidando a ideia de uma tríade reduzida a *Arentius/Arentia*, *Quangeius* e *Trebarunis*?

Seguindo uma sugestão de Juan Gil (1985, p. 367), faremos de *Munis* um nome comum para designar uma divindade tutelar local feminina.

Cada *populus* tinha vários *castella* ou *vici* e cada um destes tinha (ou podia ter) uma divindade tutelar, isto é, um *genius loci*. Estas divindades tutelares locais, quando masculinas, foram adoradas, na época romana, sob o nome de *Genii* ou de *Lares*. Tratando-se de um génio feminino, este seria designado por *Iuno*, *Munis* ou *Nympha*.

Assim, a *Iuno Linteaica* de S. Martinho (Castelo Branco) (García, 1991, p. 358) seria a divindade tutelar do *castellum* chamado *Lint-*. Fora do território dos *Lusitani*, a *Iuno Meirurnarum* de Felgueiras e a *Iuno Veamuaeorum* de Freixo de Numão (Encarnação, 1975, p. 204-205), pela forma plural dos genitivos, parecem, porém, mais protectoras de unidades sociais menores que o *populus* que tutelares de aglomerados urbanos secundários. Essas unidades não teriam necessariamente a natureza daquelas que, na Meseta, são designadas por genitivos em *-um* (González Rodríguez, 1986).

15. O problema de *Erbina*

Que natureza ou alcance teria a deusa *Erbina*, adorada em Segura (Idanha-a-Nova) (García Fernández-Albalat, 1993-94 e *HAEP* 5, 1995, n.ºs 992-993) e em Salvatierra de Santiago (Cáceres) (Hurtado, 1977, n.º 438)?

As duas aras de Segura são consagradas *Erbine Iaedi Cantibidone*. Parece-nos que Blanca García Fernández-Albalat tem razão em sugerir que *Iaedi* corresponde a *Igaedi*, tendo-se dado queda do *-g-* intervocálico. Mas já não a seguimos na proposta de fazer de *Erbina* uma divindade pare-dra de *Igaedus*, isto é, sua consorte. A existência de *Erbina* também em Salvatierra de Santiago torna menos credível esta hipótese.

Citando *HAEP*, 1-2, n.º 202, R. Hurtado (1977, p. 200) assinala a presença da mesma divindade em Castillejo (Salamanca), no que é seguido por Blanca García Fernández-Albalat, que todavia escreve *Castrillejos* e precisa que a localidade se situa perto de Vilar Formoso (na actual fronteira luso-espanhola). Parece haver aqui um equívoco, porque a inscrição citada de *HAEP*. é, afinal, a mesma que R. Hurtado publica como procedente de Salvatierra de Santiago.

Blanca García Fernández-Albalat pretende ainda ver o teónimo numa inscrição de Ibaheirando (Hurtado, 1977, n.º 304) e relaciona *Erbina* com a *Ardbinna* da Gália Bélgica. As aparentes semelhanças, quando se relacionam divindades independentemente dos contextos etnográficos, parecem-nos suspeitas. Neste caso, a *Ardbinna* da Gália parece nada ter a ver com *Erbina*. Olmsted (1994, p. 429) relaciona o teónimo com *ardu-* (com o significado de alto) e *benno* (com o sentido de colina). *Ardbinna* seria a deusa local das Ardenas.

Atendendo à localização de Segura, e admitindo que *canti-* tem, como sugere Blanca García Fernández-Albalat, o sentido de “limite” ou “borda”, *Erbina* poderia ser uma divindade com a função muito específica de tutelar as fronteiras, cuja sacralização parece ser um fenómeno remontável, entre os *Lusitani*, ao Bronze Final. Os depósitos, possivelmente votivos, de peças metálicas do Bronze Final de Paul (Covilhã) e Ervedal (Fundão) (Vilaça, 1995, p. 81) podem perfeitamente situar-se nas fronteiras de *Ocelenses Lancienses* e *Tapori*, respectivamente. As estelas *extremeñas*, entre os *Lusitani*, parecem também situar-se em fronteiras de *populi*, como noutra apartado veremos.

Não sabemos, porém, se por Salvatierra de Santiago correria qualquer fronteira do território atribuído a *Turgalium*.

16. O problema de *Toga*

Uma ara a *Toga* foi encontrada em Torremenga (Cáceres) (Blázquez, 1983, p. 486) e outra em San Martín de Trevejo (Hurtado, 1977, n.º 443; Melena, 1985, p. 487; Seguido Aliaga, 1989, p. 145, que a dá como procedente de Torre de la Mata, na província de Salamanca, enquanto Blázquez (1983, p. 486) a atribui a Torre de la Mata, mas na província de Cáceres). Uma outra foi achada em Martiago (Salamanca) (Seguido Aliaga, 1989, p. 145; *HAEp.* 1022 = *ILER*937; Blázquez, 1983, p. 486). Uma quarta, na área de *Ammaia* (Portalegre), com um epíteto de duvidosa leitura, interpretado por J. d’Encarnação (1984, p. 673) como *Almae* e por F. Villar e R. Pedrero (n. p.) como *Alene[n]s[i]*.

Com esta dispersão geográfica, parece muito difícil determinar a origem da divindade. A localização de S. Martín de Trevejo e de Torremenga muito perto da fronteira dos *Lusitani* com os *Vettones* permite admitir que *Toga* seja divindade vetona (introduzida no território lusitano como o foram algumas esculturas zoomórficas). Só novos achados permitirão viabilizar a hipótese. Não nos parece, porém, que seja forçoso considerar *Toga* como uma divindade lusitana.

17. A data da invasão dos *Lusitani*

Os *Lusitani*, cuja composição e localização procurámos definir, aparentam-se com os povos do Noroeste peninsular e da Beira central pela presença também, nestas duas últimas regiões, dos cultos de *Bandus*, *Nabia* e *Reve* e pela existência, em Lamas de Moledo (Castro Daire), de uma inscrição em língua “lusitana.”

Apesar de a área etno-cultural e etno-linguística assim definida não ser totalmente coincidente com a carta de distribuição de machados de talão sem anéis ou com um anel do Bronze Final Atlântico I (1250-1050 a.C.) na Península Ibérica (Coffyn, 1985, carta 33, aqui reproduzida na Fig. 9), pois esses machados são também frequentes nas Astúrias e na Cantábria, não deixare-



Fig. 9 Distribuição geográfica dos machados de talão sem anéis ou com único anel, segundo Coffyn.

mos de pôr a hipótese de uma imigração indo-europeia pré-céltica vinda nesta data. Ao mapa de Coffyn há que acrescentar outros achados na província de Cáceres (Martín Bravo, 1999, p. 53).

A ligação do Bronze Final Atlântico à língua “lusitana” foi já reconhecida por Marisa Ruiz-Gálvez (1990) e por Almagro-Gorbea (1996). Este último ocupou-se sobretudo da ideologia e das práticas rituais desta sociedade a que chamou proto-céltica. Marisa Ruiz-Gálvez fez da língua “lusitana” uma língua só de comerciantes e de *élites* — tese que não merece o nosso acordo.

Segundo Villar (2000, p. 208), os topónimos em *-ur* pertenceriam ao estrato linguístico indo-europeu pré-céltico. A presença destes topónimos na região ibero-pirenaica (Villar, 2000, mapa da p. 202) e o achado, na mesma área, daqueles mesmos tipos de machados do Bronze Final Atlântico I parecem viabilizar a hipótese de uma chegada destes Indo-Europeus pelos passos pirenaicos, um avanço e uma fixação no Ocidente. A hipótese de invasão não tem de excluir as relações atlânticas, por mar, com o litoral da França e as Ilhas Britânicas.

O mapa de F. Villar revela, porém, uma grande concentração de topónimos em *-ur* no Sul da Espanha. Se todos os topónimos com essa componente se devem atribuir a um mesmo estrato étnico-linguístico, quando e em que condições chegou este ao Sul de Espanha? Não nos atrevemos a fazer hipóteses.

Não podendo apresentar argumentos decisivos a favor da hipótese de os *Lusitani*, os povos do Noroeste e os da Beira central terem vindo da Europa transpirenaica, também não nos parece que eles existam contra essa hipótese. Mantê-la-emos, portanto, considerando que, a ter-se verificado uma imigração, o momento mais credível para ela é o início do Bronze Final Atlântico I.

18. Uma invasão recordada na *Ora Maritima*?

Estará a invasão dos Indo-Europeus pré-célticos recordada na *Ora Maritima*? Poderá o mito da invasão de serpentes referido nos vv. 156-157 reportar-se a essa imigração?

Para Schulten (1955a, p. 100 e 104-105), essa invasão de serpentes equacionar-se-ia com a chegada dos *Saefes*, povo cujo nome é conhecido pelo v. 195 da *Ora Maritima*. Esta passagem do poema de Avieno situa *Saefes* (e *Cempsi*) em “elevadas colinas do território de *Ophiusa*.”

A equação das serpentes com os *Saefes*, sustentada por Schulten com os argumentos, por um lado, de que o nome *Ophiusa* significa “terra de serpentes” e, por outro, da semelhança fonética de *Saefes* com a palavra grega *sepes*, serpente, tem sido aceite sem grande convicção, mas não discutida por falta de alternativas. Será que podemos equacionar os *Saefes* com a invasão das serpentes e esta, com a imigração indo-europeia pré-céltica do Ocidente peninsular?

A releitura da *Ora Maritima* inclina-nos a situar a invasão das serpentes no litoral francês e a dissociá-la dos *Saefes* do litoral português.

Parece conveniente reproduzir o passo da *Ora Maritima* respeitante à invasão, vv. 146-157:

“Depois daquela região de que acima falámos, patenteia-se um grande golfo de vasto mar até Ofiússa. Para trás, com partida desde este litoral e até ao mar interno que penetra na terra, como antes disse, e a que chamamos Sardo, estende-se ao caminhante uma jornada de sete dias. *Ofiússa apresenta tanta extensão quanta ouves atribuir à ilha de Pélops, no território dos Gregos*. Chamado primeiro Estrímnis, por os Estrímnios habitarem aí lugares e campos, posteriormente um sem número de serpentes afugentou os moradores e deu o seu nome à terra deserta.”

O período transcrito em itálico foi considerado, por Schulten, uma interpolação.

Admitamos, com a maioria dos comentadores, que “aquela região” (*Oestrymnis*) corresponde à Bretanha francesa, que o grande golfo é o da Biscaia ou Gasconha e que *Ophiusa* começava no extremo noroeste da Península Ibérica. Voltando atrás, depois da alusão a este extremo Noroeste (alusão que se tornava necessária para situar o grande golfo), o autor da *Ora Maritima* refere-se a um ponto do mesmo litoral donde, por terra, em sete dias, se alcançava o mar *Sardo*, que todos os comentadores, e justificadamente, identificam com o mar mediterrâneo entre a Sardenha, a França e a Espanha. Esse ponto do litoral era o estuário de Gironda, no que também concorda a maioria dos editores, desde Schulten.

Se considerarmos, com Schulten, que o passo acima transcrito em itálico não estava no périplo original, a região de *Oestrymnis* invadida pelas serpentes seria, afinal, a zona do estuário de Gironda. E o passo ganha sentido, pois a invasão de serpentes poderia corresponder à invasão que o litoral atlântico francês sofreu c. 1050 a.C. (em cronologia tradicional), com os portadores das espadas pistiliformes, vindos da Europa central (Coffyn, 1985, p. 75).

Temos de perguntar-nos, porém, que nome terão dado as “serpentes” a essa região de França. O nome de *Ophiusa*, que significa “terra de serpentes”? Não teriam as “serpentes” um nome próprio? E não teria sido esse nome próprio (que Avieno não revela) o nome dado à terra?

Se admitirmos que o passo transcrito em itálico (interpolação ou não) foi mal situado e que devia vir imediatamente a seguir à expressão “até Ofiússa”, também o texto faria sentido. Tendo referido o ponto terminal do grande golfo, isto é, *Ophiusa*, o autor do périplo (ou Avieno) faria ainda uma referência à extensão de *Ophiusa*, que, neste caso, viria do extremo da Galiza até ao estuário do Tejo ou ao do Sado (numa extensão sensivelmente correspondente, de facto, ao circuito do Peloponeso). Depois, o autor voltaria atrás, ao estuário de Gironda. Isto é, começaria por indicações genéricas para, de seguida, referir com mais pormenor os diversos lugares.

Não admitindo, por se considerarem arbitrárias, nenhuma das hipóteses por nós postas, temos de nos render à inevitável conclusão de que havia duas áreas com o mesmo nome de *Ophiusa*: uma no litoral francês, outra na fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. Mas, ainda neste caso, nada nos obriga a (ou melhor, nada nos permite) concluir que a invasão de serpentes referida na *Ora Maritima* atingiu o litoral da Galiza ou de Portugal. É no litoral francês que devemos situá-la. Ora as espadas pistiliformes deste litoral vão da Bretanha ao estuário de Gironda (Coffyn, 1985, carta 16), numa extensão (medida pelo litoral) de cerca de 500 km, que corresponde sensivelmente ao circuito do Peloponeso.

Não pode, pois, sustentar-se, com base na *Ora Maritima*, nem que a invasão das serpentes corresponde à dos *Saefes*, nem que a Península Ibérica (ou sequer a sua fachada ocidental) teve, em algum tempo, o nome de *Oestrymnis*. Este terá sido o do litoral francês entre a Bretanha e o estuário de Gironda, litoral até onde, segundo o testemunho dos vv. 113-114 da *Ora Maritima*, os Tartéssios terão navegado. São perfeitamente admissíveis tais navegações em período anterior ao do estabelecimento dos Fenícios no Sul da Espanha.

A interpretação proposta obriga-nos, porém, a admitir duas *Ophiusae*. O nome, de origem grega, poderá ser a tradução de um nome tartéssico desconhecido que significaria “terra de serpentes”. Familiarizados, através das suas navegações, com a fachada atlântica ocidental da Península Ibérica e com o litoral da França, os Tartéssios, porém, saberiam que tais terras não tinham serpentes de que houvessem que ter receio. Quem pretenderiam os Tartéssios convencer de que essas terras eram infestadas de serpentes? E que os mares eram povoados daqueles monstros a que alude o v. 204 da *Ora Maritima*? Pretenderiam convencer os Fenícios? Ou, no caso de uma origem fenícia do périplo, quereriam os Fenícios afastar os Gregos, que, tendo-se estabelecido em *Massalia* em 600 a.C. e em *Emporion* e *Rhode* em 575 a.C., se apresentariam, a partir dessas datas, como potenciais concorrentes? Ou pretenderiam ainda dissuadir os Cartagineses que, tendo tomado posições, c. 650 a.C., nas Baleares e em Mogador (na costa atlântica marroquina), se apresentariam também como potenciais concorrentes nas navegações para o litoral atlântico português?

Parece difícil negar a existência de um périplo original escrito nos fins do século VII ou nos inícios do século VI a.C. Périplo tartéssico ou fenício, eventualmente traduzido para a língua grega? Que Avieno tenha conhecido esse original, ou apenas uma versão tardia dele, não se nos afigura fácil de determinar. Que Avieno tenha introduzido muitos acrescentos a esse texto, baseado em obras de autores muito posteriores, é ideia que não pode recusar-se, em função do que o próprio Avieno diz no prólogo da *Ora Maritima*. Mas a existência de um roteiro marítimo muito antigo, repetimos, é mais do que provável: a ausência de referências a *Emporion* e *Rhode* sugere, para ele, uma data anterior a 575 a.C., data em que, portanto, haveria *Saefes* na Estremadura portuguesa.

Se na *Ora Maritima* se recorda a invasão do litoral francês pelos portadores das espadas pistiliformes, se as “serpentes” não correspondem aos *Saefes*, quem seriam estes?

Integrável no Bronze Final Atlântico, a Estremadura portuguesa manifesta características especiais que a distinguem do Noroeste peninsular (Kalb, 1979; Jorge, 1990, p. 242-244). Se os *Saefes* residiam nessa área desde o Bronze Final Atlântico, poderiam corresponder a uma população não afim da lusitana, nem étnico-linguisticamente nem do ponto de vista cultural. A ausência, nessa área, dos cultos de *Bandus*, *Nabia* e *Reve* não deixa de ser significativa. Uma inscrição hoje no museu de Alenquer, dedicada à primeira daquelas divindades, não é de procedência local (Garcia, 1991, p. 292). O nome *Ommia*, que Justino Mendes de Almeida e Fernando Bandeira Ferreira leram na segunda linha mas não souberam entender, é o da capital dos *Arabrigenses*, no *Parochiale* suévico designada por *Omina*, *Omnia*, *Omma*, *Omia* ou *Orannia*, segundo os manuscritos.

Não fora a opinião de Lambrino (1958, p. 87-89) de que o nome *Saefes* é indo-europeu, poderíamos ainda admitir, para estes povos, uma origem no Sul da Espanha, de onde, aliás, também vieram os *Cempsi*, no testemunho da *Ora Maritima*, vv. 255-259.

19. Ainda a data da invasão

Foi longo o nosso desvio, apenas para tornar inviável, e só pela negativa (isto é, pela ausência de qualquer referência na *Ora Maritima*), uma eventual invasão indo-europeia pré-céltica da fachada atlântica peninsular em data posterior a 1250 a.C. Aliás, o registo arqueológico também não sugere qualquer invasão do Noroeste depois dessa data. Susana Oliveira Jorge (1990, p. 244) propõe, para o Bronze Final dessa área, uma divisão em duas fases: I (1250-1000 a.C.) e II (1000/900-700 a.C.); mas não parece que admita qualquer solução de continuidade ou ruptura por volta de 1000 a.C.

Resumindo e avaliando criticamente os poucos dados de datação radiocarbónica existentes para o Bronze Final em Portugal, na área que presumimos ocupada pelos Indo-Europeus pré-célticos, Raquel Vilaça (1995, p. 375-376) conclui que os povoados da Beira interior terão sido instalados no século XII ou XI a.C.; os da Beira central, com ligeira maior antiguidade aparente, no século XIII a.C.; os do Noroeste, nos meados do mesmo século XIII. As datações são poucas mas não inviabilizam a hipótese de uma invasão do Noroeste por volta de 1250 a.C. A calibração a 2 sigma das datas também não exclui liminarmente a possibilidade de a invasão dos *Lusitani* se ter verificado posteriormente à dos Indo-Europeus pré-célticos do Noroeste e de se poder relacionar com os *Oestrymnici* afugentados pela invasão das serpentes no litoral francês.

As datas apontadas para o Bronze Final europeu estão a ser objecto de revisão, sugerindo-se para o início do Bronze Final Atlântico uma cronologia de c. 1425 a.C. (Mederos Martín, 1997). Mas como esta nova cronologia se insere numa tendência geral para recuar todas as datações do Bronze Final do Ocidente da Europa, podem manter-se as mesmas articulações relativas. De qualquer forma, a imigração que terá trazido os *Lusitani* terá sido anterior à que trouxe os “campos de urnas”, a qual se poderá datar de entre 1100 e 900 a.C. (Ruiz Zapatero, 1997).

20. A dimensão da invasão indo-europeia pré-céltica

Resumamos, pois, a nossa proposta:

Paralelo ao movimento que, a partir da área ibero-pirenaica, terá trazido uma população indo-europeia pré-céltica à Extremadura, ao curso do alto Tejo português e à nossa Beira interior, um outro movimento, com idêntica origem, subindo o Ebro, avançando pelo sopé meridional da cordilheira cantábrica, depois, talvez pelo curso do rio Sil e, finalmente, pelo do Minho, ter-se-á introduzido no Noroeste peninsular.

O caminho destes imigrantes (e a eventual fixação de alguns deles ao longo desse mesmo caminho) estará definido pela carta geográfica elaborada por F. Villar e relativa aos nomes com a componente *-ur*. A sul do Douro, o nome dos *Paesuri*, instalados na região de Resende, permite sustentar que este movimento ultrapassou aquele rio. E se o nome *Veaminicori*, presente na inscrição “lusitana” de Lamas de Moledo (Castro Daire) (Vaz, 1997, p. 188, com bibliografia anterior), contém a componente *-ur*, este movimento teria ainda penetrado (eventualmente pelo curso do rio Paiva), na Beira central.

O que nos surpreende, se as nossas reconstituições são correctas e correspondem ao que na realidade se passou, é a extraordinária difusão geográfica das imigrações. Seria assim tão numerosa a população correspondente ao estrato etno-linguístico indo-europeu pré-céltico a ponto de se poder ter dividido em dois grupos, o da Beira interior/Extremadura e o do Noroeste/Beira central?

Essa imigração terá introduzido uma nova língua, a “lusitana” e as divindades “nacionais” *Bandus, Nabia e Reve*.

A ideia de uma invasão considerável pelo número de indivíduos deslocados não é a que sustenta F. Villar, para quem “ todo el mecanismo sugiere, más que una irrupción masiva de invasores, una introducción inicial de modesta cuantía, seguida de un crecimiento celular paulatino a lo largo de varios siglos” (Villar, 2000, p. 436).

Será que uma população “de modesta cuantía” poderia ter tido impacte suficiente para introduzir uma língua e uma religião? Que pequeno número de invasores possa alterar a antropónimia, talvez não deva surpreender-nos: os antropónimos germânicos foram extensivamente adoptados sem que devamos considerar que Suevos e Visigodos vieram em grande “quantía”. Parece verificar-se, porém, que Suevos não alteraram substancialmente a toponímia, como sugere o *Parochiale* suévico: as paróquias suélicas têm, na quase totalidade, nomes romanos ou pré-romanos. Nem Suevos nem Visigodos alteraram a religião e a língua.

Temos, porém, o caso da “romanização”: não foram muitos os colonos itálicos que se fixaram em território actualmente português e, todavia, com a dominação romana, alterou-se a língua e introduziram-se novos cultos. Mas poderemos comparar o fenómeno de romanização com o da indo-europeização pré-céltica? Não tinham os Romanos uma organização sem paralelo na área indo-europeia pré-céltica? Parece à primeira vista que só uma penetração considerável poderia ter introduzido nova língua que não seria, como supôs Marisa Ruiz-Gálvez (1990, p. 95 e 98; 1998, p. 356), mera língua de comerciantes e de estratos sociais superiores.

População “considerável” e população de “modesta cuantía” são, porém, termos muito vagos. Poderemos formar alguma ideia mais concreta do número de indivíduos envolvidos?

Galba, em 150 a.C., reuniu *Lusitani* e praticou neles grande mortandade. Apiano, *Ib.* VI, 60 diz que os dividiu em três grupos; mas Valério Máximo, 9, 6, 2 (*in* Schulten, 1937, p. 104), usando certamente outra fonte, diz que Galba convocou o povo de três *civitates* (deve, possivelmente, entender-se de três *populi*) de *Lusitani*. Galba escolheu — diz Valério Máximo — 8000 que representavam a *flos iuventutis* e, tendo assassinado uma parte deles, vendeu outros como escravos. Supondo que em cinco habitantes haveria um na *flos iuventutis*, 8000 jovens pressuporiam, para o conjunto dos três *populi*, 40 000 habitantes e, para o conjunto dos nove *populi* lusitanos, 120 000 almas em 150 a.C.

Este número parece aceitável se pensarmos que a área aqui proposta para os *Lusitani* (cerca de 14 000 km²) é sensivelmente idêntica à do *conventus Bracarum* (cerca de 16 000 km²), para o qual Plínio, 3, 28, regista (utilizando possivelmente um censo da época de Augusto), 285 000 habitantes. O Noroeste peninsular seria muito mais densamente ocupado, como o sugere o número de castros.

Hassan (1982, p. 245) considera uma taxa de crescimento populacional anual de quase 0,5% possível em períodos correspondentes a *rise of civilizations*. Devemos certamente entender períodos de considerável progresso tecnológico e rápida evolução sócio-económica e sócio-cultural. Mas parece considerar, para outros períodos, na longa duração, uma taxa média anual de crescimento populacional de 0,1%. Este último número é adoptado por Wilkinson (1999, p. 58), enquanto Elio Lo Cascio se inclina para 0,1% a 0,2% (1999, p. 170).

Ora, partindo de 120 000 habitantes em 150 a.C., o nosso colega Joaquim Ramos de Carvalho calculou que os *Lusitani* seriam, em 1250 a.C., 40 000 (adoptando uma taxa de crescimento de 0,1%) ou 13 300 (para uma taxa de 0,2%).

Os nossos cálculos não são obviamente seguros: não terá Valério Máximo exagerado o número de 8000 jovens? Haveria realmente um indivíduo na *flos iuventutis* por cada cinco habitantes? Os *populi* lusitanos seriam sensivelmente idênticos uns aos outros no número de habitantes? Qual terá sido a taxa média anual de crescimento populacional?

Por outro lado, no território que atribuímos aos *Ocelenses Lancienses*, conhecem-se oito castros ocupados no Bronze Final e/ou no Ferro Inicial. Assumindo um máximo de 200 habitantes por povoado (Vilaça, 1995, p. 393), teríamos, para aquele *populus*, no Bronze Final e/ou Ferro Inicial, 1600 habitantes e, para o conjunto dos nove *populi* lusitanos, 14.400 habitantes. Assumindo 15 000 habitantes em 1250 a.C., Joaquim Ramos de Carvalho calculou-nos a população em 150 a.C.: 45 000 indivíduos para uma taxa de 0,1% e 135 000 para uma taxa de 0,2%.

Mais uma vez, os cálculos são precários. Aqueles oito castros dos *Ocelenses Lancienses* terão sido, todos, contemporâneos? Uma população de 200 habitantes por povoado não será exagerada? Os demais *populi* teriam dimensões idênticas?

Não sendo possíveis quaisquer certezas, parece todavia admissível que os *Lusitani*, no momento da sua instalação em 1250 a.C., não fossem centenas de milhares, nem sequer muitas dezenas de milhares, mas se situassem entre um mínimo de 15 000 e um máximo de 40 000 habitantes, o que daria uma densidade máxima de c. 2,4 habitantes por km², muito superior à dos índios do continente americano a norte do México na época dos primeiros contactos com os Europeus (Akoun, 1983, p. 332-333).

21. A mútua exclusão do mundo dos *Lusitani* e do mundo de Cogotas

A ideia de uma invasão indo-europeia pré-céltica vinda pelo vale do Tejo pode parecer contrariada pela ausência, nesse vale, de vestígios de cultura material atribuíveis, mesmo hipoteticamente, aos invasores. Isso terá explicação admitindo que os *Lusitani* percorreram o vale sem nele se terem fixado, fazendo eventualmente, nalguns pontos, oferendas votivas que poderão justificar a presença, em Fuente Sabiñan e Meco (Henares), de achados isolados de machados de talão com uma argola (Coffyn, 1985, p. 195) ou o achado das espadas de Alhama de Aragón, Azután e El Carpio (Ruiz-Gálvez Priego e Galán Domingo, 1991, p. 266).

Se o vale do Tejo estivesse ocupado nos inícios do Bronze Final, poderíamos ou deveríamos encontrar mais provas materiais da passagem dos *Lusitani*, que não deixariam de trocar seus itens com a população cujos territórios atravessariam. A verdade, porém, é que o mundo de Cogotas I da Meseta Norte não parece ter penetrado densamente nessa área, apesar de, a partir de 1350 a.C., se encontrarem materiais desse horizonte no vale do Guadalquivir (Castro Martínez et al., 1995, p. 102).

A ocidente, os *Lusitani* ter-se-ão fixado exactamente em território não ocupado pela cultura de Cogotas I, cuja cronologia, em datas calibradas, parece compreendida entre 1700 e 1000 a.C. (Castro Martínez et al., 1995, p. 101). A mancha de povoamento de Cogotas I (Álvarez-Sanchís, 1999, mapa da p. 49) não penetra no território que atribuímos aos *Lusitani* do lado actualmente espanhol, território no qual se registaram, até agora, segundo o mesmo J. Álvarez-Sanchís, apenas alguns objectos metálicos isolados eventualmente atribuíveis ao mundo de Cogotas.

A área onde os *Lusitani* se instalaram estaria quase deserta. Não podemos, porém, deixar de recordar que, sendo quase inexistentes os vestígios do Bronze Inicial ou Médio na Beira interior, há gravuras na arte rupestre do vale do Tejo atribuíveis a essa época (Gomes, 1987, p. 26-43).

O horizonte de Soto de Medinilla que, na Meseta, sucede ao de Cogotas I a partir do séc. X a.C., também exclui o suposto território dos *Lusitani*.

Quando falamos de mútua exclusão de mundos, referimo-nos ao posicionamento geográfico e não a inexistência de trocas, que, possivelmente, tiveram lugar.

O mundo das estelas *extremeñas* confrontaria com os *Lusitani*. Parece útil, por isso, abordá-lo, tanto mais que tais estelas se encontram igualmente em território lusitano.

22. O mundo das estelas *extremeñas*

Muitos dos estudos que procuraram estabelecer a cronologia das estelas *extremeñas* (hoje mais comumente designadas por estelas do Sudoeste) partiram do pressuposto evolucionista de que as mais simples (isto é, com menos elementos figurados) seriam as mais antigas (entre outros, em Portugal, Gomes e Monteiro, 1977 e Curado, 1984; em Espanha, Celestino Pérez, 1990 e 1995). Numa breve referência ocasional (Alarcão, 1992a, p. 50-51), pusemos isso em causa, admitindo que as diferenças entre as estelas pudessem significar diferenças de *status* dos indivíduos cujas sepulturas elas assinalariam. Fizemos essa proposta na ignorância dos trabalhos de Barceló que, em Espanha, ao mesmo tempo, defendia a ideia de que a falta de regularidade do padrão iconográfico das estelas é um resultado da variabilidade social (Barceló, 1992). Neste caso, as estelas *extremeñas* poderiam não ter sido criadas na Extremadura, e muito menos teriam sido introduzidas pela Beira Alta, como pretendeu F. Curado (1984). Representariam (ou poderiam representar) uma influência irradiante do Sul da Península Ibérica e atingindo, finalmente, a Beira portuguesa.

O problema da cronologia das estelas não está definitivamente resolvido, mas a sua atribuição aos séculos VIII e VII a.C., com possível início ainda no IX, parece a mais sensata (Galán Domingo, 1993, p. 16).

Questionam-se, porém, a função e o significado simbólico das estelas. A ideia tradicional de que assinalariam sepulturas de chefes tem sido contestada, por falta de concludentes provas arqueológicas. A proposta de fazer das estelas marcos a indicar rotas de transumância e vias comerciais (Ruiz-Gálvez Priego e Galán Domingo, 1991; Galán Domingo, 1993) não nos parece convincente.

Ana M.^a Martín Bravo (1999, p. 64) chamou recentemente a atenção para a aparente relação de, pelo menos, algumas estelas com povoados do Bronze Final/Ferro Inicial. Isso observaria-se em Atalaya, El Cofre e San Cristóbal, junto dos quais se situariam as estelas de Brozas, València e Almoharín, respectivamente. Não sendo de desprezar esta observação, argumentaremos, todavia, que os raros materiais do Bronze Final/Ferro Inicial encontrados naqueles lugares apenas provam que os mesmos eram, nessa data, frequentados, exigindo-se escavações para demonstrar que, a esse tempo, já eram efectivamente “povoados” no sentido de lugares permanentemente habitados. Ainda que o tenham sido (o que as escavações poderão confirmar), não é possível equacionar todas as estelas, nem sequer a maioria delas, com povoados.

Tendo assumido a tese de que houve uma invasão “lusitana”, quando as invasões estão hoje bastante desacreditadas como explicações de processos arqueologicamente observáveis (mas vejam-se Chapman e Hamerow, 1997 e Kristiansen, 1998, p. 314-320 sobre a revalidação deste

modelo explicativo), não temos também receio de voltar à velha ideia de que as estelas *extremeñas* foram erigidas por (ou para) chefes. Simplesmente, dada a ausência de contextos, isto é, de vestígios arqueológicos nos lugares de achado das estelas, não sabemos se estas assinalariam sepulturas ou residências, ainda que nos inclinemos mais para a primeira hipótese.

Se as diferenças entre estelas significam diferenças de *status*, podemos equacionar as que representam carros, com príncipes e as que não têm carros, com vassallos?

Afastando-nos de um tema que nos parece esgotado — o da análise tipológica das estelas — tema que, aliás, não parece ter produzido quaisquer resultados significativos, nem quanto à cronologia relativa das estelas, nem quanto à definição de eventuais particularidades regionais ou locais, pretendemos examinar estes monumentos partindo dessa hipótese de que uns correspondem a príncipes ou suseranos e outros, a vassallos, num mundo de organização social feudalóide. Trataremos apenas da área geográfica mais próxima dos *Lusitani*, porque, se bem que a nossa digressão vá ser longa, o objectivo final é tentar compreender que função ou significado terão tido as estelas *extremeñas* que encontramos em território lusitano.

Distinguiremos cinco áreas (Fig. 10) que, à falta de melhor termo, chamaremos principados. Por brevidade, designaremos as estelas pelos números que elas receberam no trabalho fundamental de Galán Domingo, *Estelas, paisaje y territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica* (1993). Os números que identificam os povoados são os de Ana M.^a Martín Bravo, *Los orígenes de Lusitania* (1999).

1. O principado de El Viso (Fig. 11)

As estelas 58, 59, 61, 82 e 83 foram todas encontradas na área de El Viso, já na província de Córdoba. Todas elas têm representações de carros. Se correspondem a cinco príncipes ou suseranos, estes ter-se-ão sucedido uns aos outros no domínio de um principado que ocuparia a bacia hidrográfica do Zújar. Se assinalavam sepulturas, os príncipes terão sido enterrados na fronteira ocidental do território, não exactamente coincidente com o curso do Zújar, mas com as elevações que na margem esquerda do rio se observam.

Na suposta área deste principado, oito estelas corresponderão (na nossa hipótese), a vassallos: 48, 49, 50, 51, 52, 57, 60 e 62. É certo que, dada a sua mutilação (sobretudo no caso de 49), não podemos garantir que nenhuma delas teve carro.

A estela diademada 48 poderá representar a mulher do vassallo a que corresponderá a estela 49. Como observou Galán Domingo (1993, p. 104), há dúvidas quanto à posição exacta desta última, pelo que temos de admitir também a hipótese de a estela 48 representar uma vassalla autónoma, o que seria curioso em termos da importância social da mulher. Mas tomar o diadema como símbolo de feminilidade é seguramente apenas um pressuposto.

As estelas 57 e 62, igualmente diademadas, representarão também mulheres de varões vassallos cujas estelas se terão perdido, ou vassallas autónomas?

A estela 60, que inclui uma figura feminina diademada entre duas figuras masculinas munidas, cada uma, de sua espada, representará uma família, com vassallo, mulher e filho herdeiro?

Representação familiar aparece ainda na estela 52, um vassallo munido de capacete de cornos e um filho (talvez melhor hipótese que a de mulher, por não levar diadema).

Não sabemos até onde é que este suposto principado se estendia, pela parte oriental e do lado setentrional. A oriente, as estelas 53 a 56 de Galán Domingo poderão corresponder a outro domínio. A norte e noroeste, as estelas 40, 41, 42 e 81 (a primeira já na margem direita do Gua-

diana, num ponto onde o rio talvez fosse transponível por vau) são de duvidosa atribuição territorial, não podendo excluir-se a hipótese de 40, 41 e 81 pertencerem ao principado de Cabeza del Buey.

2. O principado de Cabeza del Buey (Fig. 12)

A ocidente do de El Viso, o principado de Cabeza del Buey, no qual se ergueria, mais tarde, o palácio de Cancho Roano, apresenta três estelas com carros, que seriam de três sucessivos príncipes, enterrados também em área periférica relativamente ao centro geográfico do território.

As estelas 39, 43 e 46 corresponderiam aos vassalos. Sobre o tipo da estela 84, encontrada reutilizada em Cancho Roano, não temos dados.

É possível que o povoado de Medellín ficasse no âmbito deste território, derivando talvez parte da sua importância da passagem do minério de San Cristóbal de Logrosán, conduzido até aí pelo caminho do rio Rucas.

3. O principado de Zarza de Montánchez (Fig. 12)

A estela com carro 25 corresponderia ao príncipe, com cujos vassalos se relacionariam as estelas 21, 22, 23, 24 e 26, constituindo um grupo extraordinariamente homogéneo do ponto de vista estilístico, sem a variabilidade que particularmente no círculo de El Viso se observa.

4. O principado de Solana de Cabañas

A estela 27, que se achou *in situ*, sobre uma sepultura de inumação surpreendentemente sem espólio funerário (Almagro, 1966, p. 27), revelará um príncipe cujo território poderia eventualmente integrar o povoado mineiro de San Cristóbal de Logrosán.

O fragmento de estela 28 poderá corresponder a um vassalo.

5. O principado de Torrejón el Rubio

A estela 17, com carro, e a 18, com figura diademada, corresponderão a príncipe e sua mulher. Ainda na área de Torrejón el Rubio, em lugar cujas coordenadas se desconhecem, encontrou-se uma estela cuja particular iconografia (n.º 19) não deixa de surpreender mas que, pelos nossos critérios, seria de vassalo, como de vassalo seria ainda a estela 20.

A nossa proposta de reconstituição de um sistema social feudalóide no mundo das estelas *extremeñas* tem de tomar em consideração possíveis objecções. As que levantamos a nós mesmos serão aqui expostas. Argumentando contra a nossa hipótese, pretendíamos testá-la ou verificar a sua verosimilhança. Desde já diremos que não vamos conseguir provar coisa nenhuma, porque as respostas que daremos às objecções vão apenas conduzir a novas hipó-

PRINCIPADO DE EL VISO

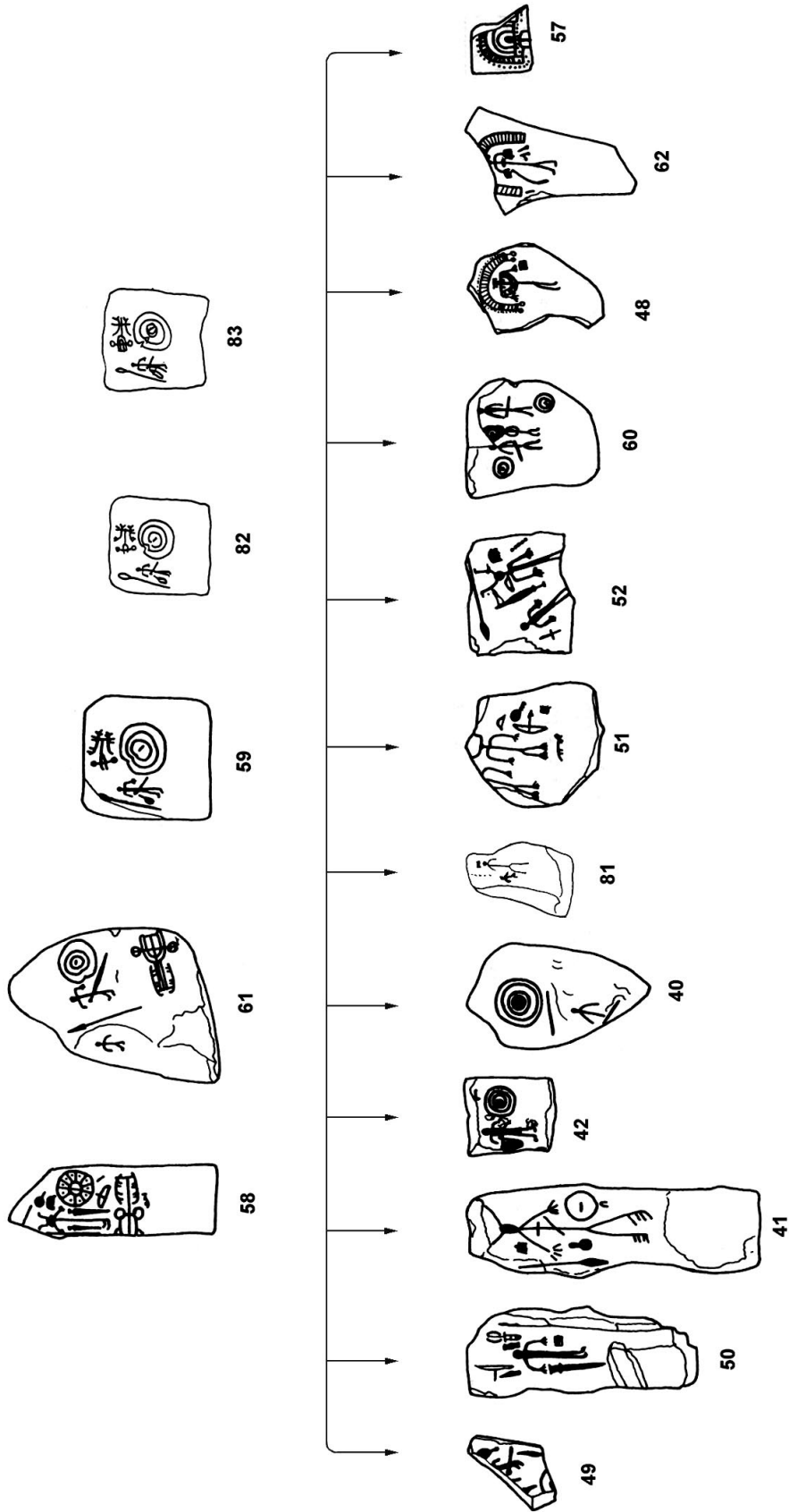
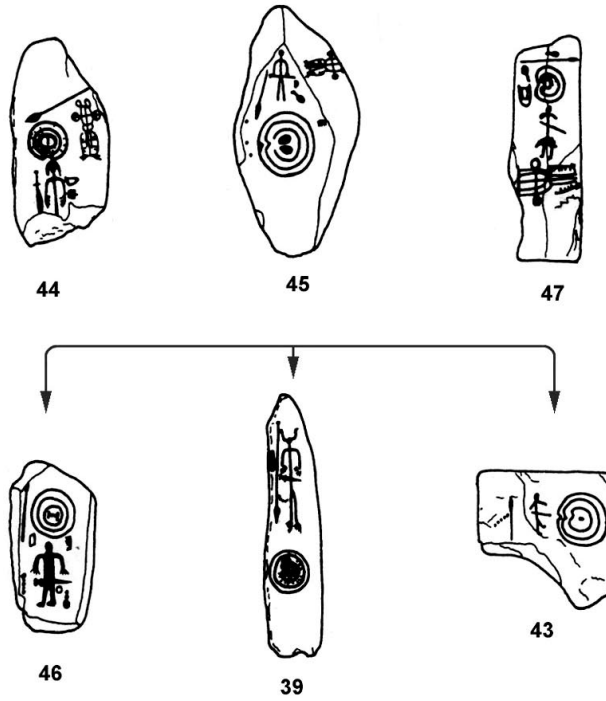


Fig. 11 Estrelas do principado de El Viso.

PRINCIPADO DE CABEZA DEL BUEY



PRINCIPADO DE ZARZA DE MONTÁNCHEZ

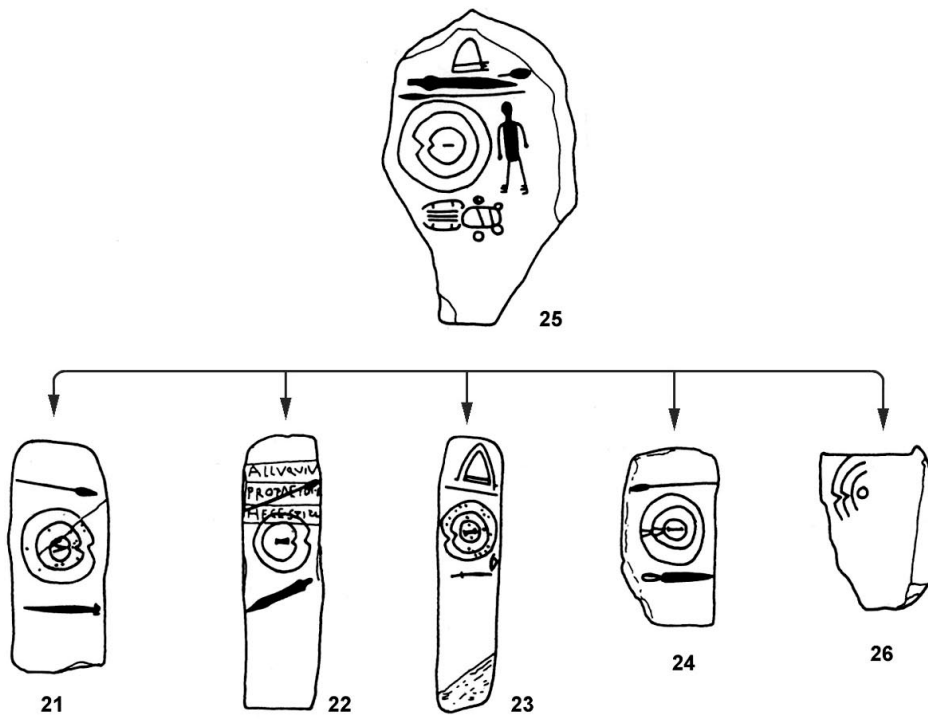


Fig. 12 Estelas do principado de Cabeza del Buey e Zarza de Montánchez.

teses, num procedimento argumentativo que nós mesmos consideramos não concludente ou não inteiramente convincente. Se a nossa reconstituição é, neste momento, mais verosímil ou mais facilmente aceitável que outras (designadamente a que vê, nas estelas, marcadores de caminhos), não nos cabe a nós julgá-lo. Não consideramos, porém, que seja metodologicamente incorrecto não examinar na sua globalidade as estelas do Sudoeste e restringir a análise às *extremeñas*. Com efeito, a existência de um mesmo sistema social onde quer que se observem tais estelas não é uma evidência, mas um simples pressuposto, como pressuposto é também a ideia, já contestada, de que as estelas evoluíram das mais simples para as mais complexas. As estelas podem ter sido usadas com funções ou significados diferentes em vários contextos e não têm de corresponder, em todos os lados, a idênticos sistemas sociais. É aliás exactamente isso que vamos propor: que, entre os *Lusitani*, que também utilizaram as estelas, estas tiveram outro significado. Mas comecemos pelas objecções.

A primeira diz respeito à proporção numérica das estelas de vassallos e de príncipes no interior de um mesmo território. Se o nosso círculo de Zarza de Montánchez apresenta um número de estelas de vassallos (5 estelas) aceitável para uma única estela de príncipe, o quadro de Cabeza del Buey (3 estelas de vassallos para 3 de príncipes) parece pouco credível, pelo menos em função de um pressuposto de organização piramidal que nos faz esperar um número de vassallos bastante superior ao dos suseranos. Na nossa hipótese, porém, nos territórios de Cabeza del Buey e El Viso não teria havido, respectivamente, três e cinco príncipes ao mesmo tempo. Em cada círculo, num dado momento, existiria um único príncipe. O que se verificaria seria que cada príncipe morto teria direito a uma estela. Assim, teríamos em Cabeza del Buey três vassallos para um suserano e, em El Viso, oito a doze vassallos para um príncipe: a organização piramidal, afinal, existiria. Mas não teriam os vassallos o mesmo direito de serem, todos e cada um deles, também enterrados com uma estela? A ser assim, não teríamos, em El Viso, oito a doze vassallos ao mesmo tempo que um suserano, tanto mais que as estelas femininas podem, como sugerimos, representar (pelo menos nalguns casos) mulheres de vassallos.

Não se nos afigura impossível imaginar que os suseranos, enterrados longe dos seus lugares de residência, nas fronteiras do principado (como parece observar-se nos territórios de Cabeza del Buey e de El Viso), recebessem, todos e cada um deles, uma estela mas que os membros de uma dinastia de vassallos (assumindo a hereditariedade da nobreza) fossem todos enterrados na mesma necrópole, junto da residência, e que essa necrópole fosse assinalada pela estela única do fundador da dinastia. Semelhante prática contribuiria para reforçar uma distância social entre príncipe e vassallos. A confirmação de semelhante hipótese só poderá advir, porém, de algum futuro feliz achado de necrópole associada a uma casa de vassallo, com múltiplas sepulturas e uma só estela. Aguardamos com expectativa o prosseguimento das escavações em La Mata del Campanario (Rodríguez Díaz e Ortiz Romero, 1998). Será uma casa de vassallo ou de príncipe? O que estará enterrado na mamoa tumular que se observa a curta distância? E nas “lomas encadenadas sobre las que se expande una necrópolis tumular cuya relación com este lugar está aún por confirmar”? É certo que o edifício de La Mata del Campanario parece datar do século V a.C. e ser, portanto, muito posterior ao momento das estelas. Mas as estelas podem ter desaparecido sem que se tenham alterado profundamente o sistema social e as práticas de localização dos monumentos funerários. Só o futuro revelará o tipo de residência e o modelo de necrópole que teremos em La Mata del Campanario e só posteriormente poderemos discutir a viabilidade de partirmos das realidades do século V a.C. para reconstituirmos, hipoteticamente, as dos séculos VIII e VII a.C.

Entre os círculos de Cabeza del Buey e El Viso, por um lado, e de Zarza de Montánchez, por outro, há diferenças importantes que não podem ser disfarçadas. Se, nos dois primeiros, a distribuição geográfica das estelas, isto é, a sua dispersão pelo território, consente a hipótese de vassalos cada um à frente de um “distrito” (que, em nome e por delegação do suserano, poderia governar), a concentração das seis estelas no nosso principado de Zarza de Montánchez numa área que não excede os 15 ou 18 quilómetros de extensão impede a admissão de qualquer hipótese de uma aristocracia de vassalos investida de poderes delegados de administração regional. À singularidade da distribuição geográfica junta-se outra singularidade, que é a do padrão iconográfico das estelas. Enquanto nos dois círculos anteriores as estelas de vassalos representam também os indivíduos (isto é, contêm também antropomorfos), as estelas de Zarza de Montánchez só representam armas. Se procurarmos um sentido para a diferença, poderemos dizer que nas estelas deste último círculo se simboliza exclusivamente a função guerreira do vassalo, desaparecendo o indivíduo por detrás da sua função social. Os vassalos deste principado não constituiriam, assim, uma aristocracia com poderes delegados de administração territorial, mas uma aristocracia com funções eminentemente militares.

Ora o círculo de Zarza de Montánchez é o mais próximo dos *Lusitani*. E se é certo que não temos, necessariamente, de atribuir aos *Lusitani* dos séculos VIII e VII a.C. a mesma belicosidade demonstrada no século II a.C., a posição fronteiriça do principado de Zarza de Montánchez poderá, talvez, explicar a existência de uma nobreza militar, diferente da nobreza territorial dos círculos de Cabeza del Buey e de El Viso, círculos que, menos sujeitos a tensões militares (ou àquelas que a diversidade etnolinguística dos vizinhos, por si só, poderia criar), comerciavam com o Sul.

Terceira diferença entre os círculos de Cabeza del Buey e El Viso, de um lado, e Zarza de Montánchez, do outro, reside no facto de os dois primeiros apresentarem várias estelas de suseranos (que acabámos de explicar, hipoteticamente, pela prática de enterrar os príncipes na fronteira e de dotar cada túmulo com uma estela), enquanto no território de Zarza de Montánchez se observa uma única estela de suserano. Assumindo que esta marca a sepultura de um príncipe, só este teria tido direito a ser honrado com uma estela, com que os seus sucessores, contrariamente, não teriam sido homenageados. Aliás, o mesmo se observa nos territórios de Torrejón el Rubio e Solana de Cabañas, também com estelas únicas de príncipes.

Talvez se deva admitir, em Zarza de Montánchez, a existência de uma necrópole única para os príncipes, com uma única estela no *tumulus* fundacional do cemitério — com o que este círculo se distanciaria dos de Cabeza del Buey e El Viso, mas para se aproximar dos de Torrejón el Rubio e Solana de Cabañas.

As diferenças, em *alguns* aspectos, entre círculos políticos autónomos no seio, todavia, de uma mesma entidade étnico-cultural, talvez não deva constituir argumento para recusar a nossa hipótese de sistema social feudalóide — embora reconhecamos que a reprodução, em toda a área, das mesmas normas, tornaria mais credível a hipótese. Mas não estaremos nós, arqueólogos, apesar das críticas feitas à suposta homogeneidade das culturas (no sentido childeano), ainda demasiadamente influenciados pelo pressuposto de que as culturas têm de ser homogéneas? Reconhecemos, todavia, uma insuficiência da nossa parte: anotando uma diferença, deveríamos produzir para ela uma explicação aceitável, o que, neste caso, não somos capazes de apresentar. Com efeito, não nos parece muito convincente a ideia de que as sepulturas separadas dos príncipes de Cabeza del Buey e El Viso corresponderão a distanciamentos entre os vários dinastas que uns aos outros se sucederam (em termos, por exemplo, de políticas ou estratégias pros-

seguidas), enquanto a possível concentração dos despojos mortais dos príncipes de Zarza de Montánchez numa única necrópole, com uma única estela, corresponderia a uma maior continuidade das políticas prosseguidas pelos vários suseranos, uns após outros. Ou a maior solidariedade familiar neste círculo, eventualmente explicável por um certo clima de tensão em que, face aos *Lusitani*, se viveria nesta área.

As estelas n.º 17 e 18 de Torrejón el Rubio, aparentemente encontradas no mesmo local, não parecem pôr particulares problemas, podendo a primeira interpretar-se como uma pedra memorial do príncipe e a segunda, como monumento consagrado a sua mulher. A estela n.º 19, cuja localização original exacta não é conhecida, mas que, possivelmente, não teria estado muito longe das anteriores, poderá atribuir-se a um vassalo, bem como a estela n.º 20 (se bem que a sua fragmentação e incompletude não nos permita assegurar que não tinha carro). Achados próximos da estela n.º 17, estes dois últimos monumentos não revelariam vassalos com funções de administração regional delegada.

No caso de Solana de Cabañas, o príncipe representado pela estela n.º 27 poderia ter um único vassalo (estela n.º 28, infelizmente também muito incompleta).

Assim, apesar de as estelas do vale médio do Guadiana e da área entre este rio e o Tejo se integrarem no mesmo mundo étnico e cultural, este mundo revelaria uma certa diversidade do ponto de vista da organização ou exercício do poder por parte dos príncipes. Esta diversidade, que parece irrecusável, não se nos afigura inverosímil, como também não é inverosímil a diferente “visibilidade” da mulher (e, na nossa interpretação, talvez também do filho do príncipe), visibilidade essa dependente de particulares relações familiares: um príncipe ou um vassalo podia valorizar mais ou menos a sua mulher, o seu filho (primogénito?) ou eventualmente um irmão, em função da origem social da mulher ou da associação do filho ou irmão ao poder e de outros factores imagináveis mas hoje não verificáveis. Em suma: apesar da norma a que obedecem, as estelas denunciariam (ou consentiriam) a expressão de particularismos sociopolíticos ou mesmo apenas familiares.

Antes de passarmos à análise das estelas de tipo *extremeño* entre os *Lusitani*, queremos ainda fazer duas observações.

O mundo feudalóide que pretendemos tenha existido desde o século VIII ou mesmo IX a.C. ao V a.C. parece ter entrado em colapso nesta última data. O incêndio do palácio de Cancho Roano, por uns interpretado como ritual (Almagro-Gorbea et al., 1990, p. 278-279), por outros explicado no quadro de conflitos internos, tem sido tomado como possível argumento a favor de “una crisis del cuatrocentos que, alejada de planteamientos invasionistas, trata de profundizar tanto en las contradicciones internas como en los factores externos que de forma repentina e traumática intervinieron en el descalabro del siglo V a.C. y en la posterior reorganización territorial del Hierro II Extremeño” (Rodríguez Díaz e Ortiz Romero, 1998, p. 238, subscrevendo uma posição assumida por vários autores).

Quanto a nós, esta explicação por crise interna, mesmo matizada por eventuais factores externos, não tem, por enquanto, inequívoco suporte dos dados. Convém, por isso, não abandonar a hipótese de uma invasão (por desacreditadas que estejam hoje as explicações da mudança por efeito de invasões), tanto mais que a crise de finais do séc. V a.C. na Extremadura parece ter coincido com a movimentação dos *Celtici* que, vindos da Celtibéria através da Lusitânia (como afirma Plínio, 3, 13), se estabeleceram finalmente na *Baeturia* aparentemente nos meados do século V a.C. (Berrocal-Rangel, 1993, p. 275).

A segunda observação respeita ao tipo de povoamento que, entre o século IX e o V a.C., nos territórios que neste apartado considerámos, parece ter sido disperso, sem prejuízo de povoados

como San Cristóbal de Logrosán (povoado mineiro) e Medellín. Sobre o estatuto deste último e a sua possível condição de centro de actividade artesanal e comercial, parecem-nos pertinentes as observações de A. Rodríguez Díaz e P. Ortiz Romero (1998, p. 236).

23. As estelas *extremeñas* entre os *Lusitani*

Toda esta discussão (breve, aliás, para um problema tão complexo) pode parecer ter pouco a ver com os *Lusitani*. A verdade, porém, é que também entre os *Lusitani* se encontram estelas *extremeñas*, agora em posições geográficas que nos permitem admitir a hipótese de terem servido, essencialmente, para marcar fronteiras. As estelas de San Martín de Trevejo e de Hernán Pérez (n.ºs 11 e 12 de Galán Domingo, 1993) acham-se na fronteira dos *Lancienses Oppidani* e as estelas de Fóios e Baraçal (Sabugal) (n.ºs 6 e 5 de Galán Domingo, 1993), no que parece ter sido a fronteira dos *Lancienses Transcudani*. A estela de Meimão (n.º 7) poderia ficar na extrema norte-ocidental dos *Lancienses Oppidani*.

A assimilação, por um determinado “mundo cultural”, de um item próprio de outro “mundo cultural” e o desvio que então se possa fazer da função ou significado original desse mesmo item não constitui hoje problema para os arqueólogos. Mas podemos perguntar-nos se esse desvio foi, afinal, tão grande quanto parece. Não enterrariam os *Lusitani* também os seus chefes nas fronteiras? Não terão mantido uma prática ritual muito antiga, assimilando agora a ideia de assinalar a sepultura, e de o fazerem com um item assimilado do Sul, concretamente, do círculo de Zarza de Montánchez, com cujas estelas é óbvia a semelhança?

Reduzido por alguns (v. g. Rodríguez Díaz, 1994) a um “espaço de fronteira” e por outros (v. g. Almagro-Gorbea, 1990b, p. 97) a uma extensão do mundo tartéssico, o vale médio do Guadiana parece dever considerar-se um espaço *a se*, com forte personalidade própria. Mas o círculo de Zarza de Montánchez, esse poderá, efectivamente, ter sido espaço de fronteira.

A estela de Brozas (n.º 16 de Galán Domingo, 1993), no centro de um território que atribuímos aos *Calontienses*, constitui todavia uma excepção. Será suficiente para invalidar a nossa hipótese de posição fronteiriça das estelas entre os *Lusitani*?

A sugestão de que, no mundo dos *Lusitani*, as estelas poderiam ainda assinalar sepulturas de chefes exige que admitamos, para os *Lusitani* do século VIII ou VII a.C., uma qualquer forma de centralização do poder, cuja natureza, todavia, por enquanto, não entrevemos. Fora do território dos *Lusitani*, o caso da Senhora da Guia (Baiões, Viseu) (Alarcão, 1992b, p. 49) parece viabilizar a hipótese de uma qualquer forma de chefado nesta mesma época, num mundo que poderia não ser, dos pontos de vista económico, sociopolítico e ideológico, muito diferente do dos *Lusitani*.

24. As estelas de S. Martinho (Castelo Branco)

Não nos parece que as estelas de S. Martinho (n.ºs 8, 9 e 10 de Galán Domingo, 1993) caibam no grupo das estelas *extremeñas*, apesar da opinião corrente que as integra no mesmo conjunto. A reconstituição que propomos para a estela n.º 8 faz dela um monumento votivo, com figura central de divindade e dois adorantes (Fig. 13).

Nessa estela vêem-se dois guerreiros, de capacetes de cornos na cabeça, e entre eles o simulacro de algo difícil de entender. Duas linhas, uma reversa da outra, que representam? A estela

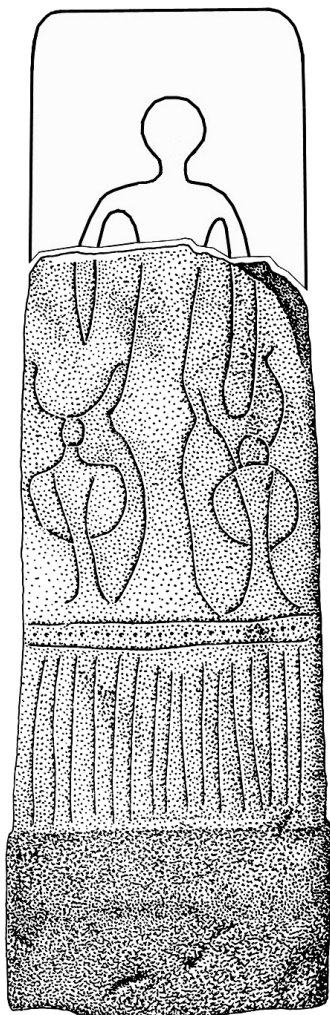


Fig. 13 Estela de S. Martinho.

está partida, falha do topo. Imaginemos, na parte faltante, uma cabeça, uma garganta, uns ombros descaídos. As linhas que descem sobre as cabeças dos guerreiros transformam-se em toscos braços de figura antropomórfica e aqueles primeiros riscos que entre os guerreiros se vêem adquirem sentido como corpo rijo de humana figura de quadris bem salientes. O simulacro se nos afigura corpo de deus ou deusa e os guerreiros serão comparas de uma cena de adoração. Perante a pequena humanidade dos adorantes se agiganta a figura do divino, cuja maior altura simboliza eternidade e poder.

Será mentira ou fantasia a nossa interpretação? A forma do divino que supomos na estela de S. Martinho não diverge da que figura na estela de Preixana (Almagro-Gorbea, 1990a, Fig. 6. 2).

Na estela n.º 8 de S. Martinho, a figura da esquerda parece mesmo um guerreiro. A figura da direita é de mais difícil interpretação. Se uma das hastes sai da cabeça, sugerindo ainda um capacete de cornos, outra parece sair de um ombro e poderia representar um braço erguido em adoração.

Sobre a estela n.º 9 de S. Martinho não ousamos pronunciar-nos, a não ser para a excluirmos igualmente do grupo das estelas do Sudoeste.

O “cinturão” (?) representado na estela de S. Martinho por uma fiada de pontos entre duas linhas paralelas, surgindo em estelas do Bronze Inicial da zona de Cáceres/serra da Gata, não deixa de pôr problemas quanto à filiação numa tradição iconográfica mais antiga.

A divindade representada na estela de S. Martinho poderá ser *Oipaingia* adorada relativamente perto, na Granja dos Belgaios, em época romana (Amaro, 1993).

25. O problema de *Oipaingia*

Façamos um parênteses para tratar da divindade *Oipaingia*.

O teónimo *Dipaincia*, lido numa ara hoje no Museu de Castelo Branco e dada como procedente de Granja dos Belgaios, da freguesia do Ladoeiro, no concelho de Idanha-a-Nova (Garcia, 1991, p. 308), deve ser corrigido para *Oipaingia*. A letra inicial -O- é perfeitamente visível numa outra ara observada embutida na parede de uma casa de habitação do Ladoeiro, possivelmente procedente do mesmo lugar de Granja dos Belgaios (Amaro, 1993). Nesta segunda ara existe só a dúvida entre *Oipaingia* e *Oipaengia*. Mas a dúvida é de somenos importância por se poder tratar de variante gráfico-fonética, com utilização eventual do -e- em vez do -i-.

A primeira notícia sobre a primeira ara foi dada por Manuel de Paiva Pessoa, numa nota no jornal *Terra da Beira*, n.º 24, de 1.12.1930, onde o autor confirma o achado da peça em Granja dos Belgaios.

A nossa aluna Maria Cassilda Domingues Santos, em trabalho escolar, confirmou-nos a localização de Granja dos Belgaios (topónimo que não figura na carta 1:25 000) na margem

direita do ribeiro do Povo, mesmo junto da confluência deste ribeiro com o rio Ponsul (Fig. 5). Exactamente por aí corre hoje a fronteira entre os concelhos de Idanha-a-Nova (ao qual pertence Granja dos Belgaios) e Castelo Branco. Parece existirem mosaicos no local e os achados cerâmicos dispersam-se por cerca de 5000 m². No mesmo sítio têm sido recolhidas moedas romanas. Poderemos estar em presença de uma *villa*; mas o achado de duas aras à mesma divindade, uma consagrada por um *Marcus Rufus* e outra por uma *Apana, Pissiri (filia)* e a notícia, não confirmada, de uma terceira pedra com letras no mesmo local (notícia recolhida pela nossa aluna), deixam-nos na dúvida sobre se se tratará efectivamente de uma *villa* ou de um santuário.

Na época romana, o lugar ficaria no território dos *Igaeditani* ou no dos *Tapori*? Já atrás discutimos o problema da fronteira entre os dois *populi/civitates*. Se o Ponsul parece uma fronteira mais natural, não é de excluir *in limine* a hipótese de o limite ter sido artificial, não coincidindo com acidente geográfico. A explicação poderá residir no eventual interesse dos *Tapori* em ocuparem parte da cobertura sedimentar do maciço hercínico entre o Ponsul e a ribeira de Aravil, de modo a não ficarem reduzidos aos granitos calco-alcalinos e aos terrenos xisto-grauváquicos da zona a ocidente do Ponsul.

As dúvidas sobre a integração de Granja dos Belgaios no território dos *Igaeditani* ou no dos *Tapori* não permitem dar por segura, nem sequer por muito provável, a atribuição de *Oipaingia* aos *Tapori*. Pomos, porém, aqui, essa hipótese. Se na Granja dos Belgaios tiver existido uma *villa* do território dos *Igaeditani*, também não é de todo impossível que os seus ocupantes tenham venerado a divindade dos *Tapori*, cujo santuário central (no Monte de S. Martinho?) lhes ficaria mais próximo que o santuário de *Igaedus*.

26. A identificação dos Cónios

Voltemos ao mundo das estelas *extremeñas* do curso médio do Guadiana e da área entre este e o rio Tejo, mundo que terá vindo, com vicissitudes que não podemos por enquanto traçar, até ao século II a.C., época em que ao(s) povo(s) nele residente(s) se daria o nome de Cónios.

Dado que os Cónios têm sido geralmente situados no Sul de Portugal, a nossa proposta de localização desse *populus* em território hoje espanhol, no vale médio do Guadiana, carece de uma justificação que nos levará a considerar também a posição dos Cinetes.

Heródoto, II, 33.3 menciona os *Kunêsioi* e, em IV, 49.3, os *Kúnetes*. No primeiro passo diz que o *Istros* (Danúbio) nasce no território dos *Keltoi* e da cidade de *Pyrène* e que os *Keltoi* vivem para além das colunas de Hércules, vizinhos dos *Kunêsioi*, que são, de todos os habitantes da Europa, os mais ocidentais. No segundo, refere-se ao *Istros* e diz que começa no país dos *Keltoi*, que são, após os *Kúnetes*, os povos mais ocidentais da Europa.

A identificação de *Kunêsioi* com *Kúnetes* é geralmente admitida. Se, de uns e outros, se diz que ficam no extremo ocidental da Europa, não se devem identificar *Kunêsioi* com *Kúnetes*?

Ainda que a identificação não deixe de pôr problemas, parece, efectivamente, a melhor solução. Um dos problemas reside na distância fonética das duas formas etnonímicas: como poderá um mesmo etnónimo indígena (provavelmente não indo-europeu) ter sido transcrito (e pelo mesmo autor) de dois modos tão diferentes? A verdade, porém, é que na *Ora Maritima*, vv. 464-467, se citam os *Gymnetes* e, em face deles, a *insula Gymnesia*.

Por outro lado, poderíamos admitir que Heródoto está a referir-se aos *Keltoi* do Sudoeste alemão, país em que realmente nasce o Danúbio, e a uns *Kúnetes* que viveriam no litoral mediterrâneo francês e dos quais fala a *Ora Maritima*, vv.565-566 quando diz *post Pyrenaeum iugum*

iacent harenae littoris Cyneticici. Esta interpretação poderia apoiar-se no facto de Heródoto, em II, 33.3, referir, nos confins dos *Keltoi*, uma cidade, *Pyrène*, à qual também alude o v. 559 da *Ora Maritima*. Não sendo identificável essa cidade, é óbvio, a partir de Avieno, que ficava na área dos Pireneus. A passagem de Heródoto II, 33.3, situando os *Kunêsioi* para além das colunas de Hércules, cria-nos uma dificuldade que não podemos resolver se não admitindo que era confusa a representação geográfica do historiador grego.

Poderíamos ainda supor que o passo II, 33.3, sendo anterior a IV, 49.3, resultou de uma revisão de última hora. Ao redigir a sua obra, Heródoto não conheceria, primeiramente, senão os *Keltoi* do Sudoeste alemão, ou melhor, não conheceria ainda a presença de Celtas (ou de *Celtici*) na *Baeturia*. Posteriormente informado da presença destes *Celtici* e dos *Kunêsioi*, teria revisto o passo II, 33.3. Semelhante hipótese não nos parece inverosímil, se pensarmos que os *Celtici* se devem ter estabelecido na *Baeturia* exactamente no século V a.C. (Berrocal-Rangel, 1998, p. 90) e que Heródoto pode ter tido conhecimento deles através de comerciantes gregos. A partir de meados do século V a.C. verifica-se uma reactivação do comércio grego com a região de Huelva (Arruda, 1997, p. 64).

Talvez o exame destas dificuldades merecesse aprofundamento. Mas não nos parece oportuno fazê-lo aqui. O que nos interessa é saber que nome teriam, nos séculos VI-V a.C., os habitantes do Sul de Portugal. Ora esse nome é claramente dado pelo v. 201 da *Ora Maritima*, que fala dos *populi Cynetum* e dá ao Cabo de S. Vicente o nome de *Cyneticum iugum*. A dúvida que o verso nos pode suscitar é se o nome de *Cynetes*, equivalente aos *Kúnetes* de Heródoto, representa um etnónimo colectivo ou singular. No primeiro caso, haveria vários *populi* com o nome comum de *Cynetes* mas cada um, eventualmente, com nome particular que a *Ora Maritima* não desvendaria.

Desde Schulten (1955a, p. 105, mas primeira edição em 1922) e Leite de Vasconcelos (1938, p. 57) se admite que o etnónimo Cónios (*Koníoi* em Políbio X, 7, 5 e *Kounéoi* em Apiano, *Ib.* X, 57 e 68) se reporta aos mesmos *Cynetes* de Avieno. Tendo já apresentado algumas reservas a essa ideia (Alarcão, 1992b, p. 340), menos correcta ainda nos parece ela hoje.

São dois os argumentos com que se pode sustentar a identificação dos *Koníoi* com os *Cynetes*:

1. A presença do nome *Conii* nas lápides epigrafadas em escrita do Sudoeste, escrita que continua indecifrável, apesar dos progressos efectuados na sua leitura.
2. O nome de *Cuneus* dado ao cabo de S. Vicente e de *ager Cuneus* a uma região não exactamente determinável do Sul de Portugal, mas que englobava *Ossonoba*, *Balsa* e *Myrtilis* (Mela, III, 1, 7).

Ora, quanto ao primeiro argumento, é extremamente débil, porque *Conii* mais parece representar, naquelas lápides, uma fórmula (eventualmente de encomendação do morto) que um etnónimo (Coelho, 1971, p. 173; Correia, 1996).

Quanto ao segundo, o nome do cabo não terá derivado de um etnónimo, mas da sua forma de “cunha” (em Latim, *cuneus*) e o nome do *ager*, por sua vez, do nome do cabo. Aliás, se o nome do *ager* tivesse derivado de um etnónimo *Cunei* (não atestado, mas talvez admissível como latinização de *Koníoi* ou *Kounéoi*), deveria ter-se chamado *Cuneianum* ou *Cuneiorum*.

Políbio, X, 7, 5 refere os *Koníoi* quando diz que, ao tempo em que os Romanos invadiram a Península Ibérica, o cartaginês Magão tinha as suas tropas no território deste povo, *entos Eracléion stelôn*. Alguns autores (designadamente, Foulon, 1990) corrigem *entos* (“para cá de”) por *ektós* (“para além de”). Como a correcção não tem outro fundamento para além da suposição de que os *Koníoi* habitavam no sul do actual território português, entramos num círculo vicioso. Ora Tito Lívio, XXVI, 20, 6 diz que Magão estava *in mediterranea maxime supra Castulonensem saltum*. O *saltus Castulonensis* corresponde ao extremo oriental da serra Morena (Schulten, 1955b, p. 246).

Do confronto de Políbio com Lívio parece dever deduzir-se uma posição de Magão bem no centro da Península Ibérica.

Com esta posição dos *Koníoi* parece concordar o trecho de Apiano, *Ib.* XII, 68, que, referindo-se a Serviliano, diz que este invadiu a *Baeturia* (área meridional da Extremadura), depois conduziu as suas tropas para o território dos *Kounéoi* (e não “marchou contra” os *Kounéoi*, como o texto é geralmente traduzido), e atacou uma vez mais os *Lusitani*. E parece concordar ainda o texto de Apiano *Ib.* XII, 58, que diz ter-se Galba refugiado em *Carmo* ou *Carmonia* depois da derrota sofrida contra os *Lusitani*, ter aí reunido os fugitivos e ter depois avançado para o território dos *Kounéoi* e passado o Inverno em *Conistorgis*.

Contra a opinião corrente, propomos a hipótese de situar os *Kounéoi* ou *Koníoi* no vale médio do Guadiana, em território actualmente espanhol (Fig. 14). A sua cidade mais importante, *Conistorgis*, não corresponderá a Medellín? *Q. Caecilius Metellus* ter-lhe-á dado em 80/79 a.C. o nome de *Caecilia Metellinum*, suprimindo o antigo nome indígena.

Contra a hipótese de identificação de *Conistorgis* com Medellín poderá aduzir-se o texto de Estrabão, III, 3, 13, que situa a cidade entre os *Celtici*. Mas, porque a referência vem no contexto da descrição da vasta área limitada, a ocidente e norte, pelo rio Guadiana e, a oriente, pelos Carpetanos e Oretanos, é na margem esquerda do Guadiana que devemos procurar *Conistorgis*. A proximidade de *Kounéoi* e *Celtici* poderá ter equivocado Estrabão, que, aliás, em III, 4, 19 reconhece a possibilidade de, ao definir o limite dos *populi*, poder estar a prestar algumas informações erradas, devido “às mudanças que se têm verificado”. Contra-argumentar-se-á que esta advertência vem no contexto da referência à Celtibéria. Não nos parece, porém, em qualquer caso, que possa usar-se o testemunho de Estrabão para localizar-se *Conistorgis* em território português e, muito menos, no Algarve.

Ainda contra a localização dos *Koníoi* no vale médio do Guadiana poderia aduzir-se o testemunho de Prudêncio, *Peristephanon*, III, 186-187, que chama a Mérida *clara colonia Vettoniae*. Mas este testemunho, por muito tardio, não merece confiança, sobretudo quando Estrabão, III, 2, 15 declara a capital da Lusitânia fundada entre os Túrdulos, nome que poderá facilmente ter incluído os *Koníoi*. Aliás, tendo sido a Lusitânia dividida, durante algum tempo, e pelo menos para efeitos de administração financeira (como atrás vimos), em duas partes, a *Lusitania stricto sensu* e a *Vettonia*, é possível que a referência de Prudêncio se possa entender nesse quadro.



Fig. 14 Possível representação da Península Ibérica para os Romanos nos fins do século III a.C.

Os *Kounéoi*, a que a *Ora Maritima* se refere, teriam a sudeste (se já existissem com esse nome no século VI a.C.) os *Ileates* (ou *Ilêates*) do v. 302 do mesmo poema. *Ileates*, *Iglêtas* e *Glêtes* são, provavelmente, formas divergentes do mesmo etnónimo indígena. Se o primeiro é referido por Avieno, o segundo encontra-se em Estrabão e o terceiro em Herodoro de Heracleia.

Estrabão, III, 4, 19 fala dos *Iglêtas*, dizendo que Asclepiades de Mirleia deu este nome aos habitantes da Ibéria. Provavelmente, Estrabão leu mal Asclepiades, que terá posicionado os *Iglêtas* junto do rio *Hiberus*. Ora este rio, citado no v. 248 da *Ora Maritima*, poderia ser o rio Tinto. Situados a norte dos *Kúnêtes* segundo Herodoro de Heracleia (no seu epitomador, Estêvão de Bizâncio, cfr. *F.Gr.Hist.* 31 F2), os *Glêtes* ficariam na serra de Aracena.

Pode dizer-se que a este território não convém o nome de *ferax* que Avieno (v. 302) dá à terra dos *Ileates*. Mas *ferax* pode significar rico, não necessariamente do ponto de vista agrícola, mas abundante de minérios. Nesse mesmo sentido, também Plínio utilizou o termo *fertilitas*, que geralmente corresponde a boa capacidade agrária (Oliveira, 1994, p. 38).

Situados, pois, possivelmente na zona da serra de Aracena, e estendendo-se até ao Guadiana, os *Ileates* de Avieno confinariam, de facto, com os *Cempsí*, segundo o testemunho de Avieno. *Cempsorum sata*, no v. 301 da *Ora Maritima*, seriam os campos de Beja, pois *sata* concorda perfeitamente com as excelentes terras de sementeira da área de Beja.

Viriam os *Iglêtas*, *Glêtes*, ou *Ileates* até à área de Serpa e devemos, possivelmente, atribuir-lhes os povoados do Bronze Final e da I Idade do Ferro identificados naquele concelho (Lopes et al., 1998).

A nossa proposta discorda da de Schulten (1955a, mapa), que situa os *Ileates* no vale do Guadalquivir, a oriente dos *Etmanei*; mas os vv. 300-301 da *Ora Maritima* situam os *Ileates*, relativamente à *gens Etmanium*, *inde rursus usque Cempsorum sata*, pelo que devemos situar os *Iglêtes* para o lado contrário dos *Etmanei*.

Assim, e em conclusão, situamos os *Kounéoi* no vale médio do Guadiana, em território actualmente espanhol; os *Cempsí*, pelo menos desde a península de Setúbal, se não mesmo desde a área de Lisboa, até à zona de Beja; os *Kunêsioi*, no litoral alentejano, na região de Ourique, Castro Verde e Mértola e no Algarve; os *Iglêtas*, a oriente do Guadiana, na área de Serpa e na parte norte da província de Huelva.

Diremos ainda que o nome de *Kunêsioi* ou *Kúnêtes* poderá ter desaparecido entre os séculos V e II a.C., sendo nesta última data os povos do Sul de Portugal designados por *Turdetani*, como os seus vizinhos do outro lado do Guadiana.

27. O belicismo dos *Lusitani*: breve ensaio de arqueologia cognitiva

A julgar pelos sítios escavados por Raquel Vilaça (1995) na Beira Interior, os *Lusitani*, no momento da sua chegada, estabeleceram-se em pequenos povoados, da ordem dos 200 habitantes pelo máximo, em pontos altos, “de natural defesa”, sem muralhas, mas com ampla visibilidade. As suas casas seriam feitas de materiais vegetais, aproveitando frequentemente afloramentos rochosos, aos quais as habitações se apoiavam.

Classificar estes sítios como “naturalmente defendidos” implica atribuir aos *Lusitani* sentimentos ou reacções de defesa. Mas contra quem? Não parece que, internamente, os *Lusitani* se guerreassem, pois nem nas fontes literárias do século II a.C. temos testemunho disso. O discurso de Galba (em Apiano, *Ib.*, 58-60) parece referir-se mais a guerras movidas pelos *Lusitani* a outros, do que a lutas de *Lusitani* entre eles. Aliás, tendo em atenção a capacidade dos solos (que, no ter-

ritório dos *Ocelenses Lancienses*, isto é, na Cova da Beira, é até bastante boa), não se nos afigura que os *Lusitani*, pelo menos no Bronze Final e na I Idade do Ferro, pudessem ter tido problemas de subsistência: o gado ovicaprino sustentável, a cevada (e o trigo?) que os campos podiam produzir, a bolota dos carvalhos, da qual fariam farinha, a caça — garantiriam sustento sem problemas.

Não vemos também que receio poderiam ter de outros povos não lusitanos.

Assim, a escolha de lugares em pontos altos para viverem não se explicará por receio de ataques, que não se vê donde viriam. Mas esses lugares avistavam-se uns dos outros — e pela sua intervisibilidade, mais do que pela sua defesa natural, terão sido escolhidos. Não podemos esquecer que os *Lusitani* chegaram de fora a uma região desconhecida. Talvez a opção por lugares altos e intervisíveis se explique no contexto desta fixação em território ignoto, no qual a intervisibilidade dos sítios evitaria a desorientação e manteria a solidariedade.

Instalados numa grande terra, vazia de gente, povoada só de bicheza (mansa, uma; outra, bravia), os *Lusitani* demorariam até terem noção de onde viria esta água que por ali corria e em que outra ribeira iria desaguar; antes de saberem que outro monte se erguia por detrás daquele que dali se via. Só a pouco e pouco iriam tendo um mapa da terra desvendada e desbravada, com rios e montes nomeados, caminhos por onde se não perdessem.

Não nos parece adequado propor que os povoados se ergueram a dominar os caminhos: estes teriam sido criados depois daqueles e pelos habitantes daqueles, e não existiriam antes. Aliás, por quem teriam sido frequentados? Sempre os povoados precedem os caminhos, que vão de uns a outros, embora núcleos novos possam depois surgir aí onde os caminhos já existem, quando a população cresce e o povoamento se adensa. Não contestaremos, porém, a ideia de que os caminhos humanos podem ter seguido rotas “naturais”, isto é, traçados por onde seria mais fácil ou conveniente a circulação.

Mas por que razão fariam os *Lusitani* a guerra?

Contra a nossa dúvida sobre se a escassez da terra (ou a insuficiência da produção das terras onde viviam) é a explicação da guerra que os *Lusitani* faziam, pode alegar-se o citado passo de Apiano: se Galba convocou os *Lusitani*, tendo anunciado que o fazia para lhes distribuir novas terras, e se os *Lusitani* compareceram (para serem traiçoeiramente mortos), não significa isso que eram mesmo terras o que eles queriam? Mas, por outro lado, se eram terras que pretendiam, por que razão as não teriam já tomado? Por que razão não teriam, ao menos alguns deles, já emigrado? O estabelecimento dos *Celtici*, no século V a.C., na província de Badajoz e em parte do Alentejo, é prova de que terra vaga ainda existia. Os *Cempsí*, pelo mais tardar no século VI a.C., fixaram-se numa vasta zona entre o cabo Espichel (o *Cempsicum* da *Ora Maritima*) e os campos cerealíferos (*sata*) de Beja.

Outra explicação propôs García y Bellido (1945): que os guerreiros lusitanos eram os jovens deserdados. Numa sociedade que conheceria a propriedade privada da terra, terra que os pais passariam só aos filhos varões primogénitos, deserdando os filhos segundos e terceiros, estes dedicar-se-iam à guerra por não terem de que se sustentar. A propriedade privada da terra e o regime sugerido de transmissão parecem-nos, porém, mais que suspeitos. E, se existissem, por que razão teriam conduzido à guerra exterior e não a um conflito social interno?

A verdade, porém, é que Diodoro, 5, 34, 6 diz dos Iberos, e em particular dos *Lusitani*, que, chegando à idade adulta, aqueles que se encontravam mais apertados de recursos e se distinguiam pelo vigor físico e denodo se reuniam nas asperezas dos montes e formavam bandos que se dedicavam ao roubo. Semelhante prática não implica necessariamente o “morgadio” mas parece implicar que alguns pais não tinham recursos para sustentar todos os filhos, o que, por sua vez, parece obrigar a admitir a propriedade privada (de terras? de gados? das duas coisas

simultaneamente?). Em que medida o peso dos dotes de casamento contribuiria para empobrecer certas famílias? A “guerra” seria, assim, resultado da pobreza. Repetindo, porém, o que anteriormente dissemos, o factor económico não nos parece explicação suficiente. Se, em 150 a.C., a população dos *Lusitani* orçava por 120 000 indivíduos, a densidade populacional andaria por 8,5 habitantes por km², densidade que nos parece muito inferior à da capacidade de sustentação do território, mesmo com métodos pouco rendíveis de obtenção de meios de subsistência. Os filhos de pais pobres (se tais pais existiam) teriam muita terra para se estabelecerem.

Não nos convence também uma explicação funcionalista alternativa de que a guerra, pelas mortes que provocava, era um recurso inconsciente ou pré-reflexivo para conter o crescimento populacional.

Não sendo inteiramente convincentes as propostas examinadas, como se poderá entender a guerra que os *Lusitani* faziam? Noutro lugar (Alarcão, 1992a, p. 60) definimos essa guerra como exigência de um *ethos*, como um traço de carácter, como prática derivada de um ideal de valentia, como algo que nenhuma carência económica exigia. Mas essa nossa explicação parece-nos agora essencialista: pressupõe ou postula, mas não explica, um carácter social, como se a guerra pudesse ser vocação irreprimível e injustificável por outras razões para além do desejo incontível de fazê-la.

Perante a insuficiência de explicações causalistas, mas não aceitando também que *bellum omnium contra omnes* é o estado natural de populações pouco civilizadas, ou que o homem é por natureza *hominis lupus*, poderemos aprofundar a interpretação da guerra como acção na qual valores éticos poderiam ser tão ou mais determinantes que necessidades materiais?

A dificuldade que encontramos em definir por que motivo os *Lusitani* faziam a guerra deriva, em grande parte, da nossa ignorância do tipo de guerra que era feita. Talvez os *Lusitani* não matassem, podendo matar os vencidos; nem violentassem mulheres, podendo todavia fazê-lo; nem destruíssem, nem incendiassem. Talvez apenas roubassem — o que justificaria o qualificativo de *latrones* que Veleio, 2, 1, 3, lhes aplica e o de *latro*, dado por diversos autores a Viriato. Mas ainda aqui podemos perguntar-nos se roubavam por necessidade material.

Se acaso não faziam aos vencidos o que poderiam fazer, se o que *faziam* ficava aquém do que *podiam*, só valores éticos os impediriam de matar, violar, incendiar. Não seria a guerra um mero jogo?

O qualificativo que a *Ora Maritima* dá ao Lusitano é o de *pernix*, que significa ágil, rápido e é adjectivo que se aplicava ao praticante de jogos de destreza física. Não seria, para os *Lusitani*, a guerra um jogo, no qual se procurava confirmação da valentia?

No bando de fortes gritos com que atacavam aldeias ia o prazer de amedrontar. Tomada a aldeia de assalto, ficavam suspensos ou adiados fogos-postos, mortes, violências. Com a rendição se satisfariam porque quem se rende e pede tréguas proclama o poder de quem os vence. No medo que liam nos olhos dos outros, entendiam o que, de si mesmos já sabendo, queriam todavia confirmado: a sua valentia.

Aquilo que os *Lusitani* pretendiam ser — valentes —, só na relação com os outros, através da guerra, se realizaria. Se mesmo em níveis mais elevados de civilização e de capacidade de auto-reflexão não há prioridade da imagem que de nós nos fazemos sobre aquela que os outros de nós fazem, os *Lusitani* necessitariam de ouvir, dos outros: “Os *Lusitani* são valentes”. A valentia, enquanto valor ético, é o que tem ser mas não existe enquanto não for consubstanciado ou concretizado em actos de bravura. Ora no ataque, realizando-se como valente, o homem sentir-se-ia coincidente com o ideal que a si mesmo se propunha, e a si se transcendia, aproximando-se do modelo ético que era o seu. O ser que cada um pretendia ser não sendo dado (não se sendo valente como se é loiro ou ruivo), o ser se conquistava ou se fazia por actos de bravura pratica-

dos. A guerra era a mediação necessária para que alguém fosse valente. Nesta perspectiva, a guerra seria a acção na qual se experimentava a valentia e da qual esta sairia confirmada pelo olhar dos outros.

O temor que os *Lusitani* incutiam e o correlativo poder que tinham desvanecer-se-iam, porém, se nunca matassem nem roubassem, isto é, se os atacados soubessem que nada tinham, afinal, nunca, que rezear caso se rendessem. A possibilidade objectiva, para os atacados, de serem mortos ou roubados tinha de ser mantida, pela morte ou roubo em, pelo menos, alguns casos. A imprevisibilidade, para os atacados, do desfecho do ataque tinha de ser sustentada. Por isso, às vezes os *Lusitani* matariam, roubariam, sob pena de se verem considerados como guerreiros, afinal, inofensivos. Mas não seriam mortes ou saques o que essencialmente interessaria numa guerra em que o que se devia decidir eram o ser e o poder. Da guerra, feita com armas, os *Lusitani* trariam, mais que saques, a certeza, pelos outros confirmada, de que eram o que pretendiam ser e de que tinham o poder que pretendiam ter.

Ser valente, porém, não é ainda o desejo fundamental que não carece de explicação. Com efeito, o desejo de ser valente não pode ser definido como transcendental ou como dimensão original do *cogito*, mesmo aceitando (como aceitamos) a característica essencialmente desidrativa da acção, mesmo definindo (como Ricoeur) o *cogito* como subjectividade volitiva.

Não temos, infelizmente, ideia de como estava organizada, sociopoliticamente, a aldeia lusitana. O estudo de Jorge Dias sobre a aldeia comunitária de Vilarinho da Furna (1981) dá-nos, porém, ideia de como *poderia* ser essa organização. Numa aldeia de 250 habitantes (comparável, pois, ao que seria a dimensão das aldeias lusitanas no Bronze Final, embora fossem provavelmente bastante maiores e populosos os castros da II Idade do Ferro, isto é, do tempo das agressões lusitanas), havia um *juiz* ou *zelador* e um conselho de seis membros, exactamente chamado *Os seis*. De seis em seis meses fazia-se a eleição do juiz e dos seis.

Podemos supor (mas não passa de mera hipótese) que nas aldeias lusitanas haveria também juizes e conselhos de seis (ou de qualquer outro número) e que para esses cargos não fossem todos elegíveis, mas apenas aqueles que na guerra ou no assalto se tivessem distinguido como mais valentes.

Nesta perspectiva, nos bandos de que fala Diodoro, talvez cada um procurasse exceder-se aos outros em audácia, com o fim último de se qualificar para futuramente exercer, na aldeia, o poder.

Se, como diz Diodoro, chegando à idade adulta, alguns lusitanos mais valentes se apartavam e formavam bandos, temos de perguntar-nos até que idade se mantinham nesses bandos. Até envelhecerem e perderem a destreza? Não teria esse “apartamento” uma curta duração de poucos anos, terminando pela reintegração nas aldeias e pelo casamento?

Para além de constituir um treino militar, o período de vivência nos bandos assaltantes poderia ser uma mediação necessária para acesso à cidadania nas aldeias, período em que se definiriam hierarquias de valor pessoal conducentes, mais tarde, a prioridades no exercício do poder e a autoridades diferenciadas no seio dessas aldeias. Nos bandos, não em resultado de auto-reconhecimentos ou compreensões solipsistas de si mesmos, mas através de um processo intersubjectivo interpretativo consensual (e seria sempre consensual?), os jovens iriam sendo apontados como mais ou menos valentes. Os outros eram, portanto, os interpretantes do comportamento de cada um e quem decidia se o *ego* era ou não valente. Os mais valentes poderiam vir a ser os preferidos para exercerem poder e/ou autoridade nas aldeias, ficando também mais desejáveis para as mulheres. A raiz última e fundante do querer ser valente seria, assim, o desejo de ser objecto de consideração social e talvez aqui encontremos a autoposição fundamental do *cogito* que já não carece de explicação, dada a sua natureza de *connatus*.

Todo o *ego* vivendo no meio de (ou com) outros, ou talvez melhor, integrado num grupo de *nós*, todo o *ego* vive também, todavia, o desejo fundamental de ser diferente. Esta distância que o *ego* quer manter relativamente aos outros é uma estrutura existencial básica. Mas básico parece também o desejo de não querer ser dominado ou ficar à mercê do outro, mas de ser dominante, de dispor de autoridade sobre os outros, sendo a rivalidade e a concorrência manifestações ônticas não só desse distanciamento que se pretende como da autoridade que se deseja.

Noutra perspectiva, a guerra poderia ser também determinada por um conflito de gerações. Os mais velhos, exercendo o poder na aldeia, e dele excluindo os jovens, conduziam estes à guerra, através da qual os jovens se afirmavam, afinal, como protectores dos mais velhos. O discurso de Viriato a Astolpas, no decurso da boda com que o sogro celebrou o casamento do caudilho (Diodoro, 33, 7, 1), insistiu exactamente na vulnerabilidade da riqueza de Astolpas, dependente das armas dos guerreiros lusitanos. Foi um discurso, não de vergonha de ser pobre, mas de orgulho de ser poder, ou de ter poder de proteger.

A constituição dos bandos poderia ainda obedecer a outras razões pré-reflexivas nem por isso mesmo menos essenciais e actantes. Separadas umas das outras, as aldeias corriam o risco de cair numa existência insularizada, da qual se livrariam pelos casamentos e pelo convívio que, durante uns anos, tinham os jovens procedentes de várias aldeias integrados num mesmo bando onde fortes solidariedades se criariam (não obstante as emulações que também nos bandos se gerariam).

Inconclusivo e certamente discutível, este nosso breve ensaio pretendeu apenas chamar a atenção para a necessidade de ver na guerra que os *Lusitani* faziam algo mais que uma mera necessidade económica.

28. Donde era natural Viriato?

O problema da integração de Viriato num ou noutra dos *populi* lusitanos que aqui pretendemos identificar afigura-se-nos extremamente difícil.

Não nos convence a argumentação de García Moreno (1988) no sentido de fazer de Viriato um natural da Betúria Céltica. Mas, situados os *Lusitani* também na Extremadura; considerando válida a identificação da Sierra de San Pedro com o monte de Vénus ou de Afrodite, do qual, segundo Apiano, *Ib.* 64, Viriato fez o seu ponto de partida; considerando ainda a posição de *Castra Servilia*, o acampamento de Quinto Servílio Cepião, na área de Cáceres (Morillo Cerdán, 1991, p. 157) — parece crível que os *Lusitani* de Viriato tenham sido sobretudo os *Lusitani* do actual território espanhol, sem prejuízo, evidentemente, da participação de *Igaeditani*, *Tapori* e *Elbocori* e até de *Lancienses*. Os povos das três “cidades” lusitanas convocadas por Galba (Valério Máximo, 9, 6, 2, *in* Schulten, 1937, p. 104) seriam os *Coerenses*, *Caluri* e *Calontienses*? E encontrando-se Viriato entre esses convocados, a cuja chacina conseguiu escapar (Apiano, *Ib.* 60), não seria Viriato um Coerense, Caluro ou Calontiense?

O único passo de autor antigo sobre a “nacionalidade” de Viriato é o de Diodoro, 33, 1. A tradução não parece fácil. Podemos traduzir: “procedia este (Viriato) dos Lusitanos que habitam junto do Oceano”; ou “procedia este dos Lusitanos, que habitam junto do Oceano”.

Traduzindo da primeira forma (a vírgula faz toda a diferença), podemos admitir uns *Lusitani* do lado do Oceano, contrapostos a uns *Lusitani* que não se achavam do lado do Oceano. Mas é possível que os autores antigos, representando-se a Península Ibérica da forma que reconstruímos na Fig. 14, tenham considerado *in Mediterraneum* os Cónios (como vimos, Tito Lívio situa os Cónios *maxime in mediterranea supra saltus Castulonensis*) e todos os *Lusitani* do lado do Oceano.

Pode argumentar-se que a tradução mais correcta do passo de Diodoro deve ser a segunda. Assim, não seria feita por Diodoro uma distinção entre *Lusitani* do lado do Oceano e *Lusitani* que não estavam do lado do Oceano, mas todos os *Lusitani* estariam do lado do Oceano. Não podemos, pois, utilizar o passo de Diodoro para precisar com segurança a origem de Viriato. Mas se Diodoro queria apenas localizar os *Lusitani* para leitores menos familiarizados com a etnogeografia da Península Ibérica, por que razão não o teria feito logo da primeira vez que falou dos Lusitanos? Não aceitando a hipótese de Viriato ter sido natural da Betúria Céltica, porque nenhum texto nos permite duvidar da nacionalidade lusitana do herói, temos de honestamente reconhecer que nada nos permite afirmar que nasceu em terras hoje portuguesas.

29. Conclusão

O nome *Lusitani* é certamente um etnónimo colectivo. Procurámos identificar os diferentes *populi* que integrariam essa “nação”, à qual Estrabão (III, 3, 3) chama a maior das ibéricas a norte do Tejo.

Os cultos surgiram-nos como elementos de identificação possível. Para além de adorarem *Bandus*, *Nabia* e *Reve*, que eram divindades comuns aos *Callaeci*, os *Lusitani* adoravam *Arentius/Arentia*, *Quangeius* e *Trebarunis*. A presença destas divindades também na província de Cáceres levou-nos a estender os *Lusitani* para aquela região e, numa inscrição de Alconétar, julgamos poder ver o nome dos *populi* lusitanos fixados em território actualmente espanhol.

A ausência de divindades lusitanas entre os *Interamnienses*, *Aravi*, *Meidubrigenses*, *Arabrigenses*, *Coi-larni*, *Paesuri* e *Banienses* leva-nos a abandonar a hipótese, que noutro tempo propusemos, de que os *populi* mencionados na inscrição da ponte de Alcântara se integravam, todos, no grupo dos *Lusitani*.

Um dos pontos mais controversos do nosso trabalho é, certamente, a defesa de uma origem transpirenaica dos *Lusitani* e de uma invasão ocorrida no início do Bronze Final. Mas não vemos, no território que atribuímos aos *Lusitani*, um fundo populacional do Bronze Inicial ou Médio do qual se possam ter formado, por evolução interna, os *Lusitani*.

Paralelo ao movimento que terá trazido os *Lusitani*, outro terá instalado os *Callaeci* e os povos da Beira central. No Noroeste peninsular, a trama histórico-arqueológica é muito mais complexa, porque os invasores encontraram aí uma população autóctone eventualmente até densa, cujas tradições culturais se poderão ter mantido ainda por muito tempo, numa coexistência de culturas.

A nossa hipótese de uma imigração, repondo antigas teses de Bosch-Gimpera, Santa-Olalla e M. Almagro, assenta, pois, em grande parte, no que respeita à Beira interior portuguesa, numa ausência de populações durante o Bronze Inicial e Médio, ausência que pode derivar simplesmente de um ainda não-conhecimento do que futuros achados ou escavações poderão vir a revelar. E, no que concerne ao Noroeste, numa diversidade ou multiplicidade cultural que parece difícil de explicar por paradigma de adaptação a diferentes ambientes e se afigura entendível em termos de um estrato autóctone e de uma população imigrante.

Não podemos, porém, e no que diz respeito à data da suposta invasão, ignorar um dado: as escavações de Raquel Vilaça na Beira interior (Vilaça, 1995) revelaram povoados abandonados no século VIII a.C. Isso levou-nos a pensar, primeiro, numa instalação dos *Lusitani* exactamente no século VIII. Se agora recuamos a cronologia da invasão, deixamos sem explicação essa aparente “ruptura” do século VIII. Que terá sucedido à população dessas aldeias abandonadas? Ter-se-á dispersado por casais? Ter-se-á concentrado em povoados maiores?

Também a hipótese de uma imigração e instalação dos *Lusitani* no séc. XIII a.C. não tem de exigir, necessariamente, uma origem imediatamente transpirenaica, embora tenha sido essa a tese defendida. E ficaram por explicar satisfatoriamente as razões que terão levado à emigração a partir da área transpirenaica, bem como os motivos que detiveram os *Lusitani* na linha do Zêzere (se efectivamente os *Elbocori* foram os mais ocidentais dos *Lusitani*). E que se terá passado a ocidente dos *Calontienses* e no Nordeste alentejano, área sobre a qual conhecemos tão pouco? E, finalmente, mas talvez mais importante que tudo, como explicar a raridade dos vestígios do Bronze Final na área que atribuímos aos *Coerenses* e *Caluri*? Simples falta de prospecção?

Talvez o nosso trabalho não pareça inconjuncto, nem por abordar diversos tópicos. As nossas hipóteses aqui ficam, numa tentativa de entender um passado que não é, todavia, fácil de compreender. Outros poderão olhar as coisas doutra forma e verão o que nós, distraídos ou menos informados, não teremos talvez visto. Outros corrigirão o que mal pensado tiver sido; dirão, de coisas que dissemos, que não podem ter sido assim e farão história mais lúcida e mais credível. Conhecer é um processo dialéctico: para que alguém diga a verdade é por vezes necessário que outro, antes, tenha errado. Talvez algumas coisas possam ser de novo olhadas para se verem nelas outros sentidos; mas se alguém disser que elas não têm a significação que lhes propusemos, negar o que dissemos será já um aprofundamento do que se poderá delas saber.

Agradecimentos

Agradecemos à Professora Doutora Raquel Vilaça toda a inestimável colaboração que nos prestou. Aos Professores Doutores Francisco Villar, Blanca Prósper, Maria Helena da Rocha Pereira, José d'Encarnação, J. Ribeiro Ferreira e Sebastião Tavares de Pinho, bem como ao Dr. António Marques de Faria, agradecemos os esclarecimentos que nos prestaram e as correcções e sugestões que nos fizeram. O Dr. José Luís Madeira desenhou todos os mapas e figuras.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994) - *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Madrid: Universidad Complutense; Murcia: Universidad.
- AKOUN, A. (1983) - *Dicionário de Antropologia*. Lisboa.
- ALARCÃO, J. de (1988) - *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.
- ALARCÃO, J. de (1990a) - Dividades da Beira: ensaio de geografia religiosa. In GAMITO, T. J., ed. - *Arqueologia hoje. Etno-Arqueologia*. Faro: Universidade, p. 146-169.
- ALARCÃO, J. de (1990b) - *Nova História de Portugal* (coordenada por SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira) vol. I, *Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Presença.
- ALARCÃO, J. de (1992a) - A evolução da cultura castreja. *Conimbriga*. Coimbra. 31, p. 39-71.
- ALARCÃO, J. de (1992b) - Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. In ALMAGRO-GORBEA, M.; RUIZ ZAPATERO, G., eds. - *Paleoetnología de la Península Ibérica: Actas de la reunión celebrada en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense. Madrid, 13-15 diciembre de 1989*. Madrid: Universidad Complutense [Complutum. Madrid. 2-3, 1992], p. 339-345.
- ALARCÃO, J. de (1993) - *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas.
- ALARCÃO, J. de (1998) - On the civitates mentioned in the inscription on the bridge at Alcântara. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 0, p. 143-157.

- ALARCÃO, J. de (1999a) - O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal. In CENTENO, R. M. S.; GARCÍA-BELLIDO, M.ª P.; MORA, G., eds. - *Rutas, ciudades y moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejos del *Archivo Español de Arqueología*; 20), p. 1-8.
- ALARCÃO, J. de (1999b) - Três notas sobre o Alentejo romano. *Al-madan*. Almada. 2ª série. 8, p. 72-74.
- ALARCÃO, J. de (2000a) - *A escrita do Tempo e a sua verdade*. Coimbra.
- ALARCÃO, J. de (2000b) - Sobre os cantões proto-históricos do Noroeste de Portugal. *Santo Tirso Arqueológico*. Santo Tirso. 2ª série. 2-3, p. 45-50.
- ALARCÃO, J. de; IMPERIAL, F. (1996) - Sobre a localização dos *Lancienses* e *Tapori*. In MACIEL, M. J., ed. - *Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, p. 39-44.
- ALBERTOS, M.ª L. (1979) - La onomástica de la Celtiberia. In TOVAR, A. [et al.], eds. - *Actas del II coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Tubingen, 17-19 de junio de 1976)*. Salamanca: Universidad, p. 131-167.
- ALBERTOS, M.ª L. (1975) - *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua*. Santiago de Compostela/Valladolid.
- ALBERTOS, M.ª L. (1990) - Los topónimos en -briga en Hispania. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 7, p. 131-146.
- ALFENIM, R. A. E. (1991) - Ex voto a Quangeio Turicaeco. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 38, n.º 174.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) - *El Bronce Final y el período orientalizante en Extremadura*. Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1990a) - Les stèles antropomorphes de la Péninsule Ibérique. In *115º Congrès National des Sociétés Savantes, Pré- et Protohistoire*, Avignon, p. 123-139.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1990b) - El período orientalizante en Extremadura". In *La cultura tartésica y Extremadura*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses; 2), p. 85-125.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1996) - Sacred places and cults of Late Bronze Age tradition in Celtic Hispania. In *Archäologischen Forschungen zum Kulturgeschichte in der jüngeren Bronzezeit und frühen Eisenzeit Alteuropas*. Bonn, p. 43-79.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; MARTÍN BRAVO, A. Mª., eds. (1995) - *Castros y oppida en Extremadura*, Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; ORTEGA BLANCO, J.; VILLAR LIÉBANA, F. (1999) - Una nueva inscripción lusitana: Arroyo de la Luz III. *Complutum*. Madrid. 10, p. 167-173.
- ALMAGRO-GORBEA, M. [et al.] (1990) - Cancho Roano. Un palácio orientalizante en la Península Ibérica". *Madrid der Mitteilungen*. Mainz. 31, p. 251-308.
- ALMEIDA, F. de (1961) - Restos de uma provável *villa* rústica romana nas proximidades da Guarda. *Studium Generale*. 9:1, p. 289-304.
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (1999) - *Los Vettones*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- AMARO, M. J. (1993) - Ara votiva do Ladoeiro. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 44, n.º 198.
- ARRUDA, A. M. (1997) - *As cerâmicas áticas do castelo de Castro Marim*, Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A. M. (2000) - *Fenícios e mundo indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII a VI a.C.)*. Em torno às histórias possíveis. Lisboa: Universidade (tese de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).
- BARCELÓ, J. A. (1992) - Una interpretación socioeconómica del Bronce Final en el Sudoeste de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 49, p. 259-275.
- BATATA, C. (1998) - *Carta arqueológica do concelho de Sertã*. Sertã.
- BÉCARES PÉREZ, J. (1994) - Las representaciones de carros de Los Buitres (Capilla, Badajoz) en la cronología del arte esquemático típico. *Zephyrus*. Salamanca. 46, p. 195-213.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1975-76) - Aportaciones a la epigrafía y arqueología romana de Cáceres. *Caesaraugusta*. Zaragoza. 39-40, p. 19-111.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1993) - *Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1998) - *La Baeturia. Un território prerromano en la Baja Extremadura*. Badajoz.
- BINTLIFF, J.; SBONIAS, K. (1999) - *Reconstructing Past Population Trends in Mediterranean Europe (3000 B.C.-A.D. 1800)*. Oxford.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1975) - *Diccionario de las religiones prerromanas de Hispania*. Madrid.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1983) - *Primitivas religiones ibéricas, II. Religiones prerromanas*. Madrid.
- BLÁZQUEZ CERRATO, C. (1995) - Sobre las cecas celtibéricas de *Tamusia* y *Šekaisa* y su relación com Extremadura. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 68, p. 243-258.
- BÚA, C. (1997) - Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispanica. In *Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego. I. Historia*. Santiago de Compostela, p. 51-99.
- CALLEJO SERRANO, C. (1982) - Teónimos falsos en Lusitania. In *Homenaje a Saenz de Buruaga*. Badajoz, p. 329-337.
- CANTO, A. (1989) - Colonia Iulia Augusta Emerita: consideraciones en torno a su fundación y território. *Gerión*. Madrid. 7, p. 149-205.
- CANTO, A. M.; BEJARANO, A.; PALMA, F. (1997) - El mausoleo del dintel de los ríos de Mérida, *Reve Anabaraecus* y el culto de la confluencia. *Madrid der Mitteilungen*. Mainz. 38, p. 247-294.

- CARDOSO, J. R. (1940) - *Subsídios para a história regional da Beira Baixa*, vol. I, tomo I. Lisboa.
- CARVALHO, R. (1987) - Ara votiva de N.^a. S.^{ra}. dos Prazeres (Nisa). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 23, n.º 106.
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V. [et al.] (1995) - Genealogía y cronología de la cultura de Cogotas I. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 61, p. 51-118.
- CELESTINO PÉREZ, S. (1990) - Las estelas decoradas del S.W. peninsular. In *La cultura tartésica y Extremadura*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses; 2), p. 45-62.
- CELESTINO PÉREZ, S. [et al.] (1992) - Paleoeotnología del área extremeña. In ALMAGRO-GORBEA, M.; RUIZ ZAPATERO, G., eds. - *Paleoeotnología de la Península Ibérica: Actas de la reunión celebrada en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense. Madrid, 13-15 diciembre de 1989*. Madrid: Universidad Complutense [Complutum. Madrid. 2-3, 1992], p. 311-327.
- CELESTINO PÉREZ, S. (1995) - El período orientalizante en Extremadura. *Extremadura Arqueológica*. 4, p. 67-89.
- CIPRES, P. (1993) - *Guerra y sociedad en la Hispania indoeuropea*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- CLARKE, D. L. (1984) - *Arqueología analítica*. Barcelona.
- COELHO, L. (1971) - Inscrições da necrópole proto-histórica da herdade do Pêgo (Ourique). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 5, p. 167-180.
- COFFYN, A. (1985) - *Le Bronze Final atlantique dans la péninsule Ibérique*, Paris : De Boccard.
- CORREIA, V. H. (1996) - *A epigrafia da Idade do Ferro no Sudoeste da Península Ibérica*, Porto.
- CURADO, F. P. (1984) - Uma nova estela do Bronze Final na Beira Alta. *Arqueologia*. Porto. 9, p. 81-85.
- CURADO, F. P. (1988-1994) - A propósito de *Conimbriga* e de *Coniumbriga*. *Gaya*. Gaia. 6, p. 213-234.
- DAVID, P. (1947) - *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*. Lisboa.
- DE HOZ, J., (1986) - La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania. In *Primeras Jornadas sobre manifestaciones religiosas en la Lusitania*. Cáceres, p. 31-49.
- DIAS, J. (1981) - *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária*. Lisboa.
- DOMÍNGUEZ MORENO, J. M.^a (1987-88) - El ara votiva de Tejada de Tiétar y su información sobre una danza prerromana. *Norba*. Cáceres. 8-9, p. 33-41.
- DUMÉZIL, G. (1958) - *L'idéologie tripartite des Indo-Européens*. Bruxelles.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1975) - *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ENCARNAÇÃO, José d', (1984) - *Inscrições romanas do conventus pacensis*. Coimbra: Universidade.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1985) - Ara votiva a Triborunnis. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 14, n.º 59.
- ESTEBAN ORTEGA, J. (1986) - Teónimos indígenas del S.O. cacereño. In *Primeras Jornadas sobre manifestaciones religiosas en la Lusitania*. Cáceres, p. 85-92.
- FABIÃO, C. (1998) - *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*, Lisboa (tese de doutoramento policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).
- FERNÁNDEZ CASTRO, M.^a C. (1988) - *Arqueología protohistórica de la Península Ibérica (siglos X a VIII a.C.)*. Madrid.
- FERNÁNDEZ CORRALES, J. M.^a (1998) - *El asentamiento romano en Extremadura y su análisis espacial*. Cáceres.
- FERREIRA, A. [et al.] (1957) - *O mais antigo mapa de Portugal (1561)*. Coimbra.
- FERREIRA, J. R., ed. (1992) - *Avieno, Orla Marítima*. Coimbra.
- GARCÍA FIGUEROLA PANIAGUA, M. (1999) - *Arqueología romana y altomedieval de la Sierra de Gata (El valle de Valverde. Provincia de Cáceres)*. Cáceres.
- FOULON, E. (1990) - *Polybe, Histoires*. Paris : Les Belles-Lettres.
- GALÁN DOMINGO, E. (1993) - *Estelas, paisaje y territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense.
- GARCIA, J. M. (1991) - *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite Vasconcelos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GARCÍA-BELLIDO, M.^a P. (1995) - Célticos y Púnicos en la Beturia según los documentos monetales. In *Celtas y Túrdulos: la Beturia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses; 9), p. 255-292.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1945) - Bandas y guerrillas en las luchas con Roma. *Hispania*. 5, p. 547-604.
- GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, B. (1990) - *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*. La Coruña.
- GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, B. (1993-94) - La diosa Erbina, la soberanía guerrera femenina y los límites entre Igaeditanos y Vetones. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 383-401.
- GARCÍA MORENO, L. A. (1988) - Infancia, juventud y primeras aventuras de Viriato, caudillo lusitano. In *Actas del 1^{er} Congreso de Historia Antigua, II*. Santiago de Compostela: Universidad, p. 373-382.
- GIL, J. (1985) - Notas sobre el lusitano. In HOZ, J. de, ed. - *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca: Universidad, p. 365-370.

- GOMES, M. V. (1987) - Arte rupestre do Vale do Tejo. In SILVA, A. C., ed. - *Arqueologia do Vale do Tejo*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 26-43.
- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P. (1977) - Las estelas decoradas de Pomar (Beja, Portugal). Estudio comparado. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 34, p. 165-214.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M.ª C. (1986) - *Las unidades organizativas indígenas del área indoeuropea de Hispania*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- GUERRA, A. (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Lisboa: Universidade (tese de doutoramento policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).
- HASSAN, F. A. (1982) - Demographic archaeology. In SCHIFFER, M. B., ed. - *Advances in archaeological methods and theory. Selections for students from volumes 1 through 4*. New York, p. 225-279.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. (1993) - El yacimiento de Villasviejas y el proceso de romanización. In *El proceso histórico de la Lusitania oriental en época prerromana y romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 113-143.
- HURTADO DE SAN ANTONIO, R. (1977) - *Corpus provincial de inscripciones latinas de Cáceres*. Cáceres.
F.Gr.Hist. = JACOBY, F. (1957) - *Der Griechischen Historiker*, I. Leiden.
- JORGE, S. O. (1990) - Bronze Final. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O., ed. - *Nova História de Portugal. Vol. I. Portugal das origens à romanização*. Lisboa.
- KAJANTO, I. (1982) - *The Latin cognomina*. Roma.
- KALB, Ph. (1980) - Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*. 58, p. 25-59.
- KRISTIANSEN, K. (1998) - *Europe before History*. Cambridge.
- LAMBRINO, S. (1958) - Sur quelques noms de peuples de Lusitanie. *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*. 21, p. 83-96.
- LE ROUX, P. (1982) - *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris : De Boccard.
- LEMOES, F. S.; ENCARNAÇÃO, J. d' (1992) - Ara votiva a *Bandu Vordeaeo*. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 40, n.º 179.
- LO CASCIO, E. (1999) - The population of Roman Italy in town and country. In BINTLIFF, J.; SBONIAS, K. - *Reconstructing Past Population Trends in Mediterranean Europe (3000 B.C.-A.D. 1800)*. Oxford, p. 161-171.
- LOPES, M. C. [et al.] (1998) - *Arqueologia do concelho de Serpa*. Serpa.
- LÓPEZ MELERO, R. [et al.] (1984) - El bronce de Alcántara. Una *deditio* del 104 a.C. *Gerión*. Madrid. 2, p. 265-323.
- MACHADO, João Pedro, 1993: *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa.
- MADRUGA FLORES, J. V.; SALAS MARTÍN, J. (1995) A propósito de teónimos indígenas en el *conventus Emeritensis*. *Espacio, Tiempo y Forma - Historia Antigua*. Madrid. 8, p. 331-355.
- MANGAS, J.; PLÁCIDO, D. (1994) - *Avieno, Ora Marítima. Descriptio orbis terrae phaenomena*. Madrid.
- MARTÍN BRAVO, A. Mª (1998) - Evidencias del comércio tartésico junto a puertos y vados de la cuenca del Tajo. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 71, p. 37-52.
- MARTÍN BRAVO, A. Mª (1999) - *Los orígenes de Lusitania. El I milenio a.C. en la Alta Extremadura*. Madrid.
- MARTÍN BRAVO, A. Mª; GALÁN DOMINGO, E. (1998) - Poblamiento y circulación metálica en la Beira Interior y Extremadura durante el Bronce Final y la transición a la Edad del Hierro. In *Estudios Pré-históricos, VI (= Actas do Colóquio A Pré-história na Beira Interior)*, Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, p. 305-323.
- MEDEROS MARTÍN, A. (1997) - Nueva cronología del Bronce Final en el Occidente de Europa. *Complutum*. Madrid. 8, p. 73-96.
- MELENA, J. L. (1984) - Un ara votiva romana en El Gaitán, Cáceres. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 1, p. 233-255.
- MELENA, J. L. (1985) - *Salama*, Jálama y la epigrafía latina del antiguo corregimiento. In *Symbolae Ludovico Mitxelena septuagenario oblatae*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, p. 475-530.
- MELENA, J. L. (1990) - Notas de epigrafía romana de Extremadura: I. Sobre un pretendido teónimo nuevo en Lusitania. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 7, p. 147-153.
- MORILLO Cerdán, Á. (1991) - Fortificaciones campamentales de época romana en España. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 64, p. 135-190.
- MÜLLER, C., ed. (1883) - *Claudii Ptolemaei, Geographia. vol. I, Pars prima*, Paris: Didot.
- OLIVEIRA, F. de (1994) - Lusitânia rural em Plínio o Antigo. In GORGES, J.-G.; SALINAS DE FRÍAS, M., eds. - *Les campagnes de Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez; Salamanca: Universidad, p. 31-44.
- OLMSTED, G. S. (1994) - *The gods of the Celts and the Indo-Europeans*, Budapest.
- OSÓRIO, M. (1999) - Ara a *Vordo Talaconio* de Sortelha (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 61, n.º 276.
- OTERO, J. M.ª; MELENA, J. L. (1976) - La estela inscrita de Siruela, Badajoz. In *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad, p. 343-352.

- PAVÓN SOLDEVILLA, I. (1999) - Los albores de la Protohistoria en la "mesopotamia" extremeña: notas para la discusión de un modelo. *Estudios Pré-históricos*. Viseu. 7, p. 179-212.
- PAVÓN SOLDEVILLA, I. [et al.] (1998) - El poblamiento protohistórico en el Tajo medio: excavaciones de urgencia en El Risco y Aliseda (Cáceres). In RODRÍGUEZ DÍAZ, A., ed. - *Extremadura protohistórica: paleoambiente, economía y poblamiento*. Cáceres, p. 121-156.
- PEREIRA, M. A. H. (1970) - *Monumentos históricos do concelho de Mação*. Mação.
- PÉREZ VILATELA, L. (1989) - Notas sobre la jefatura de Viriato en relación con la Ulterior. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. 19, p. 191-204.
- PÉREZ VILATELA, L. (1995) - Identificación diacrónica de los Cynetes en las fuentes literarias. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 69-78.
- PRÓSPER, B. (1994) - El teónimo paleohispano *Trebarune. Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 11, p. 187-196.
- PRÓSPER, B. M. (1997) - La divinidad paleo-hispana COSSVE/COSO y el dios itálico CŌNSUS. *AIQN*. Napoli. 19, p. 267-302.
- PRÓSPER, B. (1999) - The inscription of Cabeço das Fráguas revisited. Lusitanien and *Alteuropäisch* populations in the west of the Iberian peninsula. *Transactions of the Philological Society*. Cambridge. 97:2, p. 151-183.
- PRÓSPER, B. (2000) - Ein Beitrag zur Vergöttlichung der Flüsse in der Antike: Arentiā, Arantiā. *Beiträge zur Namenforschung*. Heidelberg. Neue Folge. 35:1, p. 41-65.
- REDONDO RODRÍGUEZ, J. A. (1985) - Restos de una antigua ordenación social y territorial: las gentilitates vettonas en la provincia de Cáceres. Estado de la cuestión. *Norba*. Cáceres. 6, p. 29-42.
- RODRIGUES, A. V. (1999) - Warda, Uarda, Guarda: as raízes. *Praça Velha*. Guarda. 2:5, p. 5-14.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1987) - *Aquae Flaviae. I. Fontes epigráficas*. Chaves: Câmara Municipal.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1999) - *O santuário rupestre galaico-romano de Panóias (Vila Real, Portugal)*. Vila Real: Câmara Municipal.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1990) - Continuidad y rutura cultural durante la segunda Edad del Hierro en Extremadura. In *La cultura tartésica y Extremadura* Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses, 2), p. 127-162.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1994) - El valle medio del Guadiana, «espacio de frontera» en la Protohistoria del Sudoeste (I). *Saguntum*. Valencia. 27, p. 107-124.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ORTIZ ROMERO, P. (1998) - La Mata de Campanario (Badajoz): un nuevo ejemplo de «arquitectura de prestigio» en la cuenca media del Guadiana. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A., ed. - *Extremadura protohistórica: paleoambiente, economía y poblamiento*. Cáceres, p. 201-246.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1975) - *Itineraria Hispana*. Valladolid-Granada.
- RUIZ GÁLVEZ PRIEGO, M. (1990) - Canciones del muchacho viajero. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 7, p. 79-103.
- RUIZ GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) - *La Europa atlántica en la Edad del Bronce. Un viaje a las raíces de la España occidental*. Barcelona.
- RUIZ GÁLVEZ PRIEGO, M.; GALÁN DOMINGO, E. (1991) - Las estelas del Suroeste como hitos de vías ganaderas y rutas comerciales. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 48, p. 257-273.
- RUIZ ZAPATERO, G. (1997) - Migration revisited. Urnfields in Iberia. In DÍAZ-ANDREU, M.; KEAY, S., eds. - *The Archaeology of Iberia. The Dynamics of Change*. London, p. 158-174.
- SALAS MARTÍN, J. [et al.] (1983) - Un sincretismo religioso en la Península Ibérica: Júpiter Solutorius-Eaeco. *Norba*. Cáceres. 4, p. 243-261.
- SALAS MARTÍN, J. [et al.] (1986-1989) - Bandia Apolosegus, una divinidad con culto local en la zona de Brozas, Cáceres (Nuevas aportaciones epigráficas). *Hispania Antiqua*. Valladolid. 13, p. 7-20.
- SÁNCHEZ ABAL, J. L.; GARCÍA JIMENEZ, S. (1988) - La ceca de Tanusia. In *Actas del 1º Congreso Peninsular de Historia Antigua*, II. Santiago de Compostela: Universidad, p. 149-191.
- SARMENTO, F. M. (1883) - *Expedição científica à Serra da Estrela em 1881. Secção de Archeologia*. Lisboa.
- SCHULTEN, A. (1937) - *Fontes Hispaniae Antiquae, IV*. Barcelona.
- SCHULTEN, A. (1955a) - *Fontes Hispaniae Antiquae, I, Avieno, Ora Maritima*. Barcelona.
- SCHULTEN, A. (1955b) - *Geografía y etnografía antiguas de la Península Ibérica, I*. Madrid.
- SEGUIDO ALIAGA, M.ª (1989) - El culto a Vénus en el cerro de San Vicente (Toledo). *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. 10, p. 141-150.
- TARRADELL, M. (1962) - Valencia, ciudad romana: estado actual de los problemas. In TARRADELL, M. [et al.] - *La ciudad romana de Valencia. Estudios varios*. Valencia, p. 5-34.
- TIR I-29: *Tabula Imperii Romani*, Hoja I-29: Lisboa. Madrid, 1995.
- TOVAR, A. (1976) - *Iberische Landeskunde. 2. Lusitanien*. Baden-Baden: Valentin Koerner.
- TOVAR, A. (1985) - La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los Lusitanos. In HOZ, J. de, ed. - *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca: Universidad, p. 227-253.
- TRANOY, A. (1981) - *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris : De Boccard.
- UNTERMANN, J. (1965) - *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antigua*. Madrid.

- UNTERMANN, J. (1985) - Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas. In HOZ, J. de, ed. - *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca: Universidad, p. 343-363.
- VARENNE, J. (1995) - La India y lo sagrado. In RIES, J., ed. - *Tratado de Antropología de lo sagrado (2). El hombre indo-europeo y lo sagrado*. Madrid, p. 43-109.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1938) - *Opúsculos. V. Etimología*. Lisboa.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1989) - *Religiões da Lusitânia*. 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VAZ, J. L. I. (1997) - *A civitas de Viseu. Espaço e sociedade*. Coimbra.
- VILAÇA, R. (1995) - *Aspectos do povoamento da Beira interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- VILLAR, F. (1993-1995) - Un elemento de la religiosidad indoeuropea: Trebaruna, Toudopandaigae, Trebopala, Pales, Višpála*. *Kalathos*. Teruel. 13-14, p. 355-388.
- VILLAR, F. (1996) - El teónimo lusitano *Reve* y sus epítetos. In MEID, W.; ANREITER, P., eds. - *Die grösseren altkeltischen Sprachdenkmäler*. p. 160-211.
- VILLAR, F. (2000) - *Indoeuropeos y no Indoeuropeos en la Hispania prerromana*. Salamanca.
- VILLAR, F.; PEDRERO, R. (n. p.) - La nueva inscripción lusitana: Arroyo de la Luz III. A publicar em *Religião, língua y cultura prerromanas de Hispania* (Actas del VIII Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica).
- VILLARONGA, L. (1994) - *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti aetatem*. Madrid.
- WIEGELS, R. (1975) - Liv. Per. 55 y la fundación de Valentia. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. 14, p. 193-218.
- WILKINSON, T. (1999) - Demographic trends from archaeological survey: case studies from the Levant and Near East. In BINTLIFF, J.; SBONIAS, K., eds. - *Reconstructing Past Population Trends in Mediterranean Europe (3000 B.C.-A.D. 1800)*. Oxford, p. 45-64.
- WITCZAK, K. T. (1999) - On the Indo-European origin of two Lusitanian theonyms (*Laebo* and *Reve*). *Emerita*. Madrid. 67:1, p. 65-73